



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FEF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – PPGEF
MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB (2009-2016).**

Ana Kelly de Moraes Silva Belato

**BRASÍLIA - DF
2018**

**UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB (2009-2016).**

Ana Kelly de Moraes Silva Belato

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília – FEF/UnB como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

ORIENTADOR: PROF. DR. PEDRO FERNANDO AVALONE DE ATHAYDE

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB426e Belato, Ana Kelly de Moraes Silva
Um estudo sobre a Política de Esporte Universitário na
Universidade de Brasília - UnB (2009-2016). / Ana Kelly de
Moraes Silva Belato; orientador Pedro Fernando Avalone de
Athayde. -- Brasília, 2018.
130 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação Física) --
Universidade de Brasília, 2018.

1. CAPÍTULO 1 - ESTADO, ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS. 2.
CAPÍTULO 2 - ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: TRAJETÓRIA E
POLÍTICAS. 3. CAPÍTULO 3 - PROGRAMA ESPORTE UNIVERSITÁRIO
DA UNB. I. Athayde, Pedro Fernando Avalone de , orient. II.
Titulo.

UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB (2009-2016).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da
Universidade de Brasília – FEF/UnB.

Defendida e aprovada em 10 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. PEDRO FERNANDO AVALONE DE ATHAYDE
Orientador - Universidade de Brasília - UnB

Professor Dr. JONATAS MAIA DA COSTA
Membro Interno – Universidade de Brasília - UnB

Professor Dr. FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO
Membro Externo – Universidade Estadual de Maringá - UEM

Professor Dr. FERNANDO MASCARENHAS ALVES
Membro Suplente – Universidade de Brasília - UnB

DEDICATÓRIA

*A toda minha família, com muito carinho,
pois não mediram esforços para que eu
concretizasse um sonho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por me permitir chegar até aqui, aqueles que de alguma forma me incentivaram a seguir nessa trajetória acadêmica, um espaço intelectual que me proporcionou concretizar um sonho.

O contato com várias pessoas, as trocas de experiências ou apenas boas palavras. Tal oportunidade jamais será esquecida.

Meus sinceros agradecimentos:

Ao Fernando Mascarenhas pelo primeiro contato com as políticas públicas esportivas e incentivo aos alunos especiais ingressarem no mestrado.

Em especial ao meu orientador Pedro Athayde pelos ensinamentos, estímulo à pesquisa, sempre terá meu respeito e admiração.

Ao Fernando Henrique, amigo e parceiro, sempre disponível nos momentos certos, você jamais será esquecido.

Aos membros do Avante pelo contínuo companheirismo e aprendizado, é uma satisfação fazer parte desse grupo.

Aos professores Marcelo Húngaro e Lino Castellani nas arguições sobre as facetas do esporte.

Aos professores Doutores Jonatas Maia e Fernando Starepravo, ao aceite de integrar minha banca e assessorar no desenvolvimento da dissertação.

Aos colegas da pós-graduação (Ywry, Edriane, Nadson, Felipe, Ana Eleanara, Cíntia, Mariângela, Paula) pelos momentos de compartilhar experiências e conhecimentos.

À UnB pelo afastamento e aos amigos de trabalho (Ana Paula, Lucila, Brenda, Glória, Carlão, Rafael, Jamilie, Guedes, Alexandre) pela força e estímulo nessa jornada, todos na torcida pelo meu sucesso.

Ao meu marido Hélio, companheiro, amigo, conselheiro, meu equilíbrio diante das fases de aprimoramento pessoal e intelectual.

Aos meus filhos, Lucas e Verônica pela paciência, companheirismo na mesa de estudos, são minha essência.

À minha família: sogros, primos, tios e tias que acompanham e torcem por nossas conquistas.

Aos meus irmãos Kelly e Luiz, vocês são imprescindíveis em minha vida.

Aos meus pais pela vida, apoio, paciência, amor, em especial minha mãe sempre cuidadosa e prestativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - ESTADO, ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS	28
CAPÍTULO 2 - ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: TRAJETÓRIA E POLÍTICAS	46
2.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO EM TEMPOS DO ESTADO NOVO E DITADURA.....	46
2.2 - O ESPORTE UNIVERSITÁRIO EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO, PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – CF/88 E LIBERALIZAÇÃO.....	55
2.3 - ESTRUTURA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL	60
CAPÍTULO 3 - PROGRAMA ESPORTE UNIVERSITÁRIO DA UNB.....	70
3.1 - A ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB.....	70
3.2 - O ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNB	83
3.2.1 - ESTRUTURA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNB	83
3.2.2 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNB	87
3.2.3 - CONTROLE SOCIAL DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO DA UNB	102
3.2.4 - FINANCIAMENTO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNB	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	120
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – APROVADO PELO CEP/FS/UNB	121
ANEXO A – TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	123

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 – Tabela com o local e frequência de início da prática esportiva.....	17
Figura 2 – Tabela do local de início da prática esportiva, por região.....	17
Figura 3 – Tabela do número de IES no Brasil (organização acadêmica e categoria administrativa).....	18
Figura 4 – Gráfico sobre percentual de IES (categoria administrativa)	18
Figura 5 – Tabela sobre IES (nº de matrículas - organização acadêmica)	19
Figura 6 – Quadro das publicações relacionadas ao tema das políticas de esporte universitário.....	21
Figura 7 – Quadro de publicações sobre análise de políticas públicas esportivas.....	22
Figura 8 – A ordem corporativa: nos sindicatos e nos setores esportivos.....	48
Figura 9 – Organograma do Esporte no Brasil.....	57
Figura 10 – Organograma do Ministério do Esporte.....	58
Figura 11 – Quadro de representantes do Conselho Nacional de Esporte.....	59
Figura 12 – Calendário CBDU 2016.....	64
Figura 13 – Organograma da UnB.....	76
Figura 14 – Estrutura do Esporte de Representação na UnB.....	77
Figura 15 – Organograma da DEL e DEA.....	78
Figura 16 – Plano de Desenvolvimento do Esporte e Valorização do Atleta da UnB...	83
Figura 17 – Programas de Esporte na UnB (2009-2016).....	84
Figura 18 – Modalidades JIUnBs Pocket 2016.....	85
Figura 19 – JIUnBs 2016 em números.....	86
Figura 20 – Competições Universitárias oficiais da CBDU.....	91
Figura 21 – Clubes Esportivos UnB – 2016.....	93

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 – PBA-UnB – Comparativo anual de bolsistas por modalidades.....	85

LISTAS DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1 – Investimento do COB no Esporte Universitário (2011-2016).....	60
Gráfico 2 – Comparação entre gasto anual e a quantidade de bolsistas do PBA-UnB – 2011 a 2016.....	95
Gráfico 3 – Orçamento DEA e Investimento no Esporte Universitário (2009-2016)....	98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAAUUnB	Associação Atlética Acadêmica da Universidade de Brasília
ACE	Arquivo Central
ACM	Associação Cristã de Moços
AFES	Atividades Físicas e Desportivas
BCE	Biblioteca Central
CADE	Conselho de Administração
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBC	Confederação Brasileira de Clubes
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBDU	Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBUFF	Copa Brasil Universitária de Futebol Feminino
CEL	Coordenação de Esporte e Lazer
CEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CF	Constituição Federal
CID	Centro de Iniciação Desportiva
CND	Conselho Nacional de Esportes
CNE	Conselho Nacional do Esporte
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CO	Centro Olímpico
COB	Comitê Olímpico do Brasil
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONSUNI	Conselho Universitário
CPD	Centro de Informática
CPD	Comitê Paralímpico Brasileiro
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DAF	Decanato de Administração
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEA	Diretoria de Esporte, Arte e Cultura
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DEL	Diretoria de Esporte e Lazer
DEX	Decanato de Extensão

DF	Distrito Federal
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DIESPORTE	Diagnóstico Nacional do Esporte
DOCCA	Diretoria de Organizações Comunitárias Cultural e Arte
DPI	Decanato de Pesquisa e Inovação
DPO	Decanato de Planejamento e Orçamento
DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
EDU	Editora Universidade de Brasília
FAE	Federação Atlética de Estudantes
FAL	Fazenda Água Limpa
FCE	Faculdade UnB Ceilândia
FEF	Faculdade de Educação Física
FESU	Federação do Esporte Universitário do Distrito Federal
FGA	Faculdade UnB Gama
FISU	Federação Internacional do Esporte Universitário
FS	Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília
FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUES	Federações Universitárias Estaduais
FUP	Faculdade UnB Planaltina
FUPE	Federação Universitária Paulista de Esportes
GTT	Grupo de Trabalho Técnico
HUB	Hospital Universitário de Brasília
IES	Instituições de Ensino Superior
IFETs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP Teixeira	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
JIUnBS	Jogos Internos da Universidade de Brasília
JUBs	Jogos Universitários Brasileiros
LDU	Liga do Desporto Universitário
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PBA	Programa Bolsa Atleta
PBA-UnB	Programa Bolsa Atleta da Universidade de Brasília

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PENC	Programa de Esporte na Comunidade
PEU-UnB	Política de Esporte Universitário da Universidade de Brasília
PNE	Política Nacional de Esporte
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REUNI	Reestruturação das Universidades Federais
RIUNB	Repositório Institucional da Universidade de Brasília
SBD	Sistema Brasileiro do Desporto
SND	Sistema Nacional do Desporto
TCU	Tribunal de Contas da União
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNINASSAU	Faculdade Maurício de Nassau
UNIP	Universidade Paulista

RESUMO

O estudo teve como objetivo geral analisar a desenvolvimento da — Política de Esporte Universitário da Universidade de Brasília – PEU-UnB desenvolvida pela Diretoria de Esporte, Arte e Cultura – DEA/DAC/UnB. Discorre sobre a política esportiva que foi instituída na UnB no período de 2009 a 2016, como ações voltadas às dimensões esportivas, Esporte de Rendimento (esporte de representação), Participação (comunitário) e Educacional (relacionado ao ensino, pesquisa e extensão), cuja sistemática envolve a estruturação do esporte universitário no Distrito Federal (DF), sob o ponto de vista de uma Universidade pública. Apesar do percurso metodológico, optou-se pela realização de uma pesquisa social qualitativa de perspectiva exploratória, para obtenção dos dados utilizou-se da técnica de pesquisa de entrevista semiestruturada, tendo como amostra os gestores responsáveis pela PEU-UnB, além da pesquisa documental. Para a interpretação dos dados coletados, adotamos o método de Análise de Conteúdo, buscando extrair do material coletado (entrevistas e documentos) unidades e categorias de análise. Ao mesmo tempo, para compreensão e discussão da proposta de gestão da PEU-UnB, utilizamos como referência o método de análise e avaliação de políticas sociais, proposto por Boschetti (2009). A análise investigou os aspectos da gestão (público alvo, eventos esportivos vinculados e estrutura organizacional) e do financiamento (fontes e direcionamento da execução orçamentária) da PEU-UnB no período de 2009-2016. A trajetória orçamentário e de desenvolvimento dos projetos são marcados por oscilações, decorrentes dos cortes do Governo Federal e a greve dos servidores da UnB. Os dados obtidos sobre a PEU-UnB demonstram que não está ainda amparado por dispositivos legais mais ganha novos contornos com a visibilidade da Universidade no cenário esportivo nacional.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte Universitário; Política de Esporte UnB.

ABSTRACT

The study had as general objective to analyze the development of the University Sports Policy of the University of Brasília - PEU-UnB developed by the Sports, Art and Culture Department - DEA / DAC / UnB. It discusses the sports policy that was instituted at UnB in the period from 2009 to 2016, as actions related to sports dimensions, Sport of representation, Participation (community) and Educational (related to teaching, research and extension), whose systematic approach involves the structuring of university sports in the Federal District (DF), from the point of view of a public university. In spite of the methodological approach, a qualitative social research of an exploratory perspective was chosen to obtain the data. It was used the research technique of semi-structured interview, having as a sample the managers responsible for the PEU-UnB, besides documentary research. For the interpretation of the collected data, we adopted the Content Analysis method, seeking to extract from the material collected (interviews and documents) units and categories of analysis. At the same time, for the understanding and discussion of the PEU-UnB management proposal, we use as reference the method of analysis and evaluation of social policies, proposed by Boschetti (2009). The analysis investigated management aspects (target public, sports events and organizational structure) and funding (sources and targeting of budget execution) of the Unbundling Program for the period 2009-2016. The budgetary and developmental trajectory of the projects are marked by oscillations, resulting from the Federal Government cuts and the UnB server strike. The data obtained on the PEU-UnB demonstrate that it is not yet supported by legal devices but gains new contours with the visibility of the University in the national sports scene.

Keywords: Public Policies; University Sports; Sports Policy UnB.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 reconheceu (positivou) o direito ao esporte para o conjunto da população brasileira. O reconhecimento constitucional impõe ao Estado o dever de garantir o acesso a esse fenômeno cultural para seus cidadãos. Ao mesmo tempo, para que essa obrigação estatal se materialize e alcance o conjunto da população há a necessidade de investimento em ações concretas, neste caso, políticas públicas esportivas.

Após 10 anos da promulgação da CF de 1988, buscando instituir normas gerais para o esporte nacional, foi editada a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, popularmente conhecida como Lei Pelé. O referido documento em seu artigo segundo reforça a ideia do esporte como um direito individual, além de estabelecer os princípios basilares para usufruto deste direito. O artigo seguinte organiza a prática esportiva a partir de quatro dimensões: *a)* desporto educacional; *b)* desporto de participação; *c)* desporto de rendimento (profissional e não-profissional); e, *d)* desporto de formação¹.

A Política Nacional de Esporte (PNE), documento publicado pelo Ministério do Esporte em 2005, como consequência das discussões/deliberações realizadas na primeira edição da Conferência Nacional de Esporte de 2004, reforça e amplia a perspectiva do esporte como direito.

Este Ministério, que alarga sua visão do esporte à luz de um preceito humano fundamental, a “cidadania”, como garantia de um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, não o dissocia – juntamente com o lazer – do direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância e à assistência aos desamparados (BRASIL, 2005, p. 12).

Recentemente, em 2015, o Ministério do Esporte (ME) divulgou os primeiros resultados do Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE)². Esse grande estudo panorâmico, segundo o próprio Ministério, almeja estabelecer uma cultura de produções de informações dinâmicas e constantemente atualizadas com a finalidade de “mensurar a participação do esporte naquilo que se chama de educação integral

¹ Está última manifestação foi incluída pela Lei n.º 13.155/2015, que estabeleceu o programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro – PROFUT.

² O DIESPORTE é composto por quatro grandes variáveis, a saber: *a)* O praticante ou não de esporte e atividade física; *b)* A infraestrutura esportiva; *c)* O financiamento esportivo; e *d)* A legislação esportiva. No ano de 2015 foi publicado seu Caderno 1, que apresenta o perfil dos praticantes de atividade física no país. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.

do ser humano, que é seu desenvolvimento quanto ao conhecimento geral inserido nas ciências, na cultura, no esporte, no meio ambiente e na cidadania” (BRASIL, 2015, p.5).

O Caderno 1 do DIESPORTE apresenta informação de que quase metade da população brasileira (48%) tem seu contato inicial com a prática esportiva por meio do sistema educacional (Escola/Universidade)³ – vide Figura 1. Esse percentual é ainda maior em algumas regiões do país, tais como: Sul e Centro-Oeste (Figura 2).

Figura 1 – Tabela com o local e frequência de início da prática esportiva.

LOCAL	FREQUÊNCIA	%
Escola/universidade com orientação de professor	18050	48,0
Escola/universidade sem orientação de professor	2522	6,7
Instituições privadas, clubes, com orientação	3396	9,0
Instituições privadas, clubes, sem orientação	1486	4,0
Em espaços públicos abertos com estrutura	5854	15,6
Em espaços públicos e/ou privados abertos sem estrutura	3705	9,9
No condomínio ou em casa	2482	6,6
Não foi citado	89	0,2
TOTAL	37584	100,0

Fonte: DIESPORTE - Ministério do Esporte (2015).

Figura 2 – Tabela do local de início da prática esportiva, por região.

LOCAL	REGIÕES					TOTAL
	Norte	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	
Escola/universidade com orientação de professor	46,7%	69,9%	37,6%	45,1%	56,3%	48,0%
Escola/universidade sem orientação de professor	5,5%	5,0%	9,0%	5,7%	7,2%	6,7%
Instituições privadas, clubes, com orientação	12,1%	2,8%	10,3%	10,2%	8,4%	9,0%
Instituições privadas, clubes, sem orientação	3,8%	1,5%	5,4%	4,3%	2,2%	4,0%
Em espaços públicos abertos com estrutura	10,0%	9,0%	26,9%	11,1%	11,7%	15,6%
Em espaços públicos e/ou privados abertos sem estrutura	14,7%	6,1%	8,4%	11,7%	9,3%	9,9%
No condomínio ou em casa	7,1%	5,3%	2,1%	11,7%	4,8%	6,6%
Não foi citado	-	0,5%	0,3%	0,1%	-	0,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DIESPORTE - Ministério do Esporte (2015).

³ Seguindo a categorização de outros estudos diagnósticos internacionais, o Ministério do Esporte adotou a categoria Escola/Universidade. Entretanto, é muito provável que, em se tratando de primeiro contato com a prática esportiva, os percentuais se refiram apenas ao ambiente escolar da educação básica.

Os dados iniciais demonstram, ainda que superficialmente, o cenário no qual as políticas públicas de esporte no Brasil se deparam, bem como o tamanho do desafio que compreende a meta de democratização do acesso à prática de atividades física e esportiva no país. Concomitantemente, as informações das tabelas acima demonstram a importância e participação do ambiente educacional, no qual localizamos o esporte universitário, neste desafio de socialização do esporte em território nacional.

Já o Censo da Educação Superior, 2016⁴, instrumento de pesquisa brasileiro sobre as Instituições de Ensino Superior – IES (públicas e privadas), identifica os tipos e o quantitativo de IES no Brasil, a saber.

Figura 3 – Tabela do número de IES no Brasil (organização acadêmica e categoria administrativa).

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40	a

(a) Não se aplica.

Fonte: Censo da Educação Superior, 2016.

Figura 4 – Gráfico sobre percentual de IES (categoria administrativa).



Fonte: Censo da Educação Superior, 2016.

⁴ Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 16 jan. de 2018.

Figura 5 – Tabela sobre IES (nº de matrículas - organização acadêmica).

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas de Graduação	
	Total	%	Total	%
Total	2.407	100,0	8.048.701	100,0
Universidades	197	8,2	4.322.092	53,7
Centros Universitários	166	6,9	1.415.147	17,6
Faculdades	2.004	83,3	2.146.870	26,7
IFs e Cefets	40	1,7	164.592	2,0

Fonte: Censo da Educação Superior, 2016.

Os dados acima ilustram a realidade sobre quão substancial é o universo no qual nossa pesquisa se debruça. Podemos inferir que o total de 2.407 IES apenas 197 são Universidades e dessas somente 108 são Universidades Públicas, mas ao mesmo tempo, é nas Universidades que se concentram o maior número de matrículas, em relação à graduação, cerca de 53,7%.

Apresentado em 2017, o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD, intitulado “Movimento é Vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas”⁵, elencou o esporte como objeto de estudo e discussão. A partir de uma concepção ampliada deste fenômeno, compreende-o como “atividades físicas e desportivas” (AFEs). O estudo ressalta a importância das AFEs como fator de desenvolvimento humano. De acordo com o coordenador residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil e Representante do PNUD no Brasil, Nick Fabiancic: “O esporte é reconhecido como um facilitador importante do desenvolvimento e da paz. Sua promoção favorece a tolerância e o respeito entre as pessoas, empoderando especialmente as mulheres, os jovens, os indivíduos e as comunidades” (PNUD, 2017 p. 04).

Esse documento advoga fortemente que os governos adotem políticas públicas condizentes com a importância das atividades físicas e esportivas para o desenvolvimento humano, bem como prescreve que o setor privado e as organizações da sociedade civil promovam iniciativas no mesmo sentido.

Em consonância com esse reconhecimento, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 7 de dezembro de 2016, adotou uma resolução em sua 71ª Sessão sobre o esporte como meio de promoção da educação, saúde, desenvolvimento e paz. De acordo com esta resolução, os Estados-membros,

⁵ Disponível em: <http://movimentoevida.org/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

as entidades do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), as federações e associações esportivas, os atletas, a mídia, a sociedade civil, a academia e o setor privado devem colaborar para promover maior conscientização e ação de modo a integrar a agenda do esporte para o desenvolvimento e a paz com a agenda de desenvolvimento dos países (PNUD, 2017, p.04).

É de suma importância ressaltar os quatro princípios elencados no PNUD (2017), necessários para que se concretize a integração da agenda do esporte:

a) ampliar a conscientização das pessoas, definir uma visão comum e um conjunto de prioridades; b) apoiar a integração do esporte nas políticas de crescimento e bem-estar dos países; c) promover mecanismos inovadores de mobilização de recursos financeiros; e d) *facilitar a construção de instrumentos de monitoramento e avaliação das iniciativas adotadas*, incluindo definição de indicadores de acompanhamento e desagregação de dados por renda, sexo, idade, raça, dentre outros (PNUD, 2017, p. 04, grifo nosso).

Os estudos destacados anteriormente ilustram a preocupação de entidades, gestores e pesquisadores em conhecer melhor o contexto da vivência e prática esportiva no Brasil. No caso dessa pesquisa adotamos um recorte desta realidade mais ampla, apresentando como objeto as políticas para o esporte universitário, mais especificamente a proposta desenvolvida no âmbito da Universidade de Brasília – (PEU-UnB).

Para Santos (2012), a universidade - como herdeira e repositório de um percurso histórico de muitos séculos e de inúmeras experiências de organização interna, adotadas nas várias latitudes e nos vários continentes e para corresponder às missões que foi chamando a si - é confrontada com uma enorme diversidade de enquadramentos políticos, culturais (esportivos), sociais, econômicos e até civilizacionais. A universidade mantém hoje, ainda assim, a par de uma salutar variedade de formas organizacionais e de interpretações de objetivos e de prioridades, um extraordinário conjunto de características identitárias sobre as quais é importante refletir. Com vistas a incentivar a pesquisa como contributo de melhorias e aperfeiçoamentos da gestão de políticas públicas universitárias, afirma o autor: “A mudança é, pois, ingrediente permanente da vida da universidade e critério de manutenção da sua autonomia” (SANTOS, 2012, p. 51).

A partir do recorte do objeto proposto e das reflexões acima destacadas este trabalho se desenvolve a partir da seguinte questão norteadora: *Quais são a estrutura e conteúdo da Política de Esporte Universitário aplicada na UnB?*

Inicialmente, ao explorar a produção científica das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, encontramos um significativo aumento de pesquisadores e grupos de pesquisa que vêm se dedicando ao estudo e análise desse tema (PEREIRA FILHO, 1999; MANHÃES, 2002; LINHALES, 1996 e 2008; BUENO, 2008; HÚNGARO et al., 2009; SUASSUNA, 2009; TERRA, 2009; ALMEIDA, 2010; RIBEIRO, 2012; BRACHT, 2013; AMARAL, 2014; MASCARENHAS, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2012, 2014; FIGUEIREDO, 2013; ATHAYDE, 2008, 2009, 2013, 2014, 2015, 2016; MATIAS, 2013, 2015; MEZZADRI, 2011 e 2015; MENDES, 2013; ZOTOVICI et al., 2013; SOUSA, 2013 e 2014; REIS, 2015; SILVA, 2015; STAREPRAVO, 2008, 2011 e 2015; CARNEIRO, 2014, 2016, 2017; TEIXEIRA, 2016, 2017).

Entretanto, no tocante ao esporte universitário, em pesquisa recente no Portal de Periódicos CAPES/MEC⁶, utilizando o descritor “esporte universitário” chegamos a 447 resultados, a partir daí os critérios de inclusão foram pesquisas que versassem sobre políticas de esporte universitário em Universidades Brasileiras, destacaram-se os estudos de *Starepravo* 2010 e 2011, os quais tem relação direta com este objeto de estudo:

Figura 6 – Quadro das publicações relacionadas ao tema das políticas de esporte universitário.

ANO	ASSUNTO
2010	“O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público”, estudo no qual o autor analisa a relação entre o poder público e o esporte universitário, a fim de compreender esta relação via financiamento público do esporte universitário, entre os anos de 1982 e 2004.
2011	“Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado”, neste texto o autor versa sobre o modo como o Estado se constitui como elemento fundamental para a gestão do esporte universitário brasileiro e enfatiza o momento em que este se reproduz como um modelo híbrido de desenvolvimento.

Elaboração própria.

Ao refinarmos nossa busca e particularizarmos o estudo da política de esporte universitário para o âmbito local/institucional - ou seja, a Política de Esporte Universitário da UnB - não localizamos estudos relacionados a esse objeto. Para confirmar essa hipótese e, ao mesmo tempo, coletar referências para a construção do aporte teórico deste estudo, realizamos pesquisa no Repositório Institucional da UnB

⁶ Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2016.

– RIUnB, utilizando o mesmo descritor de busca “esporte universitário” e não resultou nenhum trabalho diretamente relacionado ao assunto, haja vista essa pesquisa demonstrou que mesmo as produções internas não se preocuparam em estudar o esporte universitário da UnB, pois se dedicaram a outras temáticas relacionadas ao esporte.

Nessa trajetória, os critérios de inclusão foram estudos que versassem sobre avaliação/análise de políticas públicas esportivas, a partir do descritor foram incluídos os seguintes estudos, (mesmo que não tivessem ligação direta com a Política de Esporte Universitário):

Figura 7 – Quadro de publicações sobre análise de políticas públicas esportivas.

ANO PUBLICAÇÃO	AUTOR	ASSUNTO
2008	Lorenzo	Analisou a experiência de participação no Conselho Nacional do Esporte, por meio da investigação das estruturas institucionais e dos modos de ação e interação dos atores envolvidos.
2010	Bonalume	Estudou o tema políticas públicas de esporte e lazer e intersectorialidade, com o objetivo analisar o processo de formulação do Pronasci como uma política pública de segurança, com foco na juventude, envolvendo o esporte e o lazer.
2010	Oliveira	Investigou os princípios “acesso”, “democratização” e “participação política”, que compreendem o conceito de democracia participativa, nas políticas públicas de esporte e lazer do município de Fortaleza/CE (2005-2008), considerando como recorte o Programa Esporte na Comunidade (PENC).
2011	Santos	Analisou o princípio organizador da agenda governamental para o futebol no período compreendido entre o primeiro e segundo mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), bem como discute suas implicações para a formulação de políticas públicas voltadas para a modalidade.
2013	Flausino	Analisou a configuração e formulação do Plano Decenal de Esporte e Lazer, elaborado no ano de 2010 pelo Ministério do Esporte, durante a realização da III Conferência Nacional do Esporte, bem como à sua relação com o contexto de organização dos Megaeventos Esportivos - Copa do Mundo FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.
2013	Matias	Analisou a agenda e a configuração das políticas de esporte e de lazer do Ministério do Esporte (ME) no Governo Luís Inácio Lula da Silva, no contexto dos megaeventos esportivos, em especial, dos Jogos Olímpicos.
2013	Mendes	Realizou estudo comparativo sobre a histórica precariedade da educação física escolar ao quadro de crescimento das políticas públicas de esporte e lazer, e de projetos sociais esportivos no Brasil.

2015	Santos	Analisou o Projeto Centro de Iniciação Desportiva (CID), uma política de esporte educacional, quanto aos limites e possibilidades que experimenta quanto a garantia dos direitos de cidadania, com o pressuposto que o esporte se apresenta como um satisfador intermediário das necessidades humanas básicas.
2016	Araújo	Estudou o Conselho Nacional do Esporte como órgão responsável pelo controle democrático da política esportiva brasileira.
2016	Dias	Realizou o estudo a partir da teoria do ser social, para traçar as mediações existentes entre a formação humana e a espetacularização do esporte.
2016	Nascimento	Analisou a experiência do "Programa Atleta na Escola" e suas implicações para a organização da Educação Física escolar em especial, no contexto do Distrito Federal.

Elaboração própria.

O mapeamento da produção realizou-se com o objetivo de destacar a relevância do tema para contribuição com a produção científica da área. Além disso, compreende-se que este estudo se justifica pelas dimensões profissional e institucional⁷. Isso porque, essa pesquisadora é servidora da Fundação Universidade de Brasília - FUB, formada em Educação Física e lotada na antiga Diretoria de Esporte, Arte e Cultura – DEA/DAC/UnB⁸, ambiente onde surgiu o interesse inicial de investigar o Programa Bolsa Atleta Universitário – PBA-UnB, cuja aplicação se restringia à UnB, Campus Darcy Ribeiro, na cidade de Brasília⁹. Ao mesmo tempo, essa condição coloca o desafio de a todo o momento buscar o distanciamento necessário do objeto de pesquisa para uma análise objetiva dos dados e informações coletadas.

Instigada pelos primeiros dados coletados sobre o PBA-UnB, resolvi ampliar os horizontes de pesquisa. Nesse sentido, como aluna especial, cursei a matéria de “Políticas Públicas de Esporte” no ano de 2013, ofertada na Faculdade de Educação Física – FEF/UNB, que me proporcionou aproximação ao amplo campo das políticas

⁷ A Universidade de Brasília – UnB concedeu afastamento remunerado pelo período de dois (2) anos, o afastamento para participação em programas de pós-graduação e afastamento para mestrado foi introduzido na Lei nº 8.112, de 11/12/1990 através do artigo 96-A e seus parágrafos.

⁸ É importante destacar que, a partir de novembro de 2017, a DEA foi reestruturada, sendo dividida em duas novas diretorias, a Diretoria de Esporte e Lazer (DEL) e a Diretoria de Organizações Comunitárias, Cultura e Arte (DOCCA), ambas vinculadas ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC).

⁹ A partir do Edital de 01/2016 consta que poderão concorrer ao PBA-UnB estudantes-atletas com ou sem deficiência regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação ou pós-graduação (mestrado e doutorado) da UnB dos Campi Darcy Ribeiro - Plano Piloto, Faculdade UnB Ceilândia - FCE, Faculdade UnB Gama - FGA e Faculdade UnB Planaltina – FUP, que estejam em plena atividade esportiva, comprovada por meio de declaração de seu técnico, clube ou associação e estar inscrito na federação da sua modalidade esportiva. Disponível em: <http://www.dea.unb.br/pagina-inicial/bolsa-atleta-unb>.

de esporte e lazer no Brasil, seu processo histórico, legislações pertinentes, programas e formas de avaliação dessas políticas.

As disciplinas do Programa de pós-graduação em Educação Física da UnB colocaram-me em contato com novas referências no campo das políticas de esporte e lazer, bem como das ciências sociais. Como consequência desse processo formativo, perguntas investigativas surgiram e caminhos de análise foram se apresentado ainda que de forma indeterminada. Em virtude dessas experiências profissional e acadêmica, instigou-me estudar o Esporte Universitário no âmbito da Universidade de Brasília, observando seu contexto na formação cidadã dos universitários, seu papel formativo/educacional e sua interlocução com o esporte de rendimento.

O presente trabalho tem como objetivo principal identificar e analisar o conteúdo da Política de Esporte Universitário (PEU-UnB), a fim de problematizar sua capacidade de garantir o direito de acesso à prática esportiva para o público universitário, no período de 2009 a 2016.

Nesse intuito, no que tange os objetivos específicos seguiremos o seguinte percurso investigativo:

- Apresentar a trajetória histórica do esporte universitário na política esportiva brasileira;
- Quantificar e qualificar o público-alvo atendido pela PEU-UnB de 2009 a 2016;
- Identificar a quais eventos esportivos a PEU-UnB se vincula mais diretamente;

Quanto ao delineamento metodológico esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca “assinalar as causas e consequências do problema, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade” (TRIVIÑOS, 2010, p. 125). Acrescenta-se a seu caráter qualitativo a dimensão social, portanto podemos identificar este trabalho como uma pesquisa de caráter social qualitativa. Conforme Gaskell (2002), esse tipo de pesquisa caracteriza-se como aquela que:

[...] fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e a situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (p. 65).

Além das características acima, também reconhecemos neste estudo sua perspectiva exploratória, tendo em vista a incipiência de produção científica acerca do objeto em questão (TRIVIÑOS, 2010; GIL, 2008). De acordo com Minayo (2007), a pesquisa social qualitativa dedica-se a desvelar os processos inerentes a um determinado aspecto da realidade social. Nesse sentido, recordamos que o objeto da realidade a ser analisado é a política de esporte universitário brasileira, mais especificamente a Política de Esporte Universitário na Universidade de Brasília – (PEU-UnB).

No entanto, vale ressaltar que nosso alinhamento ao método dialético exige que essa análise de um objeto específico, deva se realizar sincronicamente à compreensão de determinações mais amplas que conforma uma totalidade, permeada por múltiplas causalidades. Dentre essas determinações, no caso do estudo das políticas públicas localiza-se o papel do Estado e suas inter-relações com a sociedade civil.

Na dimensão técnico-instrumental, optamos pelos procedimentos metodológicos de pesquisa documental e revisão bibliográfica (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A revisão bibliográfica, de acordo com Triviños (2010), visa avaliar as possibilidades de realização do trabalho e a utilidade que os resultados alcançados podem emprestar a determinada área do saber. No caso específico deste trabalho, a revisão bibliográfica foi construída a partir do contato inicial com referencial teórico de disciplinas dos programas de pós-graduação em Educação Física e Política Social, ambos da UnB, além de outras referências acrescidas pelo processo de orientação e pelo acompanhamento das publicações científicas da área. Os temas presentes nessas leituras foram basicamente: *a)* políticas públicas; *b)* políticas esportivas; *c)* análise e avaliação de políticas sociais; *d)* gestão; e, *e)* financiamento.

Em relação à pesquisa documental, em consonância com os estudos de Minayo (2007), podemos afirmar que ela foi composta por uma coleta de dados primária e secundária. Destaca-se que dados primários são aqueles produzidos pelo pesquisador na interação direta com os sujeitos de pesquisa, por meio de entrevistas, observações ou aplicação de questionários. Já os dados secundários são elencados a partir de acervos já existentes, tais como documentos, banco de dados, revistas, jornais etc.

Em função da natureza e conteúdo dos documentos coletados, podemos caracterizá-los tanto como fontes de primeira e segunda mão, uma vez que teremos documentos com e sem um tratamento analítico prévio, quais sejam: a) Estatuto da Universidade de Brasília - UnB¹⁰; b) Relatórios de Gestão UnB (2009 a 2016)¹¹; c) Relatórios de Gestão UnB/DAC/DEA (não disponíveis online); d) Editais do Programa Bolsa Atleta.

Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada. A entrevista, de acordo com os estudiosos Marconi e Lakatos (2003), é definida como o encontro de duas pessoas com o intuito de obter informações acerca de um assunto, em uma conversa de natureza profissional.

Já a entrevista do tipo semiestruturada pode ser determinada como: “[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Corrobora Minayo (2007) quando afirma que a entrevista semiestruturada é a combinação de perguntas abertas e fechadas, pois o entrevistado pode discorrer sobre o assunto sem se prender à questão inicial.

As entrevistas foram realizadas, no período 11 a 21 de março de 2018, com a aprovação do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília – FS/UnB, sob o Parecer n.º 2.575.466, de 02 de abril de 2018, concomitantemente, a autorização dos Gestores da PEU-UnB para a realização das entrevistas, os documentos encontram-se nos Apêndices.

Foram entrevistados 03 sujeitos, gestores responsáveis pela PEU-UnB dentro do recorte cronológico de 2009 a 2016. Em razão do sigilo sobre a identidade dos entrevistados, estes foram sistematizados de acordo uma escala alfabética aleatória, a fim de garantir os critérios éticos da pesquisa.

O roteiro de entrevista utilizado é composto com dez (10) questões, todas abertas, com duração aproximada de 30 minutos. Argumenta Oliveira (2010), que esse roteiro deve ser semiestruturado, pois deve-se utilizar o mesmo padrão para os entrevistados, a fim de conferir fidedignidade aos resultados.

Os critérios de inclusão da amostra foram os gestores que estiveram à frente

¹⁰ Disponível em: www.unb.br/transparencia_unb/unb/estatuto_da_unb.

¹¹ Disponível: <http://www.dpo.unb.br/documentos.php>.

da Diretoria de Esporte, Arte e Cultura – DEA/DAC/UnB, dentro do recorte cronológico de 2009 a 2016, responsáveis pelo direcionamento das políticas esportivas universitárias implementadas.

Para a interpretação dos dados da pesquisa, adotamos o método de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (1977). Tal procedimento metodológico se propõe a prover conhecimento a partir de dados qualitativos, por meio da análise da expressão verbal ou escrita de opiniões ou ideias. Conforme orientação da autora de referência, utilizamos as três fases fundamentais previstas nesta proposta metodológica, a saber: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

Complementarmente à Análise de Conteúdo, para compreensão e discussão da proposta de Gestão da PEU-UnB, empregamos o método de análise e avaliação de políticas sociais, proposto por Boschetti (2009). Esse modelo analítico é composto por três aspectos: *(i)* Configuração e abrangência dos direitos¹²; *(ii)* Configuração do Financiamento e Gasto¹³ (forma de organização); e, *(iii)* Gestão e Controle social¹⁴.

Vale mencionar que Boschetti (2009) enfatiza a necessidade que os aspectos e indicadores sejam considerados (e até mesmo revistos) a partir das especificidades de cada objeto de pesquisa, além de ser imprescindível o conhecimento da política, neste caso, e através deste aporte dar consistência a investigação, de acordo com o trecho:

1) Buscar analisar a política em sua totalidade, a partir da incorporação analítica dos principais aspectos que a constituem; 2) revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social; [...] 3) articular tanto os determinantes estruturais que conformam a política social quanto as forças sociais e políticas que agem na sua formulação e execução. (p. 584)

No caso deste estudo, investigamos a Política do Esporte Universitário na UnB, os aspectos da gestão (público alvo, eventos esportivos vinculados e estrutura organizacional) e do financiamento (fontes e direcionamento da execução orçamentária) da PEU-UnB no período de 2009-2016.

¹² Esse aspecto tem como objetivo delinear um quadro dos direitos e/ou benefícios de uma política e/ou programa social, destacando suas características essenciais (BOSCHETTI, 2009).

¹³ O estudo do financiamento auxilia na compreensão da estrutura orçamentária e impactos na natureza e alcance dos direitos de uma determinada política (BOSCHETTI, 2009).

¹⁴ O terceiro aspecto de análise busca demonstrar como está estruturada a organização e gestão da política e/ou programa avaliado, parametrizado pelos princípios contemporâneos de gestão federada, democrática participativa, estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (BOSCHETTI, 2009).

CAPÍTULO 1 - ESTADO, ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante do cenário apresentado anteriormente e a fim de compreender a política esportiva no Brasil e a Política de Esporte Universitário, ressaltamos os argumentos de Marchi Jr. (2006, p. 37):

[...] um espaço a ser conquistado e ocupado está aberto, não obstante, entendemos que para conquistá-lo é necessário a aquisição de referenciais teóricos de análise consistentes que permitam o desenvolvimento de metodologias de pesquisa superadoras dos entraves ou das limitações impostas aos estudos dos fenômenos sociais, dentre eles o esporte e o lazer.

Em conformidade com os apontamentos acima, partimos do suposto que a análise do desenvolvimento de programas sociais para o esporte universitário demanda estudo acerca do papel do Estado e suas inter-relações com a sociedade civil, reconhecendo esses elementos como determinantes às escolhas e direcionamento das políticas públicas esportivas.

Não é nosso objetivo datar historicamente o surgimento do Estado, uma vez que já existia, desde a Grécia antiga, a preocupação de entendimento sobre esta instituição e os governos e suas inter-relações com a sociedade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 apud REIS, 2015). No entanto, respeitando nossa opção teórico-metodológica, colocamos em destaque as abordagens marxistas sobre o Estado e seu papel. Ademais, dentro dessas leituras, corroboramos com Coutinho (2011) que assinala ser Gramsci quem define a concepção de Estado Ampliado, no qual apanha novas determinações dentro do contexto sócio histórico e dos processos de socialização da política.

Nesse sentido, o Estado comporta duas esferas que, na expressão de Gramsci, se revela na sociedade política (Estado stricto sensu ou Estado-coerção) que porta um conjunto de mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. E a sociedade civil (esfera da disputa da hegemonia e do consenso) formada pelo conjunto de mecanismos responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias e, portanto, pela direção cultural (REIS, 2015, p.26).

O Estado não é um ente imutável, sofrendo transformações à medida que a própria sociedade capitalista se modifica, assim como a conjuntura histórica e política. Por vezes, essas transformações são apenas acréscimos de novas tarefas sem a necessidade de uma mudança de suas funções estruturais.

Para uma compreensão mais atual do papel do Estado no capitalismo tardio é relevante ressaltar as arguições/interpretações de Mandel (1982). Para o autor, o

Estado é considerado como o produto da divisão do trabalho, que surgiu diante da autonomia crescente de certas atividades superestruturais, que mediam a produção material cujo papel era de sustentar uma estrutura de classe e suas relações de produção. Mandel (1982) atribui ao Estado “genericamente” a função da proteção e da reprodução da estrutura social, que compreendem as relações de produção fundamentais. E *a posteriori* especifica as funções do Estado como:

- i. Função de *Providenciar as condições gerais de produção* que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- ii. Função *Repressiva* para qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- iii. Função *Integradora* a fim de agregar as classes dominadas para garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração.

Mandel (1982) destaca que a função repressiva, provavelmente a mais estudada, seria uma condição insustentável a longo prazo e de forma recorrente, podendo ser equiparável à existência de uma guerra civil permanente. Diante disso é que ganha importância o exercício da função integradora, utilizada em diferentes modos de produção e exercida por diferentes ideologias – magia e ritual, filosofia e moral, lei e política – sendo que estas ainda desempenhem esse papel em toda sociedade de classes. Essas duas funções acontecem de modo combinado.

Já a terceira função de “providenciar as condições gerais de produção” está diretamente ligada à esfera da produção, o que denota a mediação direta entre infra e a superestrutura, ou seja, assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo – meios de transporte e/ou comunicação, serviço postal, dentre outros; providenciar os pré-requisitos gerais e sociais deste mesmo processo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário; como também a reprodução contínua daquelas formas de trabalho intelectual que são indispensáveis à produção econômica – desenvolvimento da astronomia, geometria,

hidráulica, a manutenção de um sistema educacional adequado às necessidades da expansão econômica do modo de produção capitalista.

Relata o autor que a origem do Estado ocorre concomitantemente a da propriedade privada, o que leva em certa medida à separação das esferas privada e pública da sociedade, mas o Estado é mais antigo que o capital e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias, mas é depois que a acumulação primitiva da usura e do capital mercantil alcança certa maturidade, alterando de maneira fundamental as relações entre as antigas e as novas classes proprietárias e solapando as formas tradicionais de dominação política com a expansão capital-dinheiro, que o próprio Estado torna-se mais visivelmente um instrumento da acumulação progressiva do capital e o parceiro do modo de produção capitalista.

Mandel (1982) identifica que o governo do capital se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato de não se basear em relações extra-econômicas de coerção e dependência, mas em relações “livres” de troca que dissimulam a dependência e sujeição econômicas do proletariado – separou-se meio de produção e subsistência – dando a aparência de liberdade e igualdade. O autor distingue o Estado burguês dos outros, nas formas de dominação de classes, por uma peculiaridade inerente ao próprio modo de produção capitalista, onde o isolamento das esferas públicas e privada da sociedade é consequência da generalização sem igual da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência de todos contra todos. E o autor acrescenta que esse isolamento somente pode ser operado por grupos de capitalistas, não funciona individualmente e discorre “a classe capitalista reina, mas não governa” (MANDEL, 1982, p.336). A concorrência capitalista determina uma tendência a autonomização do aparato estatal, o que torna o Estado uma espécie de “capitalista total ideal”, para servir aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos interesses conflitantes do “capital total real” que é constituído pelos “muitos capitais” do mundo real.

A autonomização do poder do Estado na sociedade burguesa deixa de ser relativa como consequência da predominância da propriedade privada e da concorrência capitalista. Isso se evidencia nas decisões estatais favoráveis aos grupos capitalistas o que leva esses grupos a se tornarem politicamente ativos em busca de articular suas concepções sobre os interesses coletivos ao mesmo tempo

em defendem seus interesses particulares. Assim, acrescenta Mandel, que a república parlamentar burguesa é incontestavelmente a “forma ideal” de Estado burguês, pois reflete da melhor maneira possível a unidade dialética e a contradição entre a “concorrência de muitos capitais” e o “interesse e a natureza social do capital em sua totalidade”.

Ressalta o autor que houve nesse período uma ampliação geral da legislação social, ganhando impulso particular no período imperialista, que em certo sentido tratava-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, para salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Essa empreitada correspondeu aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista assegurando a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência em ampliar a legislação social determinou uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha que absorver uma percentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista.

Segundo Mandel (1982), as ilusões subsequentes relativas a um “Estado social” se baseavam numa extrapolação arbitrária falseada por uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho. Outra ampliação das funções do Estado se verifica no estágio tardio do capitalismo monopolista, sendo consequência com três características importantes:

- i. A redução da rotação do capital fixo;
- ii. A aceleração da inovação tecnológica;
- iii. O aumento enorme do custo dos principais projetos de acumulação de capital (devido à terceira revolução tecnológica com seu aumento correspondente de riscos de atraso ou malogro na valorização dos enormes volumes de capital necessários a esses projetos).

Como resultado dessas pressões o capitalismo tardio é influenciado a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, mas a socialização estatal dos custos “riscos” e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos. O que leva a crer que o capitalismo tardio tem como tendência incorporar pelo Estado um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às “condições gerais de produção” que financia.

O capitalismo tardio, na interpretação mandeliana, é caracterizado por dificuldades crescentes de valorização do capital – supercapitalização, superacumulação, as quais o capital procura nixos para explorar, onde seja ao seu ver investimento lucrativo sempre subsidiado pelo Estado. Cabe reflexão se: *estaria aqui incluído o setor esportivo, bem como suas respectivas políticas e eventos?*

Ao mesmo tempo, é necessário destacar que esse sistema é suscetível a explosivas crises econômicas que são mediadas ou adiadas a todo momento pelo Estado, sua função vital, garantir as condições de produção, socialmente aplicado este esforço desenvolve-se por um ataque sistemático a consciência de classe do proletariado. Nas palavras de Mandel (1982. p. 341) “ [...] o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para ‘integrar’ o trabalhador a sociedade capitalista tardia como consumidor, ‘parceiro social’ ou ‘cidadão’”.

Assim o enorme poder integrador do sistema estatal burguês é utilizado com um grande número de “mitos básicos” a fim de garantir um reflexo ideológico das relações sociais vigentes. Por conseguinte, o Estado tende a tornar-se forte a fim de garantir a mais-valia no capitalismo tardio com uma educação permanente em relação a toda luta de classes, econômica e social, ou seja, política. Diante do exposto, Mandel (1982) vaticina que para haver emancipação pela conquista do poder político é necessária a demolição do aparelho de Estado burguês pelos produtores associados, o que caracterizaria, ao fim e ao cabo, outra forma de sociabilidade.

Desde o surgimento do Estado, o gradual aumento da sua importância para o desenvolvimento das sociedades está relacionado com o processo não planejado da transição de sua administração pelo poder privado para as “mãos” do poder público (STAREPRAVO, 2011). O ápice da responsabilidade estatal em relação aos interesses públicos é percebido nas democracias pluralistas modernas, alinhado a nossa realidade atual, onde as demandas sociais são fruto da decisão daqueles que representam o Estado.

[...] o povo não levanta nem decide problemas, porém esses problemas, que moldam seu destino, são normalmente levantados e decididos para ele. Nessa teoria [pluralista], então, o Estado obtém um certo poder próprio - é ele que toma decisões quanto aos problemas, à legislação e ao curso do desenvolvimento econômico e social. Ao eleitorado cabe o poder de decidir qual grupo de líderes (políticos) ele deseja para levar a cabo o processo de tomada de decisão. (CARNOY, 1990, p. 51).

A própria formação do Estado e sua consolidação estiveram ligadas a questões econômicas, como o surgimento da moeda, a substituição da economia de troca e o

monopólio econômico (ELIAS, 1993 apud STAREPRAVO, 2011). Se no decorrer do surgimento e desenvolvimento do Estado moderno, esse sempre teve um papel de destaque nas várias sociedades, hoje se pode dizer que ele é decisivo para os rumos da sociedade global.

Então o Estado, ou melhor, os agentes eleitos ou escolhidos a quem cabe administrar o Estado, são os responsáveis pela elaboração das políticas públicas para os mais variados setores (STAREPRAVO, 2011). Esses agentes, organizados em arranjos políticos, “interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos” (LINHALES, 1998, p.73). Parece ser este o ponto crucial - quem decide o jogo que se quer jogar: “Aqui se descortina o limite entre aqueles que estão no campo político/burocrático e seus respectivos subcampos produzindo políticas públicas, e aqueles ‘de fora’, a quem apenas cabe eleger os que farão parte do ‘jogo’” (STAREPRAVO, 2011, p. 178). Nesse caso, a pergunta a ser feita é: *Como se apresenta essa divisão entre gestores e beneficiados no caso da política pública esportiva?*

No entanto, cabe destacar que a compreensão das determinações a respeito do Estado se conjuga a uma análise prévia dos fenômenos investigados à luz da categoria da historicidade. Nesse intuito, faz-se necessário o resgate histórico da concepção de esporte. Para esse itinerário, remetemo-nos a Rouyer (1977), que aponta ser a Inglaterra, com seu grande desenvolvimento das forças produtivas, conduzida mais depressa à transformação das relações sociais. Assim a partir do século XVII, a burguesia começa a reinar, com a aristocracia, sob a forma de um compromisso: a monarquia constitucional.

Sinaliza o autor que no começo do século XIX, a classe privilegiada *inventa a atividade esportiva* para satisfazer suas necessidades, reunindo-se nos clubes para praticar atividades físicas. Essas atividades começam a ganhar notoriedade e necessitam de organização, que foi orquestrada por Thomas Arnold:

É nesta época que o clérigo Thomas Arnold, principal “diretor” do colégio de Rugby, se vai servir desta forma de ócio, bem como dos jogos de bola populares, para criar um novo meio de educação: *o desporto*. Estabelece regras e formas precisas de organização para as associações desportivas, os clubes universitários, e confia sua organização aos alunos. Estes organizam jogos interclubes, assumindo o seu próprio treino. *Esta inovação irá conhecer um grande sucesso nas universidades*, bem como no seio das classes dirigentes. (ROUYER, 1977, p. 173, grifo nosso).

Destaca-se que, ainda que de forma resumida e embrionária, o trecho acima já demonstra sinais de uma relação histórica que viria a se estabelecer e fortificar no decorrer do tempo, referimo-nos à aliança entre o sistema educacional e o esporte, incluindo a estrutura universitária.

Acrescenta Rouyer (1977) como a burguesia e a aristocracia, evidenciando seu caráter classista, definem o esporte amador para benefício próprio:

A grande burguesia e a aristocracia querem guardar apenas para si este meio de educação. Para isso, erguem um muro de dinheiro e definem a noção de “amador” (1866). Apenas o ócio que dá riqueza permitirá a prática desportiva, e para evidenciar o caráter de classe desta medida, precisa-se: É amador aquele que não é nem operário, nem artífice, nem assalariado (p. 174).

Para ele, a concepção de desporto é, portanto, uma atividade de ócio da aristocracia e da alta burguesia, além de, essencialmente, um meio de educação social dos seus filhos. Por outro lado, e ao mesmo tempo, o esporte torna-se trabalho de numerosos profissionais. Ao expor as distintas funções sociais do esporte, Rouyer (1977) demonstra o papel educativo do desporto e reconhece a exclusão da classe operária.

Acredita o autor que a existência do ócio “marcado”, essencialmente para uma classe, manifesta o poder, a liberdade, relativas de uma sociedade, em relação com a natureza. Ou seja, o desporto pode aparecer como o livre exercício deste poder, mas o nível de desenvolvimento que permite tal ócio está diretamente ligado com a exploração da classe operária, uma vez que o tempo livre dos trabalhadores não é mais do que o tempo estritamente necessário para refazer a força de trabalho.

As palavras deste estudioso apontam ser “o esporte” uma nova necessidade, em função da natureza do trabalho moderno, no entanto, a luta pela melhoria das precárias condições de trabalho permite aos operários arrancar algumas possibilidades de ócios marcados. Diante dessa conquista, a aristocracia e a burguesia inglesas institucionalizam o esporte com o objetivo de controlar a classe trabalhadora no seu tempo de ócio. Esse novo modelo, institucionalizado denominou-se esporte moderno.

A Inglaterra burguesa dá ao mundo o desporto moderno em formas definidas, institucionalizado e com regras precisas, verdadeiro “direito” desportivo. Primeiramente, ao que parece, a palavra *desporter* que encontramos em Rabelais, teve origem francesa. Contudo, o termo sport que, em inglês, quer dizer jogo, vai tornar-se internacional, e estas práticas diversas, universais (ROUYER, 1977, p. 176).

No tocante a concepção de esporte, Brohm (1982) contribui para a investigação ao conceituar “esporte” como prática institucionalizada e de viés competitivo:

El deporte es un sistema institucionalizado de prácticas competitivas, con predominio del aspecto físico; delimitadas, reguladas, codificadas y reglamentadas convencionalmente, cuyo objetivo confesado es, sobre la base de una comparación de pruebas, de marcas, de demostraciones, de prestaciones físicas, designar al mejor concurrente (el campeón) o de registrar la mejor actuación (récord). El deporte es, pues, un sistema de competiciones físicas generalizadas, universales, abierto por principio a todos, que se extiende en el espacio (todas las naciones, todos los grupos sociales, todos los individuos pueden participar) o en el tiempo (comparación de los récords entre diversas generaciones sucesivas), y cuyo objetivo es el de medir y comparar las actuaciones del cuerpo humano concebido como potencia siempre perfectible. El deporte es, pues en definitiva, el sistema cultural que registra el progreso corporal humano objetivo, es el positivismo institucionalizado del cuerpo, el museo de las actuaciones, el archivo de los éxitos a través de la historia. Es la institución que la humanidad ha descubierto para tomar nota de su progresión física continua; el conservatorio del récord donde quedan registradas sus hazañas (p. 43).

Esse teórico identifica quatro características básicas do esporte: princípio de rendimento, sistema de hierarquização, princípio da organização burocrática, princípio de publicidade e transparência. Brohm (1982, p. 27) discorre que o corpo humano nada mais é que a extensão do princípio do rendimento, “el deporte es la materialización abstracta del rendimiento corporal”.

Constata Brohm (1982) que a sua definição preliminar permite compreender todas as demais determinações do feito esportivo e de sua constituição. O esporte não se converte em uma categoria prática, simples, pura e abstrata, mas que com seu desenvolvimento torna-se mais rico e mais universal na sociedade industrial capitalista.

Linhales (1996), ao analisar a primeira fase do desenvolvimento do esporte no Brasil, do século XIX até o início da década de 1930, considera que o mesmo surgiu a partir de parcela privilegiada da sociedade que se auto-organizou para tal implementação.

Considerando as estruturas e equipamentos necessários à organização dessas entidades, bem como o tempo livre de seus membros, imprescindível para o desenvolvimento das atividades, pode-se supor que tais estruturas ficaram restritas a uma parcela mais abastada da população (LINHALES, 1996, p. 63).

A autora menciona que ajuda financeira ou isenções fiscais para algumas modalidades ou equipamentos esportivos foram atos isolados e assistemáticos, não impedindo a penúria financeira do esporte nacional que quase inviabilizou a

participação internacional de delegações brasileira em competições internacionais e que só teve melhora no final da década de 1930. A subvenção estatal se deu mais ao nível municipal e estadual para a infraestrutura esportiva (estádios, praças e parques).

Linhales (1996) argumenta que começava o processo de centralização do poder para de fato operar-se a construção do Estado Brasileiro com base no nacional desenvolvimentismo e no populismo usando como estratégia o “Estado de Compromisso”, definido como a tentativa do governo em agradar simultaneamente a muitos interesses divergentes em função de nenhum ator ou facção de poder ter supremacia sobre os outros.

Denota a autora que Getúlio Vargas, para se fortalecer com o populismo, passou a valorizar as manifestações culturais e as práticas esportivas mais populares, construiu áreas de lazer para as atividades esportivas, incentivou atividades teatrais e cinematográficas, buscando ter maior controle do tempo livre da população.

Ao incorporar ao conjunto de suas metas e atribuições a Educação Física e a educação eugênica da Nação, com ênfase nas ações sobre a infância e a juventude, o Estado brasileiro começa, gradativamente, a se ocupar do setor esportivo, que se organizava com expressiva autonomia em relação ao Estado (LINHALES, 1996, p. 78).

Linhales (1996) assevera que o esporte moderno constitui um sistema capaz de comportar diferentes instituições e atores sociais, que se encontram, direta ou indiretamente, envolvidos com as variadas formas de consumo e de prática esportiva. E que esse conjunto multifacetado incorpora ações e organizações que envolvem o Estado e o mercado, e as organizações sociais que estabelecem mediações entre ambos.

Starepravo (2005) reforça que a origem do esporte ocorre na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XIX, o conceito de esporte moderno se difere das atividades físicas até então praticadas, chamadas de passatempos. As principais diferenças entre passatempos e o esporte moderno são a introdução de regras, institucionalização e universalização das práticas. Estas mudanças facilitaram com que as práticas corporais, agora com características de esporte moderno, se difundissem para outros países como um novo padrão de divertimento.

Guttmann (1979, apud BRACHT, 2005) identifica sete características básicas deste mesmo esporte moderno: secularização, igualdade de chances, especialização dos papéis, racionalização, burocratização, quantificação e busca do *record*. Estes elementos são fundamentais para entender a constituição do esporte moderno.

Bracht (2005) conceitua o esporte moderno como uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo regional e historicamente datado, pois surge no âmbito da cultura européia por volta do século XVIII. De acordo com Bracht, (2005, p. 15) “esse fenômeno esportivo, com esse padrão, tomou como de assalto o mundo da cultura corporal de movimento, tornando-se sua expressão hegemônica, ou seja, a cultura corporal de movimento esportivizou-se.” Essa hegemonia é conquistada devido ao alinhamento entre os preceitos e características deste esporte moderno e aqueles que organizavam a sociedade capitalista urbano industrial. Como consequência dessa hegemonia e esportivização, o esporte rapidamente se expande para o resto do mundo.

Bueno (2008) contribui com o debate ao definir esporte como conjunto específico de atividades físicas vigorosas, normatizadas (institucionalizadas) praticadas individualmente ou em grupo, com a finalidade simultânea ou dissociada da busca do lúdico, do prazer, do condicionamento físico e, sobretudo, da competição.

As caracterizações do esporte apresentadas guardam em si muitos pontos de convergência, porém o esporte – assim como o Estado – modifica-se historicamente à medida que se altera a estrutura social na qual ele se desenvolve. Nesse sentido, podemos afirmar que o fenômeno esportivo durante seu processo de expansão pelo mundo foi permeado por mudanças e interferências em diferentes contextos, políticas, econômicas, sociais, dentre outros. Antes da entrada do Estado no setor esportivo, a chegada do esporte no Brasil foi marcada por volta do século XIX. Nesse primeiro momento, as modalidades esportivas que surgem guardam estreita relação com as preferências e hábitos culturais dos diferentes grupos imigrantes, que se constituíram como atores de destaque no processo de implantação das práticas esportivas no país (LINHALES, 1996, P. 67).

Para Linhales (1996), o processo de organização da sociedade em agremiações esportivas foi inspirado por provas rústicas utilizadas anteriormente, base para as primeiras atividades propriamente esportivas. Destarte, a partir 1870 e 1910, mais de 60 clubes náuticos ou de regatas foram criados em várias cidades brasileiras. A cultura associativista (clubes) no país se desenvolveu a partir da influência das comunidades imigrantes, especialmente na região Sul do país, com o objetivo de preservação de tradições culturais, artísticas e esportivas em suas coletividades (VERONEZ, 2005).

Linhales (1996) acredita que o tempo livre, as estruturas e equipamentos disponíveis foram necessários à organização dessas entidades, supondo que tais estruturas ficaram restritas a uma parcela mais abastada da população, ressalta que paralelamente ao desenvolvimento destas atividades, outras modalidades esportivas também iniciaram seu processo de institucionalização. E além da ginástica, já obrigatória, os colégios e as academias militares, desenvolveram e estimularam a prática e a disputa da esgrima, do tiro ao alvo, da equitação e da natação.

Sinaliza a autora que nas primeiras décadas da República, com a intensificação da imigração européia e com o estabelecimento de antigos imigrantes colonos do café nos centros urbanos, começam também a chegar novos e variados esportes coletivos. Porém, esportes que chegam da elite européia, não se popularizaram. E outros que chegam das mãos da Igreja se popularizaram:

O basquetebol e o voleibol que chegaram pelas mãos da Associação Cristã de Moços (ACM), que tem sua primeira sede fundada no Rio de Janeiro, em 1893, constituindo importante entidade disseminadora de tais modalidades, com novas sedes sendo fundadas posteriormente em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Também o futebol, que em momento posterior viria a ser o esporte mais popular da Nação, chega ao Brasil pelos "pés" da elite aristocrática inglesa no ano de 1894 (LINHALES, 1996, p. 64).

No primeiro período republicano, o Brasil passou por várias mudanças políticas, econômicas e sociais. Dentre elas, poderíamos destacar: a) a consolidação dos ideais liberais à Proclamação da República, em 1889; b) a promulgação da Constituição de 1891; e, antes disso, c) a Abolição da Escravidão em 1888. Essas mudanças iniciais abriram caminho para a estruturação do "mercado de trabalho livre" no Brasil. Posteriormente, o estímulo à industrialização decorrente do projeto de modernização da sociedade brasileira, particularmente de sua economia, levado a cabo pela aliança entre as oligarquias agrárias, a nascente burguesia industrial e os ideólogos políticos republicanos, fazendo emergir os primeiros grandes centros urbanos, fato este que favoreceria a disseminação do esporte pelo país (NOGUEIRA, 1998 apud VERONEZ, 2005).

Veronez (2005) argumenta ser verdade que a partir dos anos 1930 houve uma mudança no padrão de intervenção do Estado na sociedade e, em especial, no setor esportivo, mais intensamente a partir do período da Era Vargas conhecido como Estado Novo (1937-1945). No entanto, ressalta a existência de certo grau de organização da estrutura esportiva antes da intervenção estatal:

Mas antes disso, isto é, antes de o governo resolver intervir de forma a tutelar o esporte, diversas modalidades com suas regras estabelecidas já eram praticadas campeonatos com rígidos regulamentos ocorriam periodicamente, vários clubes já tinham sido criados e estavam regimentalmente ordenados, diferentes entidades voltadas à gestão do esporte já se encontravam estatutariamente organizadas, seleções e equipes nacionais já participavam há longa data de eventos internacionais representando o país, enfim, a esfera esportiva já estava perfeitamente integrada à vida cotidiana na sociedade brasileira, portanto, já possuía uma história, cuja trajetória havia despertado o interesse das massas e da intelectualidade nacional (VERONEZ, 2005, p. 168-9).

É nesse momento, considera Veronez (2005), que ocorre um novo padrão de intervenção estatal no esporte – totalitário, centralizado, burocrático e corporativista, do mesmo modo que nas demais esferas da vida social. Esse arquétipo começou a ser implementado num momento específico de desenvolvimento do capitalismo no nosso país, de acirramento de interesses entre uma burguesia rural e uma industrial, em que o Estado estava sob o controle destas últimas, porém, sem apresentar as condições de hegemonia necessárias para protagonizar a elaboração e implantação de um projeto de modernização da sociedade.

Bueno (2008) descreve que a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, redirecionou os rumos da ação estatal para o setor esportivo. O Estado reconheceu a crescente importância do esporte para a população, principalmente o futebol, bem como os interesses e os conflitos entre as elites envolvidas em sua administração. Como nos demais setores, o Estado chamou a si a responsabilidade de normatizar, controlar e utilizar as entidades esportivas de acordo com a sua orientação ideológica nacionalista. Na nova ordem política, o esporte é alçado como instrumento do Estado para legitimação do projeto de desenvolvimento econômico e social do país.

Dentro desse contexto de grandes mudanças socioeconômicas, a esfera esportiva não ficou imune às mudanças. Entretanto, Veronez (2005) argumenta que no Brasil as ações governamentais que objetivaram regulamentar, ordenar e controlar de forma direta o setor esportivo ocorreram anacronicamente depois deste ter atingido um grande desenvolvimento institucional no âmbito das relações privadas.

O autor cita a afirmação de Linhares (1996, p. 43), “o esporte não surge no Estado” – e diz que esta representaria melhor a realidade se fosse expressa por “o esporte não se reduz ao Estado” –, isso não quer dizer que estivesse fora dele. Ou seja, não significa dizer que o Estado não se relacionava com o “aparelho” esporte;

pelo contrário, eram íntimas estas relações e claro o objetivo de operacionalizar sua função primordial de garantir o consenso e a hegemonia das classes dominantes.

Em âmbito nacional, Starepravo (2005) relata que o esporte moderno chegou ao Brasil no final do século XIX e começou a se estruturar dentro dos clubes. Já no início do século XX, os esportes iniciaram um processo de popularização e massificação, o que antes era restrito a uma camada específica da sociedade, que tinha acesso aos clubes, rapidamente passa a ser incorporado por toda a sociedade em seus diversos estratos sociais. Com essa expansão, o esporte se consolidou e passou a ter cada vez mais adeptos em suas diversas modalidades.

Essa expansão do esporte em esfera global é decorrente da relação simbiótica que estabelece com o modelo societal contemporâneo. Eichberg (1979) e Rigauer (1969) citados por Bracht (2005) entendem que alguns princípios que passaram a reger a sociedade capitalista industrial acabaram sendo incorporados pelo esporte, como foi o caso do princípio do rendimento.

Bueno (2008) relata que o início da participação do Brasil em competições internacionais no início do século XX, acentuadamente as de futebol, reforçam a popularização do esporte no país, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e nas modalidades já institucionalizadas no modelo de clubes e associações.

O autor cita um estudo sobre a história institucional da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) feito por Sarmiento (2006) sobre a importância do futebol para a centralização e desenvolvimento da organização do esporte nacional nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, o próprio futebol cresceu em meio a graves disputas locais de ligas rivais ou entre grupos regionais a procura da primazia organizacional e do poder político sobre a modalidade. Conseqüentemente, tais desavenças regionais exigiram a mediação do governo federal, em 1916, que instituiu a Confederação Brasileira de Desportos – CBD.

Em referência às disputas no setor esportivo organizado e a presença do Estado na regulamentação do esporte na década de 1930, retomamos as palavras de Castellani (2008).

Vivíamos o Estado Novo e o esporte era um campo que não estava sob controle desse Estado autoritário. O governo de exceção de Getúlio Vargas não tinha, ainda, lançado olhos para o campo esportivo. Uma situação circunstancial incomodou o presidente da república e fez com que ele encomendasse ao seu ministro da justiça um projeto que disciplinasse o esporte brasileiro: o Brasil tinha uma estrutura de Confederações esportivas, na qual havia a possibilidade de que mais de uma Confederação cuidasse da mesma modalidade esportiva (por exemplo, tínhamos no Rio de Janeiro e

São Paulo duas confederações que cuidavam do futebol). O Brasil foi convidado a participar de uma competição internacional e a Confederação Carioca ficou com a responsabilidade de “montar” a equipe. Em virtude da rivalidade já existente entre as Confederações do Rio e de São Paulo, os atletas paulistas não foram liberados para fortalecer a seleção nacional, que iria participar desse certame internacional. A equipe nacional disputou a competição com os representantes cariocas e não se deu bem: obteve um resultado muito ruim, que repercutiu mal internacionalmente. Isso irritou bastante o Presidente da República que, de imediato, solicitou ao seu ministro que construísse mecanismos, ordenamentos legais, que colocassem parâmetros na organização desse campo a fim de que o Estado, pudesse intervir no âmbito do esporte brasileiro. O primeiro documento legal, de 1941 foi traduzido no decreto-lei 3.199 (p. 133 e 134).

Como exemplificamos acima, a trajetória esportiva é permeada por múltiplos interesses e disputas, em busca de legitimação como prática social e como política pública entre os envolvidos na tentativa de institucionalizá-lo.

Tais disputas, para Linhales (1996), penetraram o Estado e vice-versa, o setor esportivo comporta diferentes matizes e intenções, que variam em função dos diferentes estágios da trajetória Estatal, como em função das diferentes formas de relacionamento que a sociedade organizada “esportivamente” estabelece com o setor público.

É importante reconhecer a possibilidade de diferentes segmentos sociais processarem escolhas e atuarem como atores estratégicos, inclusive quando a decisão ou escolha for a de não participar.

A autora não refuta a relevância e a primazia do Estado no desenvolvimento do esporte no Brasil, pois acrescenta ser fundamental resgatar o potencial criativo contido na sociedade, sua possibilidade de autonomia, bem como os diferentes motivos que orientam diferentes escolhas.

Essas diferentes escolhas, proporcionadas pelo Estado no atendimento das demandas sociais, ganham forma com as políticas públicas esportivas e sua efetiva implementação conta com forças que emergem da sociedade e que muitas vezes colocam em questão arranjos aparentemente estáveis ou chegam a produzir alterações no sistema de governo existente.

Ao adentrar o universo das políticas públicas esportivas, os autores (GOBERT e MULLER 1987 apud HOFLING, 2001) discorrem que elas representam o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Vale ressaltar, no entanto, que o Estado não pode

ser reduzido à burocracia pública, bem como aos organismos estatais que conceberiam e implementariam tais políticas.

Nesse intuito, Hofling (2001) acredita que é importante, ao analisar e avaliar as políticas implementadas por um governo, olhar para fatores de diferentes natureza e determinação, desde a diferenciação entre Estado e governo:

[...] é possível se considerar *Estado* como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e *Governo*, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001, p. 31, grifos nossos).

Hofling (2001) compreende as políticas públicas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, corroborando com as interpretações de outros autores já destacadas, as políticas públicas não podem ser reduzidas às políticas estatais. Ademais, a autora destaca que as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Já Muller (2002), acredita que são três acepções que definem o termo política, a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*policies*), que designa o processo pelo qual são elaborados e implementados os programas de ação pública, ou seja, dispositivos políticos-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos.

Pereira (2008) diz que ao contemplar todas as forças e agentes sociais, comprometendo o Estado, a política social se afigura uma política pública, isto é, um tipo, dentre outros, de *política pública*. Portanto, ambas as designações (política social e política pública) são *policies* (políticas de ação), integrantes do ramo de conhecimento denominado *policy science*, só que a política social é uma *espécie* do gênero *política pública* (*public policy*). Sinalizamos aqui que utilizaremos o conceito “política social”, por entender que as políticas esportivas precisariam se inserir nesse gênero de política pública, na medida em que deveriam ter como norte a garantia de

acesso a um direito de cidadania (o esporte), pautado na sua vivência como prática de lazer e com foco na promoção da saúde.

Entretanto, Pereira (2008) chama a atenção para o significado do termo público que qualifica política social como política pública e que impossibilita sua identificação exclusiva com o Estado. Diferente disso, sua maior identificação é com o que em latim se denomina de “[...] *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos), ou seja, coisa de todos, para todos” (PEREIRA, 2008, p. 173), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado (inclusive a lei que está acima dele), quanto a sociedade, no atendimento de demandas e necessidades sociais, sob a égide de um mesmo direito e com o apoio de uma comunidade de interesses.

Ainda que o benefício de todos pareça utópico ele serve como um horizonte ou um parâmetro norteador. Isso porque, o termo “*público*” que qualifica a política tem um intrínseco sentido de universalidade e totalidade. Em outras palavras, a ação pública estende-se para além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos de decisão do governo.

Política social, para Pereira (2008), é uma política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender às necessidades sociais, assim a resolução dessas necessidades ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos. Além disso, a autora compreende a política social inextrincavelmente relacionada ao Estado, governos, políticas (no sentido de *politics* – referente aos temas clássicos da política, como eleição, voto, partido, parlamento, governo e de *polity* – forma de governo ou sistema político) e aos movimentos da sociedade.

A política social, argumenta Pereira (2008), assume uma concepção a partir dessa caracterização e levanta algumas questões:

- a) Embora o termo *policy* signifique basicamente princípios para a ação, o termo social, que a complementa, qualifica a ação a ser desenvolvida e os requerimentos indispensáveis à satisfação de demandas e necessidades. Disso resulta que o termo composto política social, longe de ser a mera soma de um substantivo com um adjetivo, define uma área de atividade e interesses que requer: conhecimento do alvo a atingir, estratégias e meios apropriados para a consecução da política, organização, amparo legal e pessoal capacitado;
- b) Apesar de nem sempre a política social produzir bem-estar, este é de fato seu último – do contrário o termo social perderá consistência. E mais, para ser social, uma política de ação tem que lidar com diferentes forças e agentes em disputa por recursos e oportunidades, sem perder a sua

contraditória irreduzibilidade a um único domínio (MILLER, 1999, apud PEREIRA, 2008, p.172).

A política social tem que ser vista como uma política que, antes de interrogar sobre os recursos a serem distribuídos, leva em conta as posições desiguais dos cidadãos na estrutura de classes da sociedade. Em consequência, a concepção de política social deve também contemplar o conhecimento de como se criam as necessidades e de como estas se distribuem, com o objetivo de modificá-las (PEREIRA, 2001, p. 173).

As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX (PEREIRA, 2001), são voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais, ou seja, afirma ser impossível pensar o Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo.

Outro aspecto, Pereira (2008) analisa que as políticas públicas são guiadas pelos interesses da sociedade, portanto, devem visar à satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada, ou, das necessidades do capital. Além disso, as políticas visam efetivar direitos conquistados por meio de lutas e tensões no decorrer na história societal, concretizar direitos sociais declarados e garantidos nas leis são, via de regra, conquistas da sociedade, mas que obtêm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se em programas, projetos e serviços.

Em uma visão mais restrita à execução, Menicucci (2006) apud Starepravo (2011) conceitua políticas públicas setoriais como aquelas ações governamentais que visam atender à sociedade com relação a uma determinada demanda. Construídas historicamente num processo não linear de lutas sociais conquista de direitos e mudanças de valores, as políticas sociais representam, hoje, o modo de intervenção estatal no que tange às questões sociais, mais especificamente, aquelas relacionadas à garantia dos direitos sociais (educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, esporte, etc.). Estas ações pressupõem a atuação decisiva e operacional do Estado, já que “diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio das políticas sociais” (MENICUCCI, 2006 apud STAREPRAVO, 2011).

Sem o intuito de perder de vista os conceitos apresentados, entendemos que a relação construída historicamente entre o Estado e o Esporte é também dialética e,

por conseguinte, marcada por divergências e acomodações de interesses. Tais conflitos se expressão em diferentes dimensões, sendo uma delas as políticas públicas – destacadas neste capítulo. Entretanto, essas disputas também se apresentam no interior da estrutura organizacional e do marco regulatório. Nesse sentido, no próximo capítulo vamos contextualizar uma parcela da organização esportiva, nos debruçando sobre a histórica do “Esporte Universitário”, a fim de sinalizar as trajetórias, dispositivos legais responsáveis pela configuração atual desse campo.

CAPÍTULO 2 - ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: TRAJETÓRIA E POLÍTICAS

2.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO EM TEMPOS DO ESTADO NOVO E DITADURA

Este estudo parte do pressuposto de que o esporte é um importante fenômeno social e cultural contemporâneo. Além dos aspectos econômicos e políticos que o cercam, reforça nossa suposição o fato de, em âmbito nacional, desde 1988, o esporte compor o rol dos direitos a ser garantidos pelo Estado brasileiro ao conjunto dos cidadãos.

Ao mesmo tempo, concordamos com a visão de Castellani Filho (2008) de que o esporte é: “um patrimônio cultural da humanidade, como um elemento da cultura de um povo e que, por ser elemento da cultura de um povo, por si só justificasse a sua apropriação por parte desse povo” (p. 134). Nesse sentido, adota-se neste trabalho o entendimento de que o dever do Estado não se restringe à garantia do acesso ao esporte como direito, mas também em fomentar ações que promovam o esporte, orientadas pelos princípios da construção da cidadania e do desenvolvimento humano.

Partindo dessa compreensão, o esporte pode vir a contribuir na formação humana da população em geral e dos jovens, em particular. Vale lembrar que a população jovem é aquela com os menores percentuais de sedentarismo, mas, concomitantemente, a com maiores índices de abandono à prática de atividades físicas e esportivas (BRASIL, 2015). Essa saída de uma vida ativa é justificada pela falta de tempo, decorrente das mudanças no cotidiano desses jovens ao ingressarem na vida adulta, pois passam a incluir entre suas preocupações as demandas de uma formação profissional e do ingresso no mercado de trabalho. Diante desse cenário, o ambiente universitário passa a ser um espaço fundamental, tanto na construção de um projeto esportivo voltado à formação humana, bem como na possibilidade de garantir a permanência dos jovens na prática esportiva.

Face ao exposto, torna-se imprescindível compreender melhor como se configura o esporte universitário no Brasil. Segundo Starepravo (2010), o esporte universitário no Brasil, assim como outras manifestações do esporte na sociedade

(MEZZADRI, 2000; LUCENA, 2001), já era praticado em suas instituições muito antes do poder público vir a regulamentá-lo.

As primeiras manifestações do esporte universitário no Brasil datam do final do século XIX, no *College Mackenzie* em São Paulo, na Faculdade de Medicina e Cirurgia, localizada na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), e na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1900, o *College Mackenzie* veio a disputar o campeonato de futebol e outros esportes. Clubes como Botafogo, Flamengo, Fluminense, na época, contribuíram para o início do esporte universitário, já que detinham em suas representações esportivas muitos universitários (Hatzidakis, 2006).

As primeiras competições universitárias realizaram-se dentro de seus próprios Estados. Em 1916 estas disputas saíram para níveis interestaduais, sendo que São Paulo e Rio de Janeiro foram os primeiros a se defrontarem (Hatzidakis, 2006).

A criação das primeiras federações universitárias, na opinião de Toledo (2006) apud Starepravo (2010), foram o FAE (Federação Atlética de Estudantes), no Rio de Janeiro, atualmente FEURJ (Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro), em 1933, e a FUPE (Federação Universitária Paulista de Esportes), em 1934, que aconteceu antes mesmo da disputa dos primeiros Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), na época chamada de Olimpíada Universitária. O autor ainda cita Casper Líbero, desportista e incentivador do esporte brasileiro, em 1935, como sendo aquele que conseguiu realizar em São Paulo a I Olimpíada Universitária do Brasil.

A FUPE encarregou-se da realização da II Olimpíada Universitária Brasileira (STAREPRAVO, 2010), no ano de 1940, na ocasião há o registro da participação de um número maior de participantes de outros estados, como Rio Grande do Sul, Distrito Federal (então Rio de Janeiro), Estado do Rio, Minas Gerais e Bahia. Tal competição foi considerada pelo governo, quando da regulamentação do esporte universitário brasileiro, como a terceira edição dos Jogos Universitários Brasileiros. A primeira teria sido a I Olimpíada Universitária Brasileira e a segunda os Jogos Universitários de Minas Gerais, em 1938.

No que se refere à legislação esportiva, o esporte universitário é tratado dentro do Decreto-Lei nº 3.199 de abril de 1941¹⁵, que estabeleceu as primeiras bases de organização do esporte em todo o país. De acordo com artigo 11 deste decreto

¹⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 ago. 2016.

algumas “categorias esportivas” deveriam seguir organização separada, dentre elas se localizava o esporte universitário.

Art. 11. Terão organização à parte, relacionados, entretanto com o Conselho Nacional de Desportos, e com as confederações e com as entidades especiais de que trata o artigo anterior, os *desportos universitários* e os da Juventude Brasileira, bem como os da Marinha, os do Exército, e os das forças policiais (grifo nosso).

O teor do Decreto-lei nº 3.199 de 1941 expressava mais a preocupação com o estabelecimento de instrumento de controle estatal, expressando as características autocráticas do governo da época, do que a possibilidade de incremento da prática esportiva (MANHÃES, 1986; LINHALES, 1996). Um exemplo dessa perspectiva vigilante é a criação, por meio do documento, do *Conselho Nacional de Esportes – CND*, responsável pela organização do esporte no Brasil. A gênese desta instituição, instância máxima de poder do sistema esportivo, e sua posterior atuação junto às entidades do setor esportivo, aclaravam o modo autoritário e centralizador de o Estado intervir no esporte.

São destacadas três dimensões do ideário estadonovista¹⁶, que influenciaram o Brasil, *corporativismo, nacionalismo e modernização social*, perpassaram a quase totalidade das relações Estado-sociedade durante o Estado Novo (LINHALES, 1996). Os condicionantes desse período autoritário são incorporados pelo esporte brasileiro com consequências que, em alguns aspectos, vigoram até os nossos dias. “A ideia de modernização sociopolítica também perpassará o setor esportivo como justificativa para o Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelecerá as bases de organização do esporte no País” (LINHALES, 1996, p. 85).

O instrumento legal ainda dá outras providências no que concerne à Organização Geral dos Desportos, Capítulo III, Das Confederações Desportivas, artigo 12 – “*As confederações, imediatamente colocadas sob a alta superintendência do Conselho Nacional de Desportos, são as entidades máximas de direção dos desportos nacionais*”; Capítulo IV, Das federações desportivas, artigo 18 – “*As federações, filiadas às confederações, são os órgãos de direção dos desportos em cada uma das unidades territoriais do país (Distrito Federal, Estados, Territórios)*”; Capítulo V, Das Ligas e Das Associações Desportivas, artigo 24 – “*As associações*

¹⁶ Considera-se aqui o período compreendido pelo projeto de Governo iniciado com a Revolução de 1930 e consolidado sobremaneira com a ditadura instituída em 10 de novembro de 1937, estendendo-se até 1945, quando há, embora limitado, o restabelecimento da ordem democrática.

desportivas, entidades básicas da organização nacional dos desportos, constituem os centros em que os desportos são ensinados e praticados. As ligas desportivas, que têm carácter facultativo, são entidades de direcção dos desportos, na órbita municipal”; Capítulo VI, Das Competições Desporto, artigo 27 – “*Nenhuma entidade desportiva nacional poderá, sem prévia autorização do Conselho Nacional de Desportos, participar de qualquer competição internacional*”, artigo 28 – “*Resolvida, pelo Conselho Nacional de Desportos, a participação do país em competição internacional, não poderão as confederações nem as entidades que lhes sejam direta ou indiretamente filiadas, se convocadas, dela abster-se*”¹⁷.

Alguns dos artigos destacados acima demonstram que o Governo se municiou sistemática e legalmente para intervir e controlar a organização do esporte, delegando às instituições privadas funções subordinadas a uma gestão central. Uma forma de estrutura organizacional que também atingia o esporte universitário.

O processo de construção da hegemonia do esporte, em comparação às demais atividades corporais de movimento - já destacado por Bracht na esfera global -, no caso do Brasil também guarda relação com a ideia de modernidade e progresso (LINHALES, 1996). Por intermédio do esporte, como atividade corporal de movimento em pleno crescimento nos países desenvolvidos, caberia ao Brasil adotá-lo também como parte de suas metas de modernização, sustentadas pela racionalidade e pela eficiência. A ideia de disciplinar o setor esportivo, segundo a autora, é a justificativa que motivou o Estado Novo a estabelecer esse decreto.

O interesse do Estado Novo em disciplinar o setor esportivo foi o argumento central que justificou o estabelecimento do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Disciplinar o esporte significou atrelá-lo ao Estado, por meio de um rígido e hierárquico controle, capaz de conter o mandonismo pessoal e a politicalha existente no setor (LINHALES, 1996, p. 86).

Existem três discursos básicos que orientam a legislação de 1941: o discurso da disciplina, o discurso nacionalista e o discurso moral e cívico (MANHÃES, 1986 apud LINHALES, 1996).

Quanto ao primeiro discurso, Manhães (1986) confirma a intenção do Estado em disciplinar o sistema esportivo na perspectiva da negação da pluralidade e da autonomia existentes no setor. O Estado apresenta-se como árbitro neutro, capaz de pacificar os conflitos e limitar o poder da iniciativa privada, numa espécie de tentativa

¹⁷ Os artigos destacados representam a organização vertical geral das Entidades Esportivas do Esporte, que é comum à estrutura organizacional do Esporte Universitário, cada um em sua atuação jurisdicional.

de anulação de todas as diferenças, diversidades e disputas. Deliberações e legislações posteriores ao Decreto-Lei 3.199/41 são apresentadas e analisadas pelo autor como novas tentativas de controle frente aos conflitos que persistiram e resistiram à lei principal.

Outro aspecto de relevo problematizado por Manhães (1986), é a similaridade existente entre o Sistema Esportivo e o ordenamento sindical também instituído pelo Estado Novo. Uma análise comparativa de ambos evidencia o caráter corporativo da disciplinarização. O quadro abaixo evidencia a convergência dos princípios adotados:

Figura 8 – A ordem corporativa: nos sindicatos e nos setores esportivos.

Características da Ordem Corporativa	Sindicatos	Esportes
Intervenção e Controle	Sujeitos a: alvará, modelos de estatutos, registros oficiais, controle da contabilidade e da administração e às intervenções diretas	Entidades sujeitas a: alvará, modelos de estatuto, registros oficiais, controle da contabilidade e da administração e às intervenções diretas
Oficialização das Entidades	"Exercer funções delegadas do poder público" (Carta de 1937)	"Órgãos de execução das decisões do CND" (Regimento do CND)
Aparelhação da Ordem	Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho	CND
Verticalização Linear das Funções	Por profissão	Por ramo desportivo
Harmonia	Linguagem colaboracionis-mo nacionalista	Linguagem colaboracionis-mo nacionalista

Fonte: Manhães (1986).

A partir dessa perspectiva disciplinar/corporativa que embasa o Decreto-Lei nº 3.199/41, o esporte brasileiro passou a ser controlado pelo Estado (contra a autonomia); as entidades esportivas, tais como confederações e federações, foram oficializadas (contra a iniciativa privada e de grupos); o sistema esportivo sofreu uma verticalização linear de suas funções (contra o pluralismo); institucionalizou-se o “aparelhamento da ordem”, mediante a criação do CND (contra o poder estatutário que regia a organização de várias modalidades esportivas) e, finalmente, a “harmonia” e a “disciplina” passaram a ser as palavras-chave e de justificativa (contra o conflito). Assim, o Estado introduz, na organização esportiva, as intenções de controle e intervenção que paulatinamente foi construindo para tomar em suas mãos toda a sociedade brasileira.

Ao problematizar o discurso nacionalista, Manhães (1896) destaca o investimento da lei no sentido da transformação do esporte em uma elevada expressão da "energia nacional". Destaca, também, a função eugênica atribuída às práticas esportivas, visto que estas se encontram à serviço da "harmonia social" e

devem sobrepor-se aos interesses particulares interpretados como "elementos de desnacionalização", cabe ressaltar que esse discurso intenta desconstruir a organicidade da comunidade acadêmica na disputa de interesses coletivos em detrimento da manutenção da harmonia social.

A ideia de nacionalização dos desportos significou o favorecimento dos interesses relativos ao esporte seletivo e/ou competitivo, em detrimento das demais formas de organização esportiva, que são tratadas pela legislação como "organizações à parte", com finalidades outras que não a de representar a "energia nacional" (MANHÃES, 1896), esse argumento é condizente com a forma de organização do esporte universitário "deixada à parte", cuja representação é minoritária no contexto do esporte profissional.

O caráter nacionalista também fica evidenciado pelas restrições e proibições relativas à profissionalização de atletas e dirigentes, a partir do argumento de que o amor à bandeira nacional deveria estar acima de interesses particularistas. A nação - reificada - reifica os resultados esportivos, sobrepondo-os aos demais interesses que porventura se apresentassem ao esporte brasileiro.

O terceiro e último discurso, o moral e cívico, é identificado pelo autor na legislação analisada a partir da ideia de que o esporte deveria possuir um caráter "educativo", em consonância com a moral e o civismo considerados necessários à Nação. Estes, por sua vez, deveriam pautar-se pelo processo de construção da harmonia social e pelo aprendizado da nacionalidade. A expressividade cívica constituía critério fundamental para todos os envolvidos com o esporte nacional, desde os membros que compõem o CND até o público presente aos estádios. Adita o autor que o discurso moral e cívico busca desenvolver uma "patriotização mítica do esporte", da qual não escapam nem os heróis esportivos, que se tornam fetiches da nacionalidade, nem os símbolos e expressões esportivas, aí incluídos uniformes, cores, slogans, bandeiras, etc., também sujeitos a normas e regras oficiais.

Já sobre a questão do profissionalismo, analisada na perspectiva desse discurso, identifica-se a construção, em torno do esporte profissional, da ideia de que ele é amoral, porque mercenário, enquanto o esporte amador é interpretado como favorável ao bem comum e permeado de valores morais, portanto, mais afinado com o ideário da lei (LINHALES, 1996). Ao qual sugere que a persistência do profissionalismo, que no período acontecia basicamente no futebol, desde 1933, apresenta-se como uma forma de resistência aos discursos que sustentaram a

estatização do esporte, a partir das leis do Estado Novo, mesmo embora controlados pelos órgãos oficiais, os interesses econômicos resistem e acabam por ser incorporados ao sistema esportivo brasileiro, conclui a autora.

Se o movimento em relação à oficialização era justificado como elemento modernizador, e se o modelo de modernidade vinha da Europa e dos Estados Unidos, a profissionalização não poderia ficar de fora... o Brasil já estava atrasado quase meio século! Também há de se considerar, conforme a autora, que lideranças não se criam por decreto, e as lideranças envolvidas com a mercantilização do esporte brasileiro já vinham sendo gestadas desde as décadas de 1910 e 20 (LINHALES, 1996, p. 91).

A partir dos três discursos, o Estado Novo justificou o processo de estatização do esporte brasileiro, assim sobrepondo-se à sociedade por mecanismos legais estabelecidos autoritariamente, deixou poucas brechas para a emergência de resistências oriundas das entidades civis (MANHÃES, 1986 apud LINHALES, 1996).

A síntese das iniciativas estadonovistas na modernização do esporte foram organizadas pelo viés autoritário (LINHALES, 1996). De acordo com Manhães (1986), que afirmava ser o decreto de 3.199 de 1941 uma lei básica, na qual qualquer clube “de esquina” estava obrigado a se registrar, sendo a aprovação deste condicionada aos moldes do estatuto padrão do CND, cujo presidente era nomeado diretamente pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação. Assim, tornava-se um ditador absoluto que jogava a favor de conveniências particulares, para os clubes e entidades, ou seja, autoritário e absoluto. Vale destacar que esse poder existe até os dias atuais, basta apenas acioná-lo.

A estatização proveniente da legislação mencionada não chegou perto de possibilitar a implementação do esporte como um direito social, uma vez que ao oficializar o esporte, elencando-o como responsabilidade de Estado incumbiu não em assegurá-lo à serviço dos cidadãos, mas sim à serviço da Nação. O esporte universitário que até então era desenvolvido dentro das universidades pelos próprios alunos, passa a ser regulamentado e organizado pelas entidades esportivas na busca de encontrar talentos esportivos em detrimento de disponibilizar o esporte de caráter lúdico e universal. Isso porque, as prioridades concentravam-se no desenvolvimento do esporte seletivo e de alto rendimento, o que, em termos gerais, significou o desencadeamento do processo de exclusão que caracterizará o esporte brasileiro promovido pelo Estado. Por conseguinte, os excluídos do sistema esportivo, a maioria da população, buscaria formas próprias e embrionárias de organização e prática esportiva, ou nesse sistema se enquadrariam na condição de passivos espectadores.

Houve nesse período do Estado Novo aporte para o desenvolvimento do esporte universitário, embora tenha realizado sua primeira olimpíada¹⁸ em 1935, esse ganhou expressão política no Estado Novo, pelo empenho pessoal do Ministro Capanema, que dispensava tratamento especial de forma personalista, passando muitas vezes por cima da lentidão burocrática de seu Ministério. Esse investimento específico tinha inspiração em modelos considerados de vanguarda, onde se destacam os da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Pela expressividade já atingida pelo esporte universitário naqueles países, o Ministro Capanema toma-os como referência, concedendo aos atletas universitários brasileiros um tratamento especial e diferenciado em relação aos demais setores esportivos organizados (LINHALES, 1996, p. 94).

Esse tratamento diferenciado manteve-se para além do período estadonovista. Todavia, Linhales (1996) relata que a criação da Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU não foi suficiente para expandir o esporte universitário.

[...] A CBDU é criada em 1939 e legalizada pelo Decreto-Lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941, como entidade responsável pela representação do esporte universitário. Sua existência não significou, entretanto, a expansão e a organização do setor esportivo no âmbito universitário, tal como ocorre nos países adotados como modelo (LINHALES, 1996, p. 94).

A autora diz que esses são alguns elementos que caracterizam a trajetória política do esporte brasileiro entre 1930 e 45. Deste modo, esse período marcou, significativamente, o que viria depois, na seguinte afirmação:

Se, por um lado, é possível afirmar que essa etapa acolheu um verdadeiro processo de popularização e massificação do esporte, apoiado pelo Estado, por outro lado, vale destacar que tal processo não significou a democratização do esporte ou a sua consolidação como um direito social. O esporte foi institucionalizado, ganhou legislação própria, foi oferecido pelo Estado a diferentes segmentos sociais, como um bem coletivo. Recebeu investimentos públicos e constituiu uma burocracia oficial para seu desenvolvimento, controle e fiscalização. Foi estatizado, sem contudo, ter sido publicizado, e este é o dilema central que se perpetuará, apontando as diferenças existentes entre massificar e democratizar. Em consonância com o ideário político pós-Revolução de 30, de construção e legitimação do Estado, de fortalecimento do poder público e de redução da sociedade a um sistema corporativo dependente e atrelado ao Estado, o esporte ganhou status de uma prática social moderna e popular, foi utilizado como estratégia de disciplinamento social e de disseminação da ideologia nacionalista, consolidou-se como um sólido setor da burocracia estatal e também se estruturou corporativamente (p. 106).

¹⁸ “Olimpíada” termo utilizado por Linhales (1996) em sua dissertação - A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos.

Já o Decreto-Lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941¹⁹, citado anteriormente, foi responsável por estabelecer as bases de organização dos Desportos Universitários, seu Artigo 1º, formaliza a criação CBDU, cuja sede é o Distrito Federal, o Artigo 2º, disciplina a forma de constituição de representação do esporte universitário dentro nas Instituições de Ensino Superior – IES, representação essa composta por associações atléticas acadêmicas (constituídas por alunos e anexa ao seu Diretório/Centro acadêmico), filiadas à Federação Desportiva Universitária e assim integrada a Confederação dos Desportos Universitários. Outros dois pontos importantes estão presentes nos incisos VII e X, o primeiro diz respeito ao “dever” das universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior em construir e montar praças desportivas, esses equipamentos esportivo são imprescindíveis a IES, com o objetivo de fornecer condições básicas ao acesso da prática esportiva aos estudantes; o segundo instituiu oficialmente os Jogos Universitários Brasileiros – JUB’s, criado para integrar as competições nacionais e que seriam realizadas bienalmente, a CBDU é filiada à Federação Internacional do Esporte Universitário – FISU, responsável pela realização dos Jogos a nível mundial.

Posteriormente, surgiu a Lei 6.251, de 08 de outubro de 1975, que desvincula a obrigação de organização/prática do Esporte Universitário dos Centros Acadêmicos e impõem que sejam criadas Associações Atléticas Acadêmicas, única representante legal responsável pela organização esportiva dentro IES. Ressaltamos que um dos motivos dessa mudança, está no movimento governamental de incentivo a criação das atléticas esportivas em detrimento dos diretórios acadêmicos, a fim de desarticular o movimento estudantil, que está intimamente vinculado aos movimentos de resistência e combate à ditadura militar. Essa estratégia viria a se somar a outras, uma vez que a representatividade acadêmica estava acuada devido ao aumento da vigilância e repressão, fato esse ratificado nos argumentos de Castellani Filho (1988) diz ser o período pós-64, ao explicar a Educação Física no ensino superior, que a partir não só da Reforma Universitária, consolidada na Lei 5.540/68, como também da hipótese de ter tido tal iniciativa, a intenção de vê-la colaborar, através de seu caráter lúdico-esportivo, com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação do

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13617.htm. Acesso em: 19 nov. de 2017.

Movimento estudantil, movimento esse que fora vítima de violenta repressão, de ordem tanto física quanto ideológica.

Intenção essa investigada na pesquisa de Nascimento (2015), que estudou o movimento estudantil na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a partir da intenção de retomada pelos estudantes do Diretório Central dos Estudantes - DCE da UFPB, descreve o cenário da representação estudantil no esporte dentro da UFPB.

A universidade não tinha os diretórios funcionando, não tinha nenhuma entidade representativa estudantil. O que existia na época, em 72 quando eu entrei na universidade, eram as associações atléticas esportivas. Então a ditadura acabou com as entidades representativas estudantis e basicamente alimentou a criação das associações atléticas [...] associações esportivas. Eram associações que viabilizavam a participação de cada curso nos jogos universitários anuais que existiam na universidade e jogos universitários que existiam a nível nacional. Então essa era a única entidade que o estudante tinha e era voltada basicamente para o esporte. Havia uma sede, um local onde era a associação e era composta por pessoas de extrema confiança da direção da faculdade, universidade²⁰ (NASCIMENTO, 2015, p. 53-54).

Para Nascimento (2015), o DCE resistia, ao mesmo tempo em que não era reconhecido legalmente, como representação de defesa dos estudantes, já que o objetivo das Universidades sob o regime ditatorial era de manter os demais estudantes acadêmicos distantes do embate político, pois – no entendimento do regime - sua obrigação seria circunscrita às disciplinas acadêmicas, profissionalização e término do curso.

O processo de abertura gradual e redemocratização durante a década de 1980 engendraram transformações em todos os setores da sociedade brasileira. No caso do esporte não poderia ser diferente, haja vista sua institucionalização como direito de cidadania a partir da Constituição Federal de 1988 – CF/88. A configuração da política de esporte neste período será o objeto de análise e discussão da nossa próxima parte do texto.

2.2 - O ESPORTE UNIVERSITÁRIO EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO, PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – CF/88 E LIBERALIZAÇÃO.

A década de 80 foi marcada pelo início da abertura política que paulatinamente insere uma maior autonomia da sociedade diante do controle estatal, o

²⁰ Essa entrevista foi concedida por Walter Aguiar. Disponível em: <http://bdt.d.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/8099>. Acesso em: 03 de abr. de 2018.

desenvolvimento e organização do esporte foram modificados a partir da instituição de uma nova constituição.

Essa realidade toma novos contornos, o direito ao esporte que fora tratado de forma superficial, passa a ser reconhecido pela constituição – CF/88 (LINHALES, 1996). A CF/88 prevê o direito ao esporte e evidencia pontos importantes em relação à autonomia das instituições “quem decide”, distribuição dos recursos públicos “para onde vai”, diferenciação entre esporte profissional e amador “quem tem direito” e estimula as diferentes manifestações esportivas “de que forma pode acontecer”, elementos dispostos no Capítulo III, “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, Seção III, Do Desporto, Artigo 217 - § I, II, III e IV, de 19 de dezembro de 2006:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

- I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II - a *destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional* e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; (grifo nosso).
- III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;
- IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Na esteira da afirmação dos preceitos liberais e de modernização conservadora do esporte da época, a Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993²¹ (conhecida como Lei Zico), trata dos conceitos e princípios que foram propriamente marcados para o esporte brasileiro, destaca em seu Artigo 1º que, o desporto abrange as práticas formais “reguladas por normas e regras internacionais” e não formais “caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes”. Já no Artigo 2º, reconhece o esporte como direito individual, sendo relevante ressaltar os incisos III, IV e VIII.

- I - soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;
- II - autonomia, definido pela faculdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva como sujeitos nas decisões que as afetam;
- III - *democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem distinções e quaisquer formas de discriminação;*
- IV - liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor;
- V - *direito social, caracterizado pelo dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;*
- VI - diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;

²¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8672.htm. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

VII - identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

VIII - educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante e fomentado através da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;

IX - qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;

X - descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual e municipal;

XI - segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;

XII - eficiência, obtido através do estímulo à competência desportiva e administrativa (grifos nossos).

Os incisos destacados afirmam que o esporte deve ser reconhecido como direito social, de caráter universal, sua utilização profissional ou não, tende a educar, em quaisquer ambientes, seja esporte escolar ou universitário, visa o desenvolvimento integral do homem e prioriza o fomento necessário a sua fruição. Nesse sentido, é possível afirmar que eles, ao mesmo tempo, se contrapõem aos princípios liberais de organização do Estado e reforçam a função social e o caráter democrático e educacional do esporte, devendo ser balizadores da organização da prática esportiva.

Em seu Artigo 3º dispõem sobre três tipos de manifestações esportivas (TUBINO, 2010):

(a) manifestação *esporte-performance*, objetivando rendimento, numa estrutura formal e institucionalizada;

(b) manifestação *esporte-participação*, visando o bem-estar para todas as pessoas, praticada voluntariamente e com conexões com movimentos de educação permanente e com saúde;

(c) manifestação *esporte-educação*, com objetivos claros de formação, norteadora por princípios sócio-educativos, preparando seus praticantes para a cidadania e para o lazer (grifo nosso).

Olhando para as experiências esportivas desenvolvidas no âmbito universitário, poderíamos, *a priori*, afirmar que as três manifestações ocorrem dentro das Instituições de Ensino Superior (IES). Para exemplificar e melhor diferenciar, podemos observar que o esporte que é praticado pelos estudantes/atletas, o esporte de representação, ou seja, (*esporte-performance*), já estudantes envolvidos na organização dos jogos internos e participantes de projetos de extensão praticam o (*esporte-educação*), servidores e comunidade universitária em geral, com modalidades esportivas, oficinas, eventos e projetos recreativos, praticam o (*esporte-participação*).

Veronez (2005) assevera que as manifestações do esporte ainda hoje são motivos de discussões e contradições na área esportiva, o que podemos confirmar a partir das tentativas mais recentes de alteração da legislação esportiva (Decreto nº 7084/2013).

As questões trazidas pelas diferentes dimensões do esporte, cujas categorias de análise comumente aceitas são rendimento (esporte competitivo), educação (esporte educacional) e lazer (esporte de participação), mobilizam ainda hoje discussões na área, não raro explicitando contradições entre diferentes interesses no interior do aparelho esportivo (p. 162).

Com a criação da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (conhecida como Lei Pelé)²², Lei Zico foi revogada, porém boa parte de seu conteúdo foi incorporado, mantendo seu espírito de liberalização esportiva, consignado no projeto de “modernização” do esporte profissional, sobretudo o futebol.

Coadunando com o preceito constitucional, a Lei Pelé reafirma o esporte como direito individual e dever do Estado em seu artigo 2º, o qual deve ser baseado em princípios, como: V - *do direito social*, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais; VIII - *da educação*, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional; IX - *da qualidade*, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral. É importante destacar nos princípios elencados a existência, ainda que sutil, de um padrão de qualidade referenciado na obtenção dos resultados esportivos e preocupação com a melhoria da aptidão física, visão que historicamente legitimou a presença da educação física no ambiente escolar.

Já em seu Art. 3º a Lei Pelé reconhece o esporte nas seguintes manifestações esportivas (difere um pouco da Lei Zico em relação à nomenclatura):

- I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (grifo nosso);
- II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

²² Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-9-615-lei-pele>. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

IV - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição. (Incluído pela Lei nº 13.155, de 2015).

Olhando rapidamente para as dimensões apresentadas na Lei Pelé, poderíamos inferir que o esporte universitário se encaixa naquilo que a legislação instituiu como desporto educacional. Entretanto, ao observarmos a especificidade dessa manifestação esportiva e forma como ela se conforma dentro da Universidade, torna-se mais difícil enquadrá-la dentro de uma única dimensão. Vejamos!

Podemos afirmar que há o desenvolvimento do desporto de participação no que tange a comunidade acadêmica nas experiências lúdicas do cotidiano de professores, estudantes e funcionários que se utilizam dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer da Universidade. Também, é possível reconhecer o desenvolvimento do desporto de rendimento quando observamos o funcionamento dos clubes e atletas/estudantes que representam a universidade em competições oficiais. Ademais, há projetos de iniciação esportiva, cujas finalidades perpassam o desenvolvimento psicomotor das crianças e, ao mesmo tempo, a formação profissional dos estudantes de educação física e áreas afins, ou seja, no esporte que acontece dentro da universidade as dimensões contidas na Lei Pelé coexistem mutuamente.

Seguindo adiante na trajetória histórica do esporte (universitário) brasileiro, chegamos ao ano de 2003 com a criação do Ministério do Esporte – ME²³. Cabe destacar que em períodos anteriores o esporte esteve atrelado a outros setores dentro da estrutura organizacional do governo ou sem uma estrutura específica, portanto trata-se da primeira vez que o setor tem garantido uma pasta ministerial específica. Caberia, então, ao Ministério do Esporte a responsabilidade por pensar e construir uma Política Nacional de Esporte, na qual estaria inserido o esporte universitário. Vale lembrar que essa tarefa que foi debatida durante a primeira Conferência Nacional de Esporte, no ano de 2004.

²³ Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

Athayde (2011) evidencia que com a criação do Ministério do Esporte, em 2003, foram demarcados, ao menos no campo discursivo, alguns avanços na perspectiva da garantia do esporte como direito. Esse discurso foi incorporado no modelo conceitual dos primeiros documentos e programas e projetos iniciais do ME, porém não é possível afirmar com precisão que esse compromisso tenha sido extensivo à implementação dessas ações.

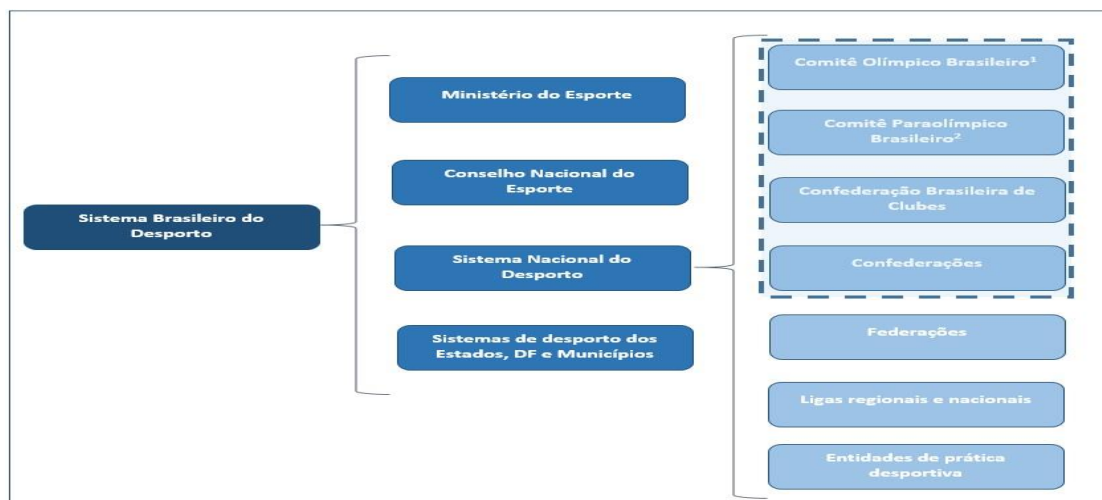
O resgate da legislação esportiva brasileira, mais especificamente do esporte universitário, é necessário para demonstrar como se deu seu desenvolvimento e regulamentação dentro das IES, no intuito de contemplar um público tão diversificado, a vivenciar as diferentes dimensões esportivas. No próximo tópico, intentamos apresentar a organicidade do esporte no Brasil e como foi estruturado o esporte universitário no país.

2.3 - ESTRUTURA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

Não obstante às críticas acerca da ausência de um Sistema Nacional de Esporte para delimitar as competências e responsabilidades dos entes federais e das entidades de administração e prática esportiva, legalmente, a Lei Pelé - citada na parte anterior - criou o Sistema Brasileiro do Desporto (SBD), regulamentado no capítulo IV da referida legislação. O SBD²⁴ é responsável pela qualidade e desenvolvimento da prática esportiva, sendo composto pelos seguintes órgãos: Ministério do Esporte – ME, Conselho Nacional do Esporte – CNE, Sistema Nacional do Desporto – CND e os Sistemas de Desportos dos Estados, do Distrito Federal e Municípios – conforme disposto na Figura 9.

²⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615compilada.htm. Acesso em: 02 fev. de 2018.

Figura 9 – Organograma do Esporte no Brasil.

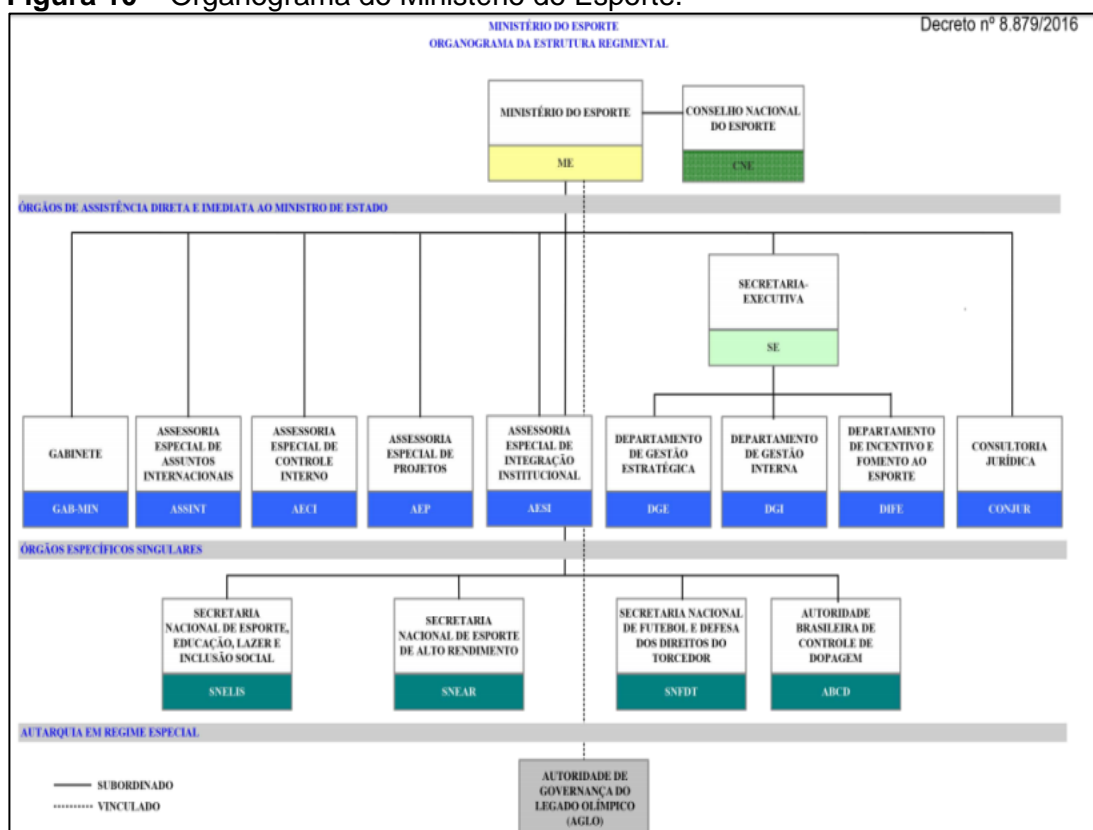


Fonte: TCU, 2015.

A partir dessa configuração, faz-se necessário entender a importância de cada um dos entes que compõem esse sistema. Iniciando pelo Ministério do Esporte - ME, que foi criado através da medida provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, seção II, artigo 27. O principal órgão na estrutura esportiva do país, além de desenvolver o esporte de alto rendimento, é responsável pela criação da Política Nacional de Esporte, também proporciona ações de inclusão social por meio do esporte, a fim de assegurar à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Para concretização dos objetivos acima, o ME desenvolve um conjunto de programas e projetos, além de possuir uma estrutura composta por órgãos de assistência direta e imediata ao ministro, órgãos específicos singulares e uma autarquia em regime especial, estrutura disposta na figura 10.

Figura 10 – Organograma do Ministério do Esporte.



Fonte: Portal eletrônico do Ministério do Esporte.

Conforme figura acima, podemos observar a presença do Conselho Nacional de Esporte – CNE, cuja função é a de normatização, deliberação e assessoramento ao Ministro do Esporte. Atualmente, é composto por vinte e dois membros indicados pelo Ministro, responsável por presidir suas reuniões. Mas apesar das atualizações, a composição do CNE ainda não é representativa de todas as manifestações esportivas (Figura 11). Vale mencionar que o próprio esporte universitário não possui representação no interior do Conselho.

Figura 11 – Quadro de representantes do Conselho Nacional de Esporte.

Representantes - CNE			
Nº	Entidade	Titular	Suplente
1	Ministro de Estado do Esporte	Leandro Cruz Fróes da Silva	Ângelo de Bortoli Filho
2	Secretaria Executiva do Ministério do Esporte	Fernando Avelino Boeschstein Vieira	Beatriz Maria Marques Diniz
3	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento	Luiz Celso Giacomini	Mosiah Brentano Rodrigues
4	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social	Andrea Barbosa Andrade de Faria	Rafael Azevedo Santos

5	Secretaria do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor	André Luis Argolo Ribeiro	Luiz André de Figueiredo Mello
6	Secretaria da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem	Denise Cardoso de Gusmão Cunha	-
7	Representante do Comitê Olímpico Brasileiro - COB	Bernard Rajzman	Vitorio Mendes de Moraes
8	Representante do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB	Mizael Conrado	Ivaldo Brandão
9	Representante da Comissão Nacional de Atletas - CNA	Lars Schmidt Grael	Luisa Parente Ribeiro Rodrigues Carvalho
10	Representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer	Marcio Batalha Jardim	Leila Gomes de Barros
11	Representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer	Humberto Aparecido Panzetti	Paulo Rogério de Oliveira Sabioni
12	Representante dos Clubes Sociais	Edson Garcia	Arialdo Boscolo
13	Representante do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF	Jorge Steinhilber	Antônio Eduardo Branco
14	Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE	Vicente Molina Neto	Pedro Fernando Avalone Athayde
15	Representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira - CDMB	Gen. de Div. Jorge Antonio Smicelato	Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Cláudio Reis
16	Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto - ONED	Mauzler Paulinetti	Márcio Moreira
17	Representante da Confederação Brasileira de Futebol - CBF	Rogério Langanke Caboclo	Manoel Flores
18	Representante do Esporte Nacional	Jacqueline Louise Cruz Silva	-
19	Representante do Esporte Nacional	Fabiana Alvim de Oliveira	-
20	Representante do Esporte Nacional	Carlos Robson Gracie	-
21	Representante do Esporte Nacional	Edvaldo Valério Silva Filho	-
22	Representante do Esporte Nacional	Jair Ventura Filho	-

Fonte: Portal eletrônico do Ministério do Esporte.

O Sistema Nacional do Desporto - SND, em destaque na Figura 6, é a representação institucional na qual nosso objeto está inserido – o Esporte Universitário. Esse sistema tem por desígnio a promoção e o aprimoramento do esporte de alto rendimento. É composto pelas instituições a seguir: Comitê Olímpico Brasileiro atual Comitê Olímpico do Brasil – COB, Comitê Paraolímpico Brasileiro, que é o atual Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB, Entidades Nacionais de Administração do Desporto, Entidades Regionais Administrativas do Desporto, Ligas Nacionais e Regionais, Confederação Brasileira de Clubes – CBC, dentre outras filiadas ou não.

O Comitê Olímpico do Brasil - COB²⁵, criado em 30 de abril de 1914, é uma entidade autônoma, condição garantida pela CF/88. O COB tem como função a gestão técnica-administrativa do esporte nacional e atua no desenvolvimento dos esportes “olímpicos”. Esta entidade se relaciona com os diferentes entes responsáveis pelo esporte, em âmbito nacional e internacional, são alguns deles: Confederações Brasileiras Dirigentes de Esportes Olímpicos, Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, Comitês Olímpicos Nacionais, Comitê Olímpico Internacional – COI, dentre outras entidades internacionais dirigentes do esporte.

Pela própria natureza de seus objetivos e das entidades com as quais se relaciona, o COB afirma atuar mais próximo ao esporte de alto rendimento e no desenvolvimento e preparação das modalidades olímpicas. Auxilia os presidentes das confederações a fim de contribuir com as entidades formadoras, dentre elas - clubes, escolas, associações, estados, municípios – para através do esporte dar acesso social, visando a cidadania e a formação de atletas para o alto rendimento.

Podemos citar suas principais contribuições COB (Brasil)²⁶, no papel de desenvolvimento e preparação dos esportes olímpicos:

- a) discutir, viabilizar e acompanhar a preparação das equipes olímpicas com base nos projetos apresentados pelas Confederações, atuando na coordenação e gerenciamento desses projetos com sua experiência e credibilidade e tendo como espelho as melhores práticas internacionais;
- b) investir no desenvolvimento técnico das 42 modalidades olímpicas; promover, organizar, dirigir e coordenar ações voltadas para o desenvolvimento do esporte no Brasil, incluindo Olimpismo, Esporte Escolar, *Esporte Universitário*, Selo COB Cultural, Instituto Olímpico Brasileiro, Centro de Treinamento Time Brasil, Laboratório Olímpico;
- c) apoiar, acompanhar diretamente a preparação dos atletas do Time Brasil e organizar a delegação brasileira nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Pan-americanos, além de outras competições multiesportivas,

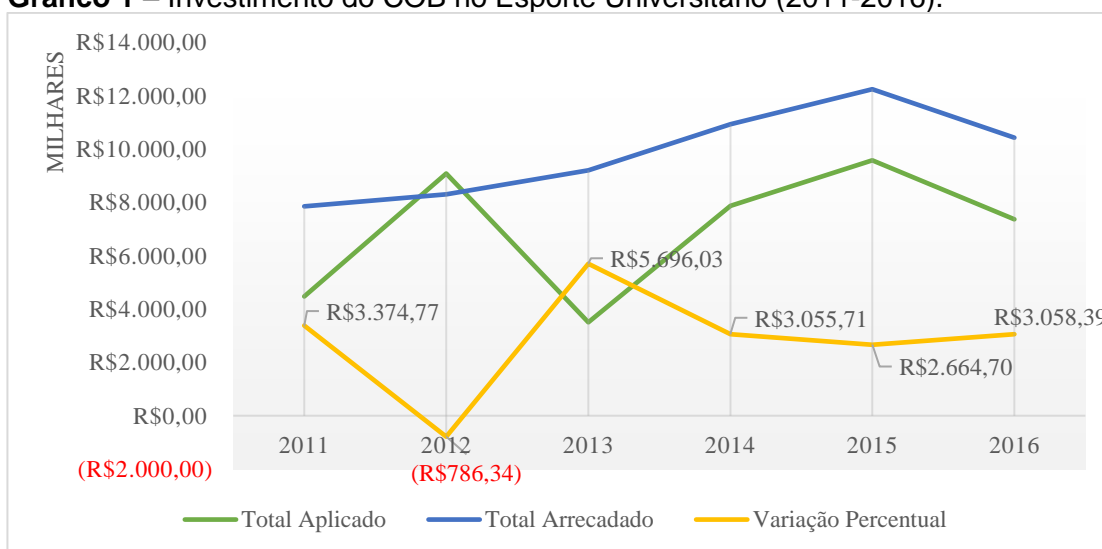
²⁵ Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil>. Acesso em: 30 mar. de 2018.

²⁶ Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt>. Acesso em: 01 mar. de 2018.

a partir de um trabalho apoiado no gerenciamento esportivo e na aplicação das Ciências do Esporte no treinamento e preparação de atletas. (grifo nosso)

Conforme o destaque acima, uma das responsabilidades do COB é investir no desenvolvimento do esporte universitário, um dos aspectos que justificam nossa localização dessa manifestação esportiva dentro do SND. De acordo com os dados divulgados no sítio do COB²⁷, observamos o comportamento dos valores investidos no esporte universitário entre os anos de 2011 a 2016.

Gráfico 1 – Investimento do COB no Esporte Universitário (2011-2016).



Fonte: Portal eletrônico do COB (Brasil). Elaboração própria.

É importante ressaltar que o orçamento do COB, apresentado no Gráfico 1, é oriundo da Lei Agnelo/Piva nº 10.264, de 16 de julho de 2001, a qual estabelece que 5% dos recursos recebidos pelo COB devem ser aplicados no desporto universitário. Além disso, conforme a Instrução Normativa 039/2001 do TCU²⁸, a Lei estabelece seis ações²⁹: programas e projetos de fomento; manutenção da entidade; formação de recursos humanos; preparação técnica; manutenção de atletas; organização e participação em eventos esportivos.

Pode-se inferir dos dados do Gráfico 1, o ano de 2012, a arrecadação foi menor 0,9% que a aplicação dos recursos.

²⁷ Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/transparencia/docs-gestao-financeira>. Acesso em: 01 de abr. de 2018.

²⁸ Disponível em: http://www.convergenciadigital.com.br/inf/tcu_in.pdf.

²⁹ Para maiores informações acesse: <https://www.cob.org.br/pt/cob/transparencia/docs-gestao-financeira>.

A maior arrecadação e aplicação dos recursos acontece no ano de 2015, mas a variação total, valor não utilizado, foi cerca de 22%. O que acontece no ano de 2016 é a inversão, cai a arrecadação em cerca de dois milhões e a aplicação é de cerca de 29% do valor arrecadado. O montante investido no esporte universitário pelo COB, de 2011-2016, foi de aproximadamente R\$ 59 milhões.

Façamos, agora, um recorte dentro do Sistema Nacional do Desporto, para compreender melhor como se dá a organização do Esporte Universitário no cenário internacional e sua institucionalização em âmbito nacional e local.

A Federação Internacional do Esporte Universitário - FISU³⁰ foi criada oficialmente em 1949, em Merano na Itália, mas sua origem reporta-se a década de 1920, responsável pela Primeira “Universíade” organizada em 1959, em Turim na Itália, que contou com a participação de 43 países, porém nenhum país de língua portuguesa ganhou medalha. A competição teve aproximadamente 1.200 participantes, sendo considerada o marco inicial para o desenvolvimento da FISU na organização dos jogos universitários a nível mundial³¹.

A CBDU³² (filiada a FISU) é a entidade de administração do desporto universitário brasileiro, sem fins lucrativos, incumbida da gestão e organização das competições e eventos esportivos entre universitários de todo o país. Foi instituída em 09 de agosto de 1939, por acadêmicos, representantes de Federações Universitárias e agremiações que se reuniram no Rio de Janeiro a fim de obter legitimidade representativa no cenário esportivo universitário. Tal legitimidade aconteceu dois anos após sua gênese, a partir do Decreto nº 3.617 de 1941, assinado por Getúlio Vargas, este dispositivo legal nasceu com a função de organizar as atividades esportivas do Brasil, como também oficializar o desporto acadêmico e reconhecer a CBDU como gestora do esporte universitário.

Conforme estatuto próprio, seu papel no SND é de representar o desporto escolar/universitário dentro desse sistema. A CBDU trabalha em parceria com as 27 Federações Universitárias Estaduais – FUEs e constrói o calendário anual de competições, a saber: a Liga do Desporto Universitário – LDU, tem sua gênese em 2006 com a intenção de propiciar competições durante todo o ano letivo; a Copa Brasil

³⁰ Disponível em: <http://www.fisu.net/about-fisu/history>. Acesso em: 19 mar. de 2018.

³¹ As Universíades que seguiram registraram maior adesão de países/participantes, são elas (Pequim – China em 2001, contou com 165/6.757; Daegu - Coreia em 2003, contou 174/6.443; Kazan – Rússia em 2013, 159/11,759).

³² Disponível em: <https://www.cbdu.org.br/>. Acesso em: 06 abr. de 2017.

Universitária de Futebol Feminino – CBUFF, foi instituída em 2014, em parceria do ME, a fim de integrar o futebol feminino brasileiro; o Beach Games Internacional, criado em 2015, competição que integra jogos de praia, primeiro evento internacional da CBDU em parceria com FISU e a FISU América, em 2017, sua 3ª Edição, contou com as seguintes modalidades – Beach Hand, Beach Soccer, Vôlei de Praia (Figura 12).

Integrar as FUEs, torna-se uma estratégia fundamental, quando se fala na realização dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), maior evento realizado pela CBDU, atualmente reconhecido como a maior competição universitária da América Latina. Corrobora com estas afirmações, o TCU (2015) que discorre sobre a CBDU:

O objetivo institucional da CBDU é planejar, organizar, dirigir, controlar, representar, em todo o país, a prática do desporto e do paradesporto universitário, em consonância com o sistema nacional do desporto universitário em todas as suas manifestações, junto aos poderes públicos em caráter geral, e junto às organizações internacionais. Conforme resposta à diligência, o papel da CBDU é fomentar o desporto universitário em todas as Instituições de Ensino Superior com alunos desportistas, coordenar e gerir o sistema do desporto universitário por meio das federações universitárias, bem como promover o desporto de alto rendimento dentro do ambiente educacional no Brasil. As principais ações da CBDU incluem: interceder nas aquisições de bolsas de estudo para atletas, e oferecer aprimoramento da parte técnica e esportiva na participação dos atletas nas competições da CBDU; apoiar as federações universitárias, por meio da disponibilização de bens, de materiais esportivos, e, atualmente, por meio de parceria com a Confederação Brasileira de Clubes para a realização dos jogos estaduais; atuar em conjunto com as confederações e universidades para o desenvolvimento das habilidades, visando ao desenvolvimento de atletas; apoiar a capacitação de profissionais do esporte; realizar, anualmente, o Fórum do Desporto Universitário e, durante o JUBs, o seminário do desporto universitário (TCU, 2015, p. 46).

Figura 12 – Calendário CBDU 2016.

CALENDÁRIO 2016				
Mês	Data	Evento	Cidade	País
Janeiro	Até dia 05	- Recesso	-	-
	De 12 a 29	- Planejamento das competições	Brasília / DF	Brasil
Fevereiro	De 16 a 27	- Planejamento das competições		Brasil
Março	Dia 19	- AGO.		Brasil
Abril	De 04 a 09	- LDU - Quadras – Fase Regional N / NE	Aracaju / SE	Brasil
	De 25 a 30	- LDU - Quadras – Fase Regional S / SE / CO	Brasília / DF	Brasil
Maio	De 09 a 15	- LDU - Brasileiro de Lutas (Judô, TKD, karatê e L. Olímpica) e Futebol 7	São Paulo / SP	Brasil
	De 22 a 27	Jogos Sulamericanos	Buenos Aires	Argentina
Junho	De 02 a 12	- CBUFF - Futebol Feminino	Boa Vista / RR	Brasil
	De 20 a 25	- LDU - Quadras – Fase Final	Goiânia / GO	Brasil
Julho	De 03 a 10	- Mundial Universitário de Futsal	Goiânia / GO	Brasil
Outubro	De 18 a 24	- LDU - Brasileiro de Futebol Masculino	Palmas / TO	Brasil
Novembro	A definir	- JUBs 2016 - Jogos Universitários Brasileiros	Cuiabá / MT	Brasil
	De 16 a 20	- LDU - Tênis	São Paulo / SP	Brasil
Dezembro	De 29 a 03	- LDU - Jogos de Praia (Beach Games)	Guarujá / SP	Brasil
	De 01 a 03	- Fórum		Brasil
	Dia 03	- Melhores do Ano		Brasil

Fonte: Portal eletrônico da CBDU³³.

A Federação do Esporte Universitário do Distrito Federal – FESU³⁴ é responsável pela organização do esporte universitário no Distrito Federal. A FESU é integrada por aproximadamente 37 instituições, entre universidades públicas e privadas, e organiza seu calendário de eventos esportivos de acordo com o da CBDU.

A Associação Atlética Acadêmica da Universidade de Brasília³⁵ – AAUnB, filiada à FESU, é uma instituição sem fins lucrativos, representada pelo corpo discente da UnB, responsável pela organização do esporte universitário, suas atribuições incluem:

- a) Planejar, coordenar e programar a realização das competições desportivas internas no âmbito da Universidade de Brasília;
- b) Preparar as equipes representativas para competições externas;
- c) Incentivar a harmonia desportiva, através da criação e manutenção dos Clubes Desportivos Universitários (DEL/DAC/UnB³⁶).

Acerca das informações supracitadas, o esporte universitário no Brasil se organiza pelas instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto – SND, que estabelece uma estrutura vertical e de divisão das responsabilidades aos seus componentes, atribuições que necessitam de dispositivos legais que subsidiem sua organização e desenvolvimento. No próximo capítulo vamos elucidar de que forma o

³³ Portal CBDU. Disponível em: <https://www.cbdu.org.br/galeria/premio-melhores-do-ano-2016/>. Acesso em: 25 de jul. de 2017.

³⁴ Site da FESU. Disponível em: <http://fesu.cbdu.org.br/fues/index/ies>. Acesso em: 08 abr. de 2017.

³⁵ Disponível em: <http://www.atletica.unb.br>. Acesso em: 08 abr. de 2017.

³⁶ Disponível em: <http://www.esporte.unb.br/index.php/associacao-atletica>. Acesso em: 10 dez. de 2017.

esporte universitário se organizou na Universidade de Brasília, sua gênese, forma de gestão, controle democrático e seu financiamento.

CAPÍTULO 3 - PROGRAMA ESPORTE UNIVERSITÁRIO DA UNB

3.1 - A ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

A Universidade de Brasília - UnB é uma universidade pública federal brasileira, de acordo com seu Regimento Geral³⁷, Artigo 1º, “A Universidade de Brasília é uma instituição pública de ensino superior, integrante da Fundação Universidade de Brasília (Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961³⁸), com sede na Capital Federal”.

Segundo dados do Guia do Calouro 1º/2017³⁹, a comunidade da UnB contava com 40.903 alunos de graduação, 9.117 alunos de pós-graduação, 2.749 docentes e 3.024 servidores técnico-administrativos, totalizando uma comunidade acadêmica de mais de 55 mil pessoas. Este é o público potencial a ser atingido pela PEU-UnB.

A distribuição dos estudantes nos campi foi cerca de 34.500 alunos nos cursos do Campus Darcy Ribeiro, 2.300 alunos no Campus de Ceilândia, 2.400 alunos no Campus do Gama, 1.400 alunos no Campus de Planaltina e 1.500 alunos dos nove cursos oferecidos na modalidade de ensino de graduação a distância, em 28 municípios/polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UnB contou também com 352 estudantes distribuídos nas residências médicas, multiprofissional e veterinária.

Mais recente, o Guia do Calouro 1º/2018⁴⁰, remonta a história da UnB, que vai desde a autorização de criação da Universidade de Brasília, sancionada pela Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, pelo presidente da República à época, João Goulart. Foi inaugurada em 21 de abril de 1962, a UnB funcionava nas dependências do Ministério da Saúde, na Esplanada dos Ministérios, com apenas 413 alunos aprovados em seu primeiro vestibular.

³⁷ Regimento Geral UnB. Disponível em: https://www.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/regimento_estatuto_unb.pdf. Acesso em: 03 de abr. de 2017.

³⁸ Lei de criação da UnB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3998.htm. Acesso em: 10 de mai. de 2017.

³⁹ Disponível em: http://www.boasvindas.unb.br/images/guia_calouro.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2018.

⁴⁰ Disponível em: http://boasvindas.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/guia_calouro_1_2018.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2018.

O antropólogo Darcy Ribeiro⁴¹ — idealizador, fundador e primeiro reitor da UnB — sonhava com uma instituição voltada para as transformações da sociedade e diferente do modelo tradicional de 1930.

No Brasil, a UnB foi a primeira universidade a ser dividida em institutos centrais e faculdades. Nessa perspectiva, cursos-tronco foram criados, nos quais os alunos obtinham a formação básica e, depois de dois anos, seguiam para os institutos e faculdades. Os três primeiros cursos-tronco foram: Direito, Administração e Economia; Letras Brasileiras; e Arquitetura e Urbanismo.

A inauguração da UnB, às 10h, daquele 21 de abril de 1962, assemelhou-se à própria capital, onde quase tudo era canteiro de obras. O Auditório Dois Candangos, onde ocorreu a cerimônia, havia sido finalizado 20 minutos antes. O seu nome simboliza uma homenagem aos pedreiros Expedito Xavier Gomes e Gedelmar Marques, que morreram soterrados em um acidente durante a construção.

A instituição tinha então 13 mil metros quadrados de área construída, distribuídos em nove prédios. No início, somente os estudantes de Arquitetura e Urbanismo assistiam às aulas no campus em obras, para que pudessem praticar o que estavam aprendendo. Os outros cursos eram ministrados no 9º andar do Ministério da Saúde. A administração e a Reitoria ocupavam parte do Ministério da Educação.

A ditadura instalada com o golpe militar em 1964 trouxe anos difíceis para a UnB. O campus foi invadido e cercado várias vezes por policiais militares e do Exército. No dia 18 de outubro de 1965, depois da demissão de 15 docentes, 209 professores e instrutores assinaram demissão coletiva, em protesto contra a repressão sofrida. De uma só vez, a instituição perdeu 79% de seu corpo docente. As aulas foram várias vezes interrompidas pelas invasões. Em 1968, ano marcado por passeatas e protestos contra o regime militar, os alunos pretendiam mostrar o que acontecia na UnB.

Em agosto o então reitor, Caio Benjamin Dias, pediu intervenção da polícia, alegando que não conseguia controlar os estudantes. A segunda invasão, considerada a mais violenta, foi desencadeada pela morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, morto aos 20 anos de idade na cidade do Rio de Janeiro,

⁴¹ Darcy Ribeiro foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação do País.

quando a polícia militar invadiu o restaurante Calabouço⁴². Na UnB, cerca de três mil alunos se reuniram para protestar e dar o nome de Edson à praça localizada entre a Faculdade de Educação e a quadra de basquete. Esse foi o estopim para o decreto da prisão de sete universitários, incluindo Honestino Guimarães⁴³. A UnB foi invadida por agentes das polícias militar, civil, exército e do Dops⁴⁴, que detiveram mais de 500 pessoas na quadra de basquete. Ao todo, 60 delas acabaram presas, e o estudante Waldemar Alves foi baleado na cabeça, tendo passado meses em estado grave no hospital.

No dia 25 de março de 1971, o professor e pesquisador Amadeu Cury assumiu a Reitoria com proposta de reestruturação da Universidade. Iniciava-se a etapa de consolidação acadêmica e física da UnB.

Na década de 1970, foram criados 14 novos cursos de graduação, o que representou um aumento de 82% em relação a 1962. Com a posse do professor José Carlos de Almeida Azevedo, doutor em Física e oficial da Marinha, em maio de 1976, as manifestações recomeçaram. A crise política da UnB ultrapassou os limites do campus. O Senado Federal criou uma comissão para interferir no conflito. Cerca de 150 professores entraram como mediadores entre a Reitoria e os estudantes. Novamente, em 6 de junho de 1977, tropas militares invadiram a UnB, prendendo estudantes e intimidando professores e funcionários.

O início da década de 1980 foi marcado pela tentativa de redemocratização da Universidade. Em maio de 1984, o professor Cristovam Buarque foi o primeiro reitor a ser eleito pela comunidade universitária, assumindo a Reitoria em 26 de julho de 1985. Em março de 1989, foi criado o primeiro curso noturno na UnB, o de Administração.

A partir daí, durante a década de 1990, foram criados mais 13 cursos noturnos. Em 1995, a UnB criou o Programa de Avaliação Seriada (PAS) como alternativa ao vestibular, que contemplava uma proposta de interação da UnB com as escolas da

⁴² O **Restaurante Central dos Estudantes**, conhecido como **Calabouço**, foi, durante as décadas de 1950 e 60, um restaurante estudantil que oferecia comida a baixo custo para estudantes de baixa renda no Rio de Janeiro. Pela grande concentração de estudantes, era também palco de várias manifestações por melhorias na educação e contra o regime militar. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Restaurante_Calabouço.

⁴³ Honestino Monteiro Guimarães foi um líder estudantil brasileiro. Estudante de Geologia, foi presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília. Em razão de sua militância no movimento estudantil, foi preso por quatro vezes. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Honestino_Guimarães.

⁴⁴ O **Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)**, criado em 30 de Dezembro de 1924, foi o órgão do governo brasileiro, utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Civil-Militar. O órgão, que tinha a função de assegurar e disciplinar a ordem militar no país, foi instituído em 17 de abril de 1928 pela lei nº 2304 que tratava de reorganizar a Polícia do Estado. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Departamento_de_Ordem_Política_e_Social.

educação básica e a seleção de estudantes a partir de avaliação processual, feita em três etapas, com provas aplicadas ao término de cada uma das séries do ensino médio. Os primeiros alunos do PAS entraram para a Universidade no primeiro semestre de 1996. Ainda com relação ao processo seletivo de ingresso, o segundo vestibular de 2004 foi o primeiro a adotar o sistema de cotas para negros.

Aprovado em junho de 2003 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB (Cepe), esse sistema diferenciado de ingresso também contemplou a seleção de estudantes indígenas. Cerca de 10 vagas foram destinadas semestralmente a estudantes de comunidades indígenas enquanto, para o sistema de ingresso por cotas para negros, a Universidade reservou 20% das vagas do vestibular para estudantes que se declarassem negros no ato da inscrição. A medida gerou grande polêmica em âmbito nacional, mas a UnB – a primeira universidade federal a adotar o sistema – foi protagonista na luta por um projeto de combate ao racismo e à exclusão social. O compromisso social da Universidade pode ser observado pela expansão da quantidade de alunos matriculados.

Em 2002, a UnB tinha 34.256 alunos regulares registrados nos cursos de graduação e, em 2014, a quantidade de matrículas chegou a 37.499 estudantes. Na pós-graduação, entre 1998 e 2012, houve crescimento de 714% na quantidade de estudantes no mestrado (passando de 668 para 5.440) e, no doutorado, de 415% (de 605 alunos para 3.118). Em 2018 são 88 cursos de mestrado (11 mestrados profissionais e 77 acadêmicos) e 63 cursos de doutorado. Esse fenômeno também reflete no nível dos docentes. Em 2012, dos 2.308 professores da UnB, 83% eram doutores e 16% mestres. Com o crescimento da Universidade, houve a necessidade do aumento da oferta de cursos (GUIA DO CALOURO 1º/2018).

Em 2004, a UnB contava com 396 laboratórios, 51 departamentos, 22 institutos e faculdades, 14 centros, cinco decanatos, seis órgãos complementares (Biblioteca Central, Centro de Informática, Centro de Produção Cultural e Educativa, Editora Universidade de Brasília, Fazenda Água Limpa e Hospital Universitário), três secretarias e um hospital veterinário, com duas unidades: uma para animais de pequeno e outra para animais de grande porte.

O Campus Universitário Darcy Ribeiro – nome dado durante homenagem feita em fevereiro de 1995, dois anos antes da morte do idealizador da UnB – tem 3,95 milhões de metros quadrados (395 hectares), equivalente a 33 estádios do Maracanã,

o maior estádio de futebol do mundo. Desses, 552 mil metros quadrados são de área construída.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) elaborado para o período de 2006 a 2010 destacava a missão da UnB de produzir, integrar e divulgar conhecimento para formar cidadãos comprometidos com a ética, à responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

Para o período de 2014 a 2017, o PDI postula a missão de ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica, formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social.

A construção dos novos campi – Ceilândia, Gama e Planaltina –, que fez parte do projeto de expansão da UnB em seu Plano Básico, foi primeiramente publicada em 2005 e considerava quatro campi dispostos em localidades escolhidas por meio de características econômicas e geográficas das regiões administrativas do DF. O campus da UnB na Ceilândia tem instalados 199 mil metros quadrados de área total e 9,8 mil metros quadrados de área construída, com previsão de expansão de um prédio de salas de aula e laboratórios. O campus da UnB no Gama ocupa uma área total de 335 mil metros quadrados e 6,7 mil metros quadrados de área construída. O campus da UnB em Planaltina foi oficialmente inaugurado no dia 16 de maio de 2006, quando já abrigava dez professores doutores e 70 estudantes matriculados nos cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Bacharelado em Gestão do Agronegócio. O campus tem, agora em 2018, 301 mil metros quadrados de área total e 12,5 mil metros quadrados de área construída (GUIA DO CALOURO 1º/2018).

No dia 19 de outubro de 2007, a UnB aprovou, pelo Conselho Universitário (Consuni), a Carta de Intenções para o seu ingresso no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O compromisso de ampliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UnB, cuja proposta de adesão foi aprovada pelo MEC em 21 de dezembro de 2007, teve como intenção implantar no DF cursos superiores comprometidos com o desenvolvimento regional. A UnB contava com 26.935 estudantes em 169 cursos, sendo 64 de graduação, 63 de mestrado e 42 de doutorado.

Em março de 2008, o acordo de metas com o MEC relativo à proposta de adesão ao Reuni foi assinado, como também, em maio daquele ano, o Cepe aprovou

quatro comissões para elaborar as diretrizes para adequação da proposta da UnB às diretrizes gerais do Reuni, com os objetivos de: i) estabelecimento e priorização de critérios para a sistematização da proposta e das demandas das unidades; ii) proposição de alternativas de fortalecimento institucional; iii) avaliação do ingresso por área de conhecimento; iv) avaliação da viabilidade de implantação de cursos de formação geral.

Em junho de 2008, a UnB encaminhou ao Ministério da Educação - MEC o projeto definitivo, em documento intitulado “Diretrizes para Adequação da Proposta da UnB às Diretrizes Gerais do Reuni”. Os resultados dos trabalhos foram aprovados pelo Cepe em 26 de junho de 2008 (GUIA DO CALOURO 1º/2018).

Em 2012, como parte das metas de expansão de vagas na graduação do Reuni, a UnB criou 37 novos cursos e ampliou outros 48. Nessa expansão, foram contratados 1.182 docentes, sendo 428 com recursos do Reuni, e investidos R\$ 80 milhões em obras e reformas.

A UnB também avançou para além dos limites do Distrito Federal por meio da educação a distância e do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁴⁵. O sistema UAB é um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação, as Universidades Públicas Federais e Estaduais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e os governos estaduais e municipais. O objetivo do sistema UAB é levar ensino superior público de qualidade às diversas regiões do Brasil. A UnB integra o sistema UAB desde 2005. Atualmente, nove cursos de graduação nas áreas de licenciatura (Biologia, Educação Física, Geografia, Pedagogia, Artes Visuais, Teatro, Música e Letras) são oferecidos a distância, além dos cursos de especialização e de extensão.

No primeiro semestre de 2014, a UnB passou a integrar o Sistema de Seleção Unificada do MEC (SiSU/MEC). O ingresso em seus cursos de graduação passou a ser realizado por três sistemas de vagas (ampla concorrência ou universal, sistema de cotas para escolas públicas e sistema de cotas para negros). As notas obtidas pelos candidatos no Enem são utilizadas para classificação e as vagas oferecidas

⁴⁵ O sistema **Universidade Aberta do Brasil** (UAB) é um programa articulador entre governo federal e entes federativos que apoia instituições públicas de ensino superior (IPES) a oferecerem cursos de nível superior e de pós-graduação por meio do uso da modalidade de educação a distância. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Aberta_do_Brasil.

anualmente são distribuídas conforme previsto na Lei n. 12.711, Decreto n. 7824, de 11/10/2012, e Portaria Normativa MEC n. 18, de 11/10/2012.

Nesse mesmo ano, a política de cotas para negros foi revista após 10 anos de sua implantação. Além do percentual destinado a candidatos pretos, pardos ou indígenas, previsto na Lei n. 12.711, a instituição manteve a reserva de 5% das vagas de ingresso para o sistema de cotas para negros. A política de reserva de vagas para estudantes indígenas manteve-se inalterada. Desse modo, o processo de seleção para ingresso primário na UnB passou a ser feito por três formas diferentes: PAS, SiSU e vestibular. O ingresso via SiSU não contempla os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Design e Música, uma vez que esses exigem certificação de habilidade específica.

Em 2016, a UnB inovou ao criar o SISUnB: no momento da inscrição, o candidato deve fazer a pré-opção pelo sistema/campus/curso/turno a que deseja concorrer. Após a realização e correção das provas, é dada nova oportunidade para os candidatos escolherem campus/curso/turno por meio do Sistema Informatizado de Seleção para os Cursos de Graduação da UnB (SISUnB) para a alteração da escolha inicial. O objetivo da novidade contempla, entre vários aspectos: dar maior transparência para o processo de seleção; possibilitar uma segunda oportunidade para os jovens pensarem suas escolhas; fazer com que a opção de curso não seja feita completamente às cegas, já que o candidato vai saber seu desempenho nas provas antes de fazer a opção definitiva, atenuando a ansiedade inerente ao processo de escolha; e fazer uma aproximação maior entre os sistemas de seleção hoje praticados pela UnB em termos metodológicos. O SISUnB é uma versão simplificada do SiSU, do Ministério da Educação que traz a cultura nacional criada por meio do SiSU para dentro da Universidade. Assim, busca cumprir o compromisso social de contribuir para um ensino superior que atenda às necessidades de todos, sem perder de vista a missão da Universidade de investigação, produção e difusão de conhecimento (GUIA DOS CALOURO 1º/2018).

A UnB assume, dessa forma, o seu papel de protagonista de uma transformação em curso na educação superior brasileira, impulsionada pela educação a distância, pelas tecnologias da informação e comunicação e pela internacionalização do ensino.

Em 2015, de acordo com o Guia dos Calouros 1º/2018, a Universidade de Brasília recebeu nota máxima do Ministério da Educação (MEC) no Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O índice vai além da análise dos cursos da graduação, abrange conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o número de matrículas em cada um desses programas. Considera ainda a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino: graduação, mestrado ou doutorado.

A UnB tem como finalidades essenciais o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, integrados pelo princípio da indissociabilidade, que devem ser aplicados na formação de cidadãos capazes para o exercício profissional e que se empenhem na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

O ensino na Universidade de Brasília é ministrado em cursos de Graduação (licenciatura e bacharel) tem como objetivo a formação de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores, Pós-graduação (Lato Sensu e *Stricto Sensu*) tem como objetivo a formação de docentes, pesquisadores e profissionais de alto nível (Regimento Geral, UnB, p. 23-24).

A Pesquisa na UnB, é aquela que: “[...] tem como objetivo produzir, criticar e difundir conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, associando-se ao ensino e à extensão” (Regimento Geral, UnB, p. 25).

E a Extensão na UnB tem como objetivo: “[...] intensificar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade, por meio de processo educativo, cultural e científico” (Regimento Geral, UnB, p. 25).

A comunidade universitária é constituída por docentes (temporários ou permanentes), discentes (regulares ou especiais) e servidores técnico-administrativos (permanentes), diversificados em suas atribuições e funções, associados na concretização das finalidades da UnB.

A Universidade possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial em acordo com a CF/88. A estrutura da UnB compreende: Conselhos Superiores, Reitoria, Unidades Acadêmicas (Institutos e Faculdades), Órgãos Complementares e Centros.

A Administração Superior é responsabilidade da Reitoria quando se tratar de órgão executivo e dos Conselhos Superiores, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos (Regimento geral, UnB, p. 12).

A estrutura da Universidade de Brasília compreende um órgão com composição normativa, escalas de autoridade e sistemas de comunicação, engajados em atividades relacionadas aos objetivos que são definidos em seus colegiados.

A Administração Superior é atribuída aos Conselhos Superiores da Instituição, os quais são subdivididos em órgãos de natureza deliberativa, normativa e consultiva: Conselho Universitário (Consuni); Conselho Diretor; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe); Conselho de Administração (CAD); e Conselho Comunitário, de natureza consultiva. Os Conselhos Superiores são compostos por membros da alta gestão, docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos e, em casos determinados, membros da sociedade civil, suas competências, dentre outras, são coordenar, cursos, pesquisas e projetos especiais; estabelecer as diretrizes da Universidade, supervisionar a execução de atividades; exercer funções deliberativas, normativas e consultivas; além de analisar as propostas e realizações de planos e projetos (Relatório de Gestão UnB, 2016⁴⁶).

A Reitoria é o órgão executivo da Administração Superior da Universidade de Brasília, é constituída pelos órgãos: Gabinete do Reitor, Assessorias, Procuradoria Jurídica, Auditoria, Ouvidoria, Prefeitura do Campus, Serviço de Apoio aos Colegiados Superiores e Decanatos, os quais possuem câmaras para tratar de assuntos específicos.

Ao reitor da UnB compete, dentre outras funções, representar a Universidade, administrar as finanças, coordenar e superintender as atividades universitárias.

A estrutura organizacional da UnB é formada pelos seguintes Decanatos: Decanato de Ensino de Graduação (DEG), Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP) e Decanato de Extensão (DEX), esses são a representação do tripé finalístico da instituição: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Integram também a estrutura da instituição: o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), cuja Diretoria DEA (atual Diretoria de Esporte e Lazer - DEL) é

⁴⁶ Relatório UnB, 2016. Disponível em:

http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1&Itemid=675. Acesso em: 20 de abr. de 2017.

nosso objeto de estudo, o Decanato de Administração (DAF), o Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) e o Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO).

O Decanato de Ensino de Graduação (DEG) tem a missão de supervisionar e coordenar o ensino de graduação da UnB, criar condições que favoreçam a excelência desse ensino e a formação de cidadãos socialmente responsáveis. Também tem como atribuição desenvolver políticas acadêmicas para o ensino de graduação – de projeto pedagógico de curso, de matrícula em disciplina, de avaliação de professor e de estágio – que incentivem, garantam a qualidade do ensino e insiram os alunos no mercado de trabalho, entre outras.

O Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP) possui a missão de promover, coordenar, supervisionar e apoiar o ensino de pós-graduação e a pesquisa, com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível, visando o crescimento, a disseminação e a internacionalização da pós-graduação, da pesquisa e da produção de conhecimento necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural do país. Entre as competências institucionais tem-se: o acompanhamento administrativo e acadêmico dos programas de pós-graduação; a formulação de projetos institucionais que possibilitam a captação de recursos por meio de editais das Agências de Fomento; a elaboração e o gerenciamento de editais internos; a certificação dos grupos de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a coordenação de atividades relacionadas ao desenvolvimento institucional com foco na inovação e na integração das atividades de pesquisa e pós-graduação; a formulação e a gestão da política e do programa de iniciação científica e o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos geridos pelo DPP, advindos de convênios ou diretamente arrecadados.

O DPP foi dividido em dois Decanatos, quais sejam: Decanato de Pós-Graduação (DPG) e Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), conforme Relatório de Gestão (2016), para melhor adequação das demandas institucionais.

O Decanato de Extensão (DEX) tem a missão de contribuir para democratizar as relações entre a UnB e a sociedade em busca do desenvolvimento sustentável. Suas competências institucionais são: promover atividades de extensão por meio das unidades acadêmicas; integrar as artes e a ciência ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento social; articular, apoiar e gerenciar programas e projetos de extensão. Suas ações são realizadas mediante: editais internos de fomento à extensão e a participação de editais de outros órgãos de apoio; desenvolvimento de

atividades de formação continuada, cursos de extensão, assessoramentos e consultorias; apoio à promoção da integração regional, que envolve universidades e o setor governamental e não governamental; exposições anuais com foco na pluralidade de etnias e culturas por meio da Casa da Cultura da América Latina.

O Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) possui a missão de promover políticas e ações comunitárias que agreguem direitos de cidadania que contribuam para a formação cidadã, valorizando identidades, culturas, responsabilidade social e qualidade de vida. Suas competências institucionais são: viabilização do inter-relacionamento dos integrantes da comunidade universitária com ações de inclusão, respeito à diversidade, pluralidade e combate ao preconceito; promoção de ações voltadas à qualidade de vida da comunidade universitária envolvendo *esporte, lazer, arte e cultura*; planejamento e administração de programas de assistência estudantil; fornecimento de alimentação balanceada, nutritiva e de qualidade nos Restaurantes Universitários e conscientização da prática de boa alimentação nos campi (grifo nosso). *Este Decanato* é o responsável pela política de esporte universitário e a delega para sua Diretoria de Esporte, Arte e Cultura – DEA (atual DEL), nosso objeto de estudo.

O Decanato de Administração (DAF) tem a missão de coordenar e executar os processos referentes: aos atos financeiros e contábeis, à gestão do patrimônio, às compras nacionais e à importação, ao controle e acompanhamento de contratos e convênios e instrumentos similares relativos a projetos acadêmicos. Este possui como competências: a execução das atividades relacionadas com contratações de serviços; coordenação da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial da instituição; acompanhamento e fiscalização de obras de construção e reformas e das atividades desenvolvidas pelos prestadores de serviços das empresas terceirizadas.

O Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) tem a missão de promover a gestão, o desenvolvimento e a potencialização de pessoas, contribuindo para a busca permanente da excelência, saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho. Este acompanha e gerencia: o quadro e a carreira dos servidores da instituição, os quais são subdivididos em técnicos administrativos e docentes; a promoção de ações que garantam adequada lotação de servidores nas unidades acadêmicas e administrativas; a identificação das necessidades de capacitação dos servidores; o desenvolvimento de condições adequadas de saúde e segurança no trabalho na instituição.

O Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) tem a missão de desenvolver, coordenar e acompanhar os processos institucionais de planejamento, orçamento e gestão da informação. No que diz respeito às competências, é responsável pelo planejamento, coordenação e execução de atividades relacionadas à elaboração, à consolidação e ao acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da prestação de contas por meio do Relatório de Gestão Anual; do orçamento e apuração de custos; da informática; da avaliação institucional e informações gerenciais; da gestão e melhoria de processos; bem como presta assessoria, nesses assuntos, às comissões específicas, às câmaras e aos conselhos superiores.

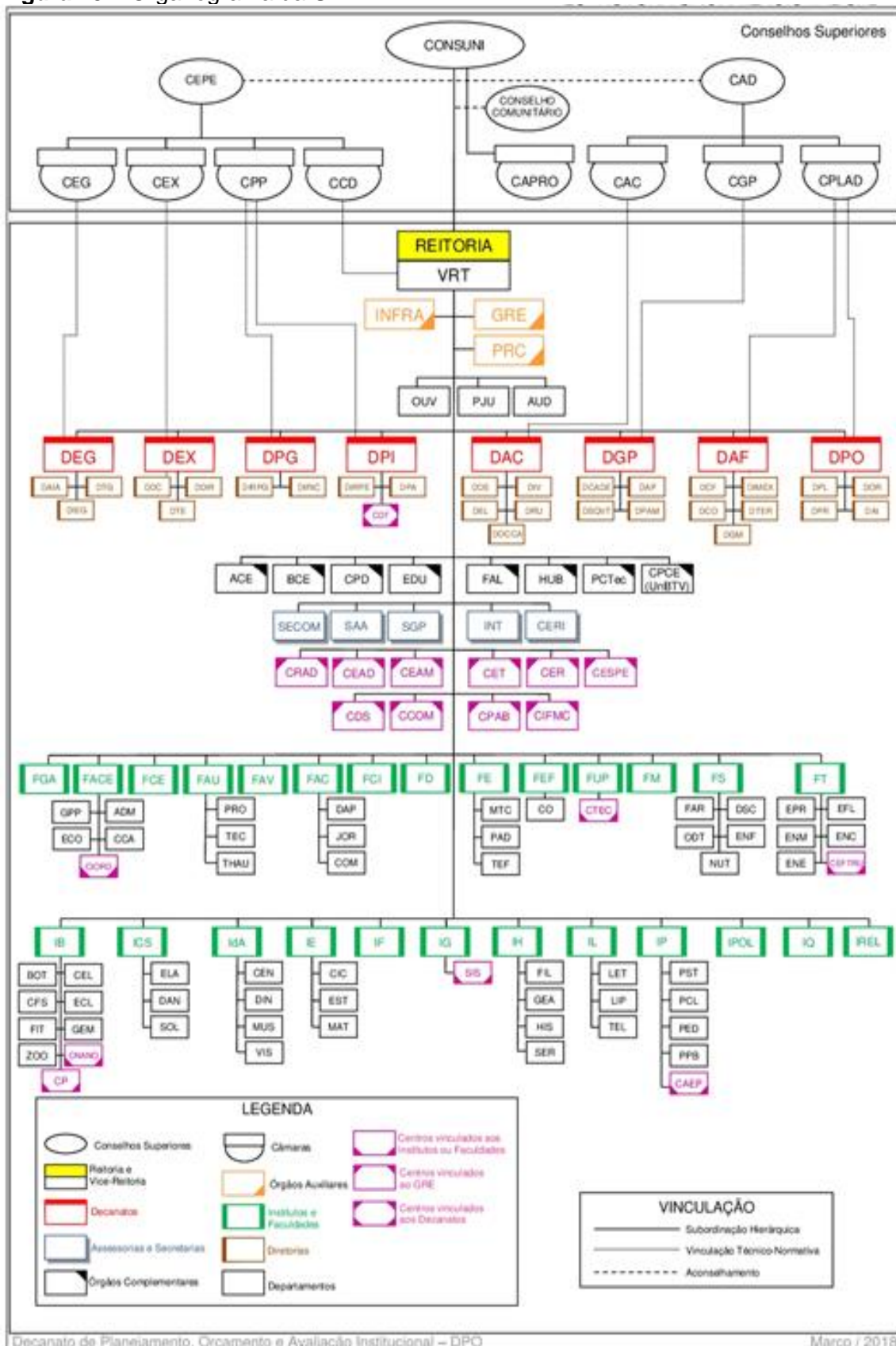
As unidades acadêmicas, de acordo com o art. 28 do Regimento Geral (2016), são formadas pelos institutos e faculdades. São atribuições destas: coordenar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas respectivas áreas em que atuam; decidir sobre a organização interna, respeitando o Estatuto e o Regimento Geral da instituição; planejar e administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob a responsabilidade delas.

Os órgãos complementares são representados pela Biblioteca Central (BCE), Centro de Informática (CPD), Editora Universidade de Brasília (EDU), Fazenda Água Limpa (FAL), Arquivo Central (ACE) e Hospital Universitário (HUB).

Compete aos órgãos complementares as atividades de apoio, de caráter permanente, necessárias ao desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão, estabelecidas nos seus Regimentos Internos.

Os centros têm como competência a realização de atividades de caráter cultural, artístico, científico, tecnológico e de prestação de serviços à comunidade, com finalidades específicas ou multidisciplinares.

Figura 13 – Organograma da UnB.



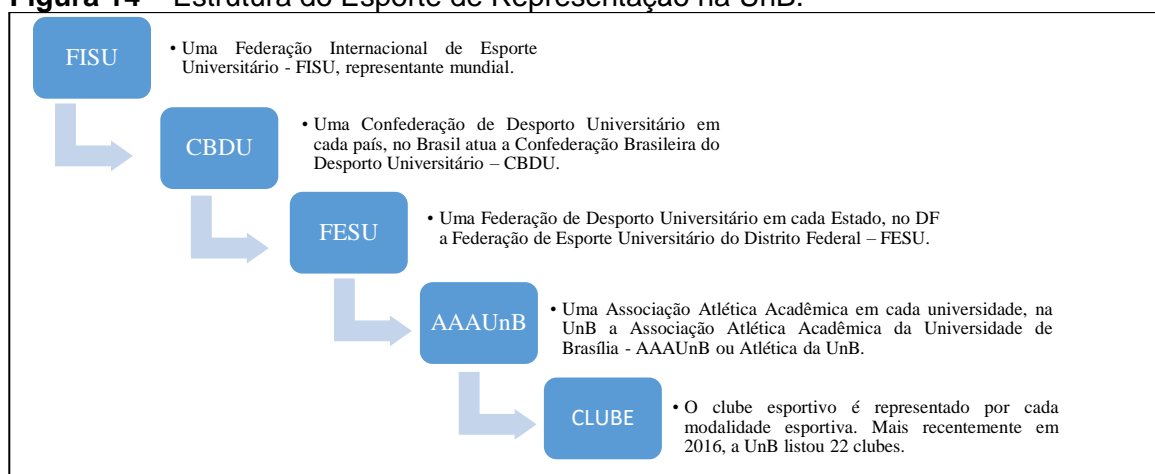
Fonte: Relatório de Gestão UnB, 2016.

3.2 - O ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNB

3.2.1 - ESTRUTURA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNB

A UnB tem sua configuração esportiva embasada no sistema nacional de esporte universitário, que por sua vez, indica que é responsabilidade legal das entidades administrativas esportivas organizar e desenvolver o Esporte Universitário no país, na figura abaixo indicamos a estrutura que se dedica somente ao esporte de representação/rendimento da UnB.

Figura 14 – Estrutura do Esporte de Representação na UnB.



Elaboração própria.

O contato com essas entidades é apoiado pela Diretoria de Esporte Arte e Cultura – DEA, criada pelo Ato da Reitoria nº 269/94, em 02 de março de 1994, com a competência de organizar programas e projetos comunitários com vistas à execução de uma política artístico-cultural e esportiva no âmbito da UnB. Mais recentemente, em novembro de 2017, a DEA sofreu uma reestruturação, sendo dividida em duas novas diretorias, a Diretoria de Esporte e Lazer (DEL) e a Diretoria de Organizações Comunitárias, Cultura e Arte (DOCCA), ambas vinculadas ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC).

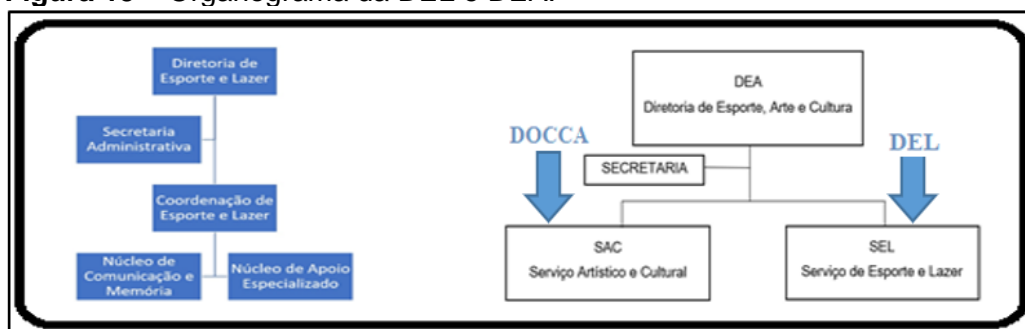
A DEL tem como missão “estimular e promover a integração da comunidade universitária por meio do esporte e do lazer”⁴⁷, sendo a responsável pela gestão de vários programas, inclusive do Programa Bolsa Atleta Universitária da UnB (PBA-UnB).

⁴⁷ Disponível em: <http://www.esporte.unb.br/index.php/missao>. Acesso em: 07 fev. 2018.

Suas ações são construídas em interface com as áreas acadêmicas e comunitárias, com vistas a valorizar o respeito às diferenças, à diversidade cultural, ações que fortaleçam a convivência e a solidariedade nos campi.

A DEL apoia também as iniciativas dos Centros Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes - DCE. É responsável pela administração dos espaços culturais a seguir: Anfiteatro 09 e Anfiteatro 10, localizados no Instituto Central de Ciências – ICC SUL, o Núcleo de Dança/Vivência fica no bloco SG10 ao lado do Departamento de Música da UnB. Na área esportiva gerencia a quadra de esportes José Maurício Honório Filho, que está localizada na Praça Chico Mendes do Campus Darcy Ribeiro. A DEL tem o organograma composto por uma Secretaria Administrativa, uma Coordenação de Esporte e Lazer, um Núcleo de Comunicação e Memória e um Núcleo de Apoio Especializado. Apresentamos o desmembramento da DEA em suas respectivas e atuais Diretorias: DEL e DOCCA, por meio dos organogramas.

Figura 15 – Organograma da DEL e DEA.



Fonte: Relatório de Gestão da DEA, 2017.

A DEL é composta por uma equipe multidisciplinar listada a seguir: um chefe de serviço, uma nutricionista, uma psicóloga escolar, um auxiliar administrativo, dois técnicos desportivos, um jornalista e um fotógrafo, bolsistas e estagiários de graduação, com a finalidade de propiciar troca de experiências entre profissionais de diversas áreas em benefício do desenvolvimento do esporte universitário e do lazer (Relatório de Gestão DEL, 2017).

Em acordo com essas definições em relação a estrutura do esporte universitário da UnB que está diretamente ligado a forma de fazer acontecer a Política de Esporte Universitário – PEU-UnB, temos os argumentos dos gestores da DEA sobre o papel desse esporte na UnB.

(1)⁴⁸ O esporte como produção histórica e cultural do homem, coexiste com diversas interações entre seus distintos elementos. A competição, a cooperação, a superação, a saúde, o rendimento, o poder, a integração, a ludicidade, o compartilhamento e tantas outras facetas que se revelam no esporte podem ser valorizadas ou não de acordo com a interpretação dos indivíduos que o estão praticando e das organizações que o estão acolhendo. Por si só, o esporte pode ser considerado uma prática humana plena, pois possui forma e conteúdo, ética e estética, evolui junto com o ser humano, permite convivência, troca de experiências e gera um campo de interação horizontal, de acesso aberto a todos, que deve ser interpretado em toda sua complexidade de mediações. Na legislação brasileira, o artigo 217 da Constituição Brasileira dispõe como dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada cidadão. Por se tratar de direito de cada um, o esporte tem um papel importante no ambiente universitário pelo interesse que desperta entre a comunidade, pode também ser aplicado como instrumento de educação cidadã, desenvolvimento humano e integração social (Gestor C).

Outro ponto de vista sobre o papel do esporte no ambiente universitário é relacionado a várias perspectivas como saúde, qualidade de vida, socialização na vida acadêmica.

(2) Acho difícil definir um único papel para o esporte no ambiente universitário, mas acredito que a sua contribuição à qualidade de vida é um fator especialmente importante. E quando falo em qualidade de vida faço referência não apenas aos benefícios diretos para a mente e o corpo que decorrem da prática desportiva, mas também à possibilidade que o esporte oferece de socialização, de criação de laços e desenvolvimento emocional, aspectos que podem repercutir de forma positiva na caminhada acadêmica dos estudantes na Universidade (Gestor A).

Corroborando com essas afirmações o entendimento do esporte com agente socializador e formador na vivência acadêmica.

(3) Essa é uma pergunta abrangente, abre um leque muito grande para resposta. Já discutimos inclusive a inserção do esporte dentro do DAC. É importante fazer um link do Esporte com a política, que é a de recepção dos calouros, de integração deles na Vida Universitária, desse senso de pertencimento deles à instituição, e de você criar também um ambiente de Integração Social, de relacionamento interpessoal, com os novos colegas, pessoas de outros cursos. Um conceito abrangente que você poderia estar definindo como sendo qualidade de vida ou talvez não apenas isso, o próprio processo de formação pessoal e de humanização (Gestor B).

Destacamos que as falas acima estão de acordo com a missão da DEL, uma vez que todas apresentam a socialização e integração social como objetivos da prática esportiva.

A DEL tem a importante função de formular a Política de Esporte Universitário – PEU-UnB, a partir de dispositivos legais, em busca de formalizar suas ações e

⁴⁸ As entrevistas foram numeradas com vistas a facilitar sua localização e seu conteúdo.

garantir respaldo legal quando da sua atuação. No tocante ao papel da DEL na UnB, vejamos o posicionamento dos gestores.

(4) A DEA, vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários, tem a missão de tentar compreender o esporte de maneira horizontal à toda comunidade acadêmica e articular junto a ela e às instâncias administrativas esta política do esporte universitário. Seu papel é essencialmente promover espaços de discussão junto à comunidade sobre esta política e contribuir na sua construção (Gestor A).

(5) O principal papel da DEA no desenvolvimento da Política de Esporte Universitário da UnB (PEU-UnB) é de articulação por meio de ações que valorizem a prática desportiva universitária, fomentem discussões sobre fortalecimento do esporte, proponham resoluções que deem suporte a programas e projetos e que possam amparar as ações dos atores envolvidos para captar recursos e parcerias. Enfim, fomentar o desenvolvimento esportivo na universidade (Gestor C).

(6) O papel da DEA é um papel de articulação e de Gestão. Ela tem que dar o apoio e induzir aqueles elementos que são chaves para o esporte Universitário. [...] quando você pensa na quantidade de clubes esportivos e nas necessidades de uma comunidade com 40 mil membros, quatro Campus, então a gente precisa entender que o papel da DEA, é um papel macro de gestão, de apoio, mas que a DEA não tem condições, mesmo que a gente fosse contemplado com um reforço da equipe, de desempenhar um papel de execução dessa política, o nosso papel é muito mais de encontrar as diretrizes e fornecer o apoio. Nós temos uma parte do orçamento, que a gente pode dar um apoio às ações de esportes, que acontecem na Universidade (Gestor A).

Depreende-se que as falas enfatizam o papel de articulação da DEA e não de execução da política de esporte universitária, o que reforça a necessidade de buscar diálogo junto às entidades que irão executar essa política (clubes) e espaços para a participação social.

Entretanto surge um questionamento: *Como os clubes propõem trabalhar o esporte para além da dimensão do esporte de rendimento (representação)?* Considerando que Athayde (2011) afirma que em virtude da hegemonia conquistada pelo “esporte de alto rendimento”, esse vem sendo - ao longo da história brasileira – o padrão balizador das políticas públicas para o setor, acarretando em políticas baseadas na focalização e setorialidade, tendo como escopo interesses antagônicos a uma perspectiva inclusiva e de combate às desigualdades.

O próximo tópico evidencia a responsabilidade e objetivos na forma de Gestão do Esporte Universitário na UnB.

3.2.2 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNB

Atualmente, a Coordenação de Esporte e Lazer – CEL é a responsável pelo desenvolvimento do esporte para a comunidade acadêmica. Ela objetiva estimular o desenvolvimento da área esportiva no âmbito da Universidade de Brasília e contribuir com a melhoria da qualidade de vida nos campi, por meio da promoção de projetos, programas e eventos, aplicados como instrumento de educação, de promoção de saúde e de integração (Relatório de Gestão DEL, 2017).

Os objetivos da CEL sinalizam para uma abordagem do esporte no âmbito universitário que não se restringe à obtenção de performance ou resultados esportivos, uma vez que se remete às possíveis contribuições do esporte na esfera educacional, social e de saúde. Nesse sentido, é interessante observar - do ponto de vista dos gestores – as interpretações acerca das possíveis interfaces da política esportiva com o tripé estruturador da Universidade (ensino, pesquisa e extensão).

(7) [...] comento com as pessoas de uma maneira geral, que o esporte dentro da Universidade e ele é uma atividade-meio, ele não é um fim da Universidade, o fim da Universidade está ligado à formação profissional, a produção de conhecimentos, a formação continuada. E quando você fala do esporte, ele é um elemento mesmo sendo importante, mesmo trazendo uma contribuição para formação humana, a Universidade não se confunde com um Clube, então se nós estamos falando em Esporte Universitário, esse esporte que está adjetivado, como sendo específico da Universidade, a grande diferença que ele tem que ter, do esporte de uma maneira geral, é que ele tem que se aproximar do que Universidade tem como seu propósito fim, então a gente quer exatamente oferecer o esporte universitário como sendo um espaço, para que as unidades acadêmicas, de uma maneira geral, todas as áreas, possam ter ali, um espaço de vivência prática e de realização de estágio supervisionado, o que nos aproximaria do ensino. O esporte também é um espaço que abre e tem interesse em receber pesquisadores, que estudem a produção de conhecimentos e tecnologias que contribuem para a melhoria do treinamento esportivo. E aí nesse momento ele se abre para pesquisa e o esporte também tem o interesse de envolver as pessoas, inclusive se aproximar da comunidade externa, o que nos liga a extensão (Gestor B).

(8) O Decanato de Assuntos Comunitários – DAC, por meio de sua Diretoria de Esporte, Arte e Cultura - DEA, no período de 2009 e 2015, a partir da demanda da comunidade universitária e dos recursos humanos e financeiros disponíveis buscou realizar ações para o desenvolvimento do esporte na universidade, justamente por meio de projetos comunitários, discutidos na Câmara de Assuntos Comunitários – CAC, que por sua natureza não são vinculados às ações de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, a busca de parceria com a área acadêmica foi uma constante, por meio de reuniões, debates, seminários e parcerias em eventos. A partir do entendimento em que o termo “esporte universitário” está sendo usado de uma forma geral neste questionário, como toda a prática de esporte desenvolvida no ambiente universitário, e que este campo “esporte universitário” é aberto para diversas formas de intervenção, inclusive para as ações de Pesquisa, Ensino e Extensão, podemos afirmar que a “Política de esporte universitário” está em

construção pelos diversos atores sociais envolvidos. Neste sentido, cada um destes atores envolvidos no esporte praticado na universidade, a seu tempo, toma consciência um pouco mais de seu papel e de como desenvolvê-lo de forma mais integrada, a fim de valorizar estas ações de ensino, pesquisa e extensão, que são a finalidade maior da universidade (Gestor C).

(9) Por meio, por exemplo, da promoção de parcerias entre os Clubes Desportivos, estudantes, professores e pesquisadores ligados ao tema do esporte universitário, e também pela proposição de ações que viabilizem a prática desportiva pelos estudantes de forma a agregar às suas trajetórias de aprendizagem (Gestor A).

Em consonância ao primeiro argumento, apresenta exemplos claros de como o esporte pode se relacionar com o tripé de atuação institucional. Já o segundo, transfere a responsabilidade para os entes envolvidos sob sua orientação e apoio. E no terceiro, apresenta uma resposta abrangente em relação a busca de parcerias, a fim de desenvolver a prática esportiva vinculada a agregar aprendizado no percurso esportivo.

A DEL estruturalmente está organizada por 06 eixos de ação, listados a seguir:

I - Formar grupos esportivos que tenham autonomia em suas organizações para o desenvolvimento da prática esportiva; II - Apoiar atletas, equipes e entidades esportivas da comunidade universitária, auxiliando-os em sua organização, treinamentos e participação em eventos esportivos; III - Promover eventos integrativos de esporte e de lazer; IV - Buscar parcerias para a promoção do esporte; V - Estruturar programas e projetos para o desenvolvimento do esporte; VI - Proporcionar campo de experiência em gestão esportiva, treinamento esportivo e outras áreas afins para estudantes e jovens pesquisadores desempenharem funções de gestores, técnicos e auxiliares.

Em consonância aos eixos estruturantes a DEA (atual DEL) criou em 2009, o Plano de Desenvolvimento do Esporte e Valorização do Atleta da UnB, que fornece diretrizes gerais para a implantação de todos esses programas, com vistas a valorizar os atletas/estudantes, funcionários, professores, técnicos, as equipes esportivas que participam de competições representando a UnB, a fim de disponibilizar suporte aos treinamentos e apoio às participações em competições esportivas locais, nacionais e internacionais.

A DEA em sua atuação esportiva, promove o esporte em todas as suas dimensões esportivas (esporte de rendimento – representação, esporte de participação – comunitário e esporte educação – fim formativo) a fim de alcançar esse

público tão diversificado. Corroboram com essa afirmação, os gestores quando discorrem sobre as manifestações esportivas desenvolvidas pela DEA na UnB.

(10) Esta visão passou a vigorar por meio da Lei nº 9.615/98 que dispõe sobre a conceituação e as manifestações do desporto no âmbito educacional, de participação e de rendimento. Sabemos, entretanto, que o desporto universitário mundial se desenvolve em todas estas manifestações e que estas conceituações estão sendo revistas no âmbito acadêmico da Educação Física e do Esporte. Como educador e fomentando o esporte na universidade, parto sempre dos princípios das manifestações educação e participação, como prioridade. Entendo que o vínculo institucional com a Universidade de Brasília, naturalmente, propõe o olhar da formação cidadã em todo o processo educativo que acompanha a trajetória de cada estudante. Mesmo as práticas desportivas voltadas para o lazer organizadas pela DEA seguem princípios educativos e de participação. Por isso, quando os estudantes atletas participam do desporto universitário, mesmo sabendo do elevado nível técnico das competições que exigem performance e alto rendimento, e que diversos atletas de universidades particulares são profissionais esportivos, não abrimos mão dos princípios de educação e formação nos programas e projetos voltados para atender as necessidades dos estudantes atletas e de suas equipes esportivas em competições universitárias oficiais (Gestor C).

(11) E aí você coloca o esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de rendimento. Eu acho que pelas respostas anteriores, você já consegue identificar o nosso envolvimento com o esporte de rendimento, que a gente optou por chamar de esporte de representação, essa opção é por que, o esporte de representação reúne os melhores atletas para representar a Universidade, mas muitas vezes, os melhores atletas da Universidade não se comparam aos atletas de rendimento, eles por exemplo treinam duas vezes por semana, cerca de duas horas de duração, atletas de rendimento, costumam treinar seis vezes por semana, no mínimo 4 horas. Então nós não temos, a rigor, atletas de rendimento na Universidade, mas temos atletas destaques, que se dedicam ao esporte para representar a Universidade, então a gente chama de esporte de representação. O esporte de participação seriam todas essas ações, que a gente faz, ligadas ao Recreando, ligadas a esses programas com bolsa, os que oferecem oficinas para a comunidade de maneira geral, aqueles editais que a gente consegue ser contemplado, como é o caso, agora, do Programa Segundo Tempo Universitário, então todas essas seriam caracterizadas como esporte de participação, esporte comunitário, o Cross Cerrado, as corridas que são realizadas, tudo ficaria dentro do esporte de participação. O esporte educacional, ele se caracteriza pela disciplina prática desportiva, oferecida pela Faculdade Educação Física, então o esporte educacional entra no modelo de ensino e é quando você tem um currículo claramente caracterizado, então na Universidade, na nossa compreensão, quem faz esporte educacional é a Faculdade de Educação Física, não seríamos nós. Então, essa é a maneira como a Diretoria se envolve com as manifestações que a legislação do esporte brasileiro caracteriza (Gestor B).

(12) A DEA tem apoiado mais fortemente o esporte dito de rendimento nos últimos anos, por meio do relacionamento com os clubes desportivos e a representação da UnB nos campeonatos oficiais do desporto universitário, mas historicamente já teve muitas ações para o esporte de participação, por meio da promoção de eventos como o JIUnBs, Jogos dos Trabalhadores, Cross Cerrado, etc. (Gestor A).

Ao analisar os discursos vislumbramos uma contradição ou mudança de perspectiva. Enquanto a primeira fala em prioridade ao esporte educacional e de participação, mesmo entre os atletas de rendimento, as duas últimas indicam uma priorização ao esporte de rendimento (representação), inclusive com uma visão equivocada de que o esporte educacional pertence à educação física e de acordo com o Relatório de Gestão UnB (2016), a função educacional pertence a toda a universidade e não somente às unidades acadêmicas.

Seguindo adiante, a DEA se embasa nas dimensões/manifestações esportivas, apresentamos as ações para o desenvolvimento do esporte universitário e de participação na UnB, conforme o escopo seguir.

Figura 16 – Plano de Desenvolvimento do Esporte e Valorização do Atleta da UnB.

Ações	Programas
Valorização do atleta da UnB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bolsa-atleta universitária – UnB; ▪ Nutrição Esportiva; ▪ Auxílio-esporte (viagem e outros apoios); ▪ Seguro Estudante-Atleta; ▪ Acompanhamento Acadêmico.
Desenvolvimento do Esporte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Treinamento Desportivo; ▪ Musculação; ▪ Capacitação contínua de Gestores e Técnicos; ▪ Monitoramento do treinamento e competições das equipes representativas e atletas bolsistas; ▪ Bolsa Técnico (em desenvolvimento).
Agenda esportiva e de lazer	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programação de esporte projetos de ação contínua: Caique Comunitário; ▪ Programação de esporte universitário em projetos de treinamento; ▪ Programação de competições, torneios e jogos nas diversas modalidades abertas à comunidade universitária;
Comunicação social e Ambiente virtual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de sites para a comunicação no esporte, divulgação do site e redes sociais da DEA; ▪ Criação de métodos de comunicação de eventos e seus resultados; ▪ Utilização de novas tecnologias, aplicativos e redes sociais para comunicação com público, atletas e Clubes.
Memória esportiva	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de métodos/tecnologia para registro da história do esporte na Universidade.
Espaços públicos para o esporte e lazer	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio às ações da FEF/CO para revitalização das áreas esportivas e de lazer; ▪ Reforma dos espaços esportivo nos campi; ▪ Discussão sobre novas áreas e equipamentos esportivos nos campi; ▪ Ampliação do Projetos esportivos nos campi.
Parcerias e patrocínios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar de editais públicos de patrocínio e buscar eventuais patrocinadores.

Fonte: Relatório de Gestão DEA, 2016.

De acordo com a configuração acima e o Relatório de Gestão (2016), a DEL desenvolve os programas e projetos discriminados a seguir: Acompanhamento Acadêmico ao atleta, Auxílio Esporte, Bolsa Atleta, Musculação, Nutrição Esportiva, Treinamento Desportivo, Seguro Atleta, Monitoramento do treinamento e competições das equipes representativas e atletas bolsistas, Seletiva do DF de Futebol Virtual,

JUnBs Pocket, Fórum do Esporte Universitário, esses projetos são instrumentos utilizados para o esporte de representação da UnB, já o Caiaque Comunitário, Recreando, Oficinas Esportivas de Boas-Vindas aos Calouros, Circuito Cross Cerrado, Tour Ecológico são consoantes ao desenvolvimento do esporte de participação para a comunidade acadêmica. A fim de entendermos como se configuram alguns dos projetos/programas mais importantes, vejamos seus objetivos e público atendido.

Figura 17 – Programas de Esporte na UnB (2009-2016).

PROGRAMAS/OBJETIVO	PÚBLICO (2009-2016)⁴⁹
Treinamento Desportivo* Fornecer suporte aos treinamentos das equipes representativas da UnB.	Foram atendidos cerca de 2.260 atletas no período.
Auxílio Viagem Individual – AVI^{50**} Visa a concessão de auxílio viagem individual ou auxílio transporte terrestre, pode ser utilizado para pagamento de taxas de inscrição, alimentação, transporte interno, hospedagem e passagem da comunidade acadêmica.	Foram atendidos cerca de 1.352 auxílios.
Musculação Auxilia na preparação física dos estudantes/atletas, bolsistas e voluntários, as sessões são desenvolvidas por profissionais qualificados.	Atendimento de até 2.000 atletas no período.
Seletiva de Futebol Virtual do DF Iniciada em 2016, o Futebol Virtual (console Playstation 4 e jogo FIFA 16) virou modalidade nos Jogos Universitários Brasileiros. A realização foi realizada pela DEA em parceria com a FESU.	Estudantes: 25 Duração: 8 dias Total de horas: 20h
Projeto Recreando É um Programa de lazer que realiza empréstimo de materiais esportivos para a comunidade acadêmica como: bolas de diferentes modalidades esportivas, cronômetro para arbitragem, fita para a prática de Slackline (esporte de equilíbrio sobre fita de nylon estreita e flexível), tabuleiro, relógio/jogos de xadrez, tatame para treinamento e competições, raquetes, redes e mesas de tênis de mesa.	Cerca de 1.478 empréstimos no período.
CROSS CERRADO É um circuito de corrida, com distância de 5 km, em local de cerrado, realizado em parceria com a FEF/DEX e DEA/DAC. Sendo realizadas cerca de 04 (quatro) competições anuais, uma em cada Campus da UnB.	Cerca de 2.804 pessoas atendidas no período.
Projeto Caiaque Comunitário Criado em 2009, objetiva promover saúde, qualidade de vida, integração e educação ambiental por meio de oficinas de iniciação e aperfeiçoamento de Canoagem. As turmas são compostas com no máximo 35 (trinta e cinco) participantes.	Cerca de 6.155 pessoas atendidas no período.
Oficinas de Boas Vindas aos Calouros A Semana de boas-vindas aos calouros é o momento de integrar e dar visibilidade a tudo que a UnB oferece na área esportiva aos novos alunos da UnB, assim são ofertadas diversas oficinas esportivas, incluindo das	Não houve estimativa do público.

⁴⁹ Os programas/projetos não foram realizados nos anos de 2015 e 2016, por motivo de greve dos servidores.

⁵⁰ O AVI é previsto pelo Ato da Reitoria nº 7/8 de 30 de outubro de 2008. Não disponível online.

artes marciais: arnis, judô, jiu-jitsu, karatê, tae-kwon-do e kendo, de expressão corporal, futmanobol (nova modalidade esportiva ⁵¹) e caiaque.	
Torneio de Futsal dos Servidores É realizado nos meses de setembro e outubro, seu público integra os principais setores administrativos da UnB. Os jogos são na Quadra José Maurício Honório Filho, organizados pela Coordenação de Esporte e Lazer - CEL.	Cerca de 1.492 inscritos nos jogos no período.
Jogos do Trabalhadores de Futebol São realizados no mês de maio em homenagem ao dia dos trabalhadores pelo Sindicato dos trabalhadores da Universidade de Brasília - SINTFUB, em parceria com a DEA, no campo de futebol do Centro Olímpico.	Cerca de 1.688 inscritos nos jogos no período.
Jogos Internos da Universidade de Brasília – JIUnBs Essa competição é tradicional entre os Centros Acadêmicos da UnB, Relatório de Gestão DEA (2016) e contempla diversas modalidades esportivas. Em 2013, sua 30ª edição foi realizada pela Atlético da UnB, em parceria com a DEA. Em 2014, seria a 31ª edição que não foi realizada devido à greve e a vacância da Atlético da UnB. É um projeto que incentiva a organização esportiva por meio de bolsas para coordenação geral, coordenação de modalidades, supervisão e arbitragem. Não ocorreu em 2014 e 2015 devido às greves dos servidores e ausência de espaço físico adequado para atender o cronograma. Em setembro de 2016, foram feitas reuniões com as Atléticas para a realização de uma edição reduzida dos JIUnBs, sem custos e com participação de árbitros voluntários que receberiam horas de atividade complementar no seu currículo, com tempos de jogos e formas de disputa mais curtas, assim denominada JIUnBs Pocket, de modo a retomar a tradição dos JIUnBs.	Cerca de 3000 estudantes, entre inscritos e espectadores.

Fonte: Relatórios de Gestão DEA, (2009-2016).

*Os programas iniciaram em 2010.

**Os valores apresentados são das equipes de representação da UnB.

Esse último projeto que visa a integração da comunidade estudantil, bem como atua na sua organização e desenvolvimento, o JIUnBS (considerado como esporte de participação), no ano de 2016 foi remodelado e denominado JIUnBS Pocket – uma versão reduzida do JIUnBS. Sua 32ª edição dos Jogos foi realizada com arbitragem voluntária, a DEA em parceria com a Prefeitura do Campus – PRC/UnB criaram e confeccionaram os troféus e medalhas (RELATÓRIO DE GESTÃO DEA, 2016). A seguir estão os dados do JIUnBS Pocket 2016.

⁵¹ Nova modalidade desenvolvida pelo servidor da DEA, Cristiano Hoppe Navarro. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2016/03/31/interna_revista_correio,525121/esporte-completo.shtml. Acesso em: 10 de fev. de 2017.

Figura 18 – Modalidades JIUnBs Pocket 2016.

Atletismo	Futebol	Handebol	Tênis de mesa
Basquete	Futebol virtual	Judô	Truco
Canoagem	Futmanobol	Natação	Vôlei
Caratê	Futsal	Rugby	Xadrez
Total: 16 modalidades, sendo 7 coletivas e 9 individuais			

Fonte: Relatório de Gestão DEA, 2016.

Figura 19 – JIUnBs 2016 em números.

26 competições nos naipes, femininos, masculinos e misto.	
51 dias de competições (entre 24 de outubro e 13 de dezembro)	
Por volta de 35 voluntários na arbitragem e organização das competições	
8 locais de competições:	
Ginásio do Centro Olímpico Campo 1 do Centro Olímpico Piscina do Centro Aquático do Centro Olímpico Pista de Atletismo do campo 3 do Centro Olímpico Lago Paranoá próximo ao Galpão do Caique no Centro Olímpico ICC Sul Térreo abaixo do Mezanino e ao lado da Caixa Econômica Anfiteatro 10 no ICC Sul MASC Sul próximo ao Instituto de Química	
12 Atléticas Participantes:	
Alucinada	Curso(s): Farmácia, Fisioterapia, Gestão em Saúde Coletiva e Fonoaudiologia (FCE) e Gestão em Saúde Coletiva (Darcy)
Animália	Curso(s): Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado)
Aroeira	Curso(s): Engenharia Florestal
Energética	Curso(s): Nutrição
Indomável	Curso(s): Medicina Veterinária
Insana	Curso(s): Medicina
Jurássica	Curso(s): Geologia, Geofísica, Ciências Ambientais e Geografia
Maquiavélica	Curso(s): Ciência Política
Mutante	Curso(s): Biotecnologia
Odisseia	Curso(s): Letras (todas habilitações)
Os Bárbaros	Curso(s): História (Licenciatura e Bacharelado)
Tijolada	Curso(s): Engenharia Civil
Até 566 medalhas e 3 troféus entregues aos campeões	
Cerca de 1200 atletas participantes	

Fonte: Relatório de Gestão DEA, 2016.

Outro programa de fundamental importância aos estudantes/atletas é o PBA-UnB, uma forma de bolsa que compreende alguns critérios de seleção e continuidade, que consiste em auxiliar no pagamento de passagens, alimentação, dentre outros, vejamos a seguir.

Programa Bolsa Atleta Universitária da UnB – PBA

O PBA-UnB é uma forma de incentivo criada em outubro de 2011, que propicia aos estudantes/atletas o recebimento de uma bolsa mensal no valor de R\$ 400,00

pele período de 12 meses, como forma de estímulo à participação nos treinamentos esportivos e, sobretudo, à representação da UnB em eventos esportivos oficiais universitários e não-universitários. O PBA-UnB se coloca como uma política social relacionada à política universitária da UnB, haja vista possibilitar o acesso do direito ao esporte a parte dos seus discentes.

Os critérios para a concessão de bolsas do PBA-UnB são estabelecidos em edital anual. Cabe destacar que de acordo com a DEL: “Além de estimular a participação em competições, o programa busca propiciar o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a sua formação acadêmica e cidadã” (grifos nossos). Dentre as informações do programa, destacamos inicialmente as condicionalidades de acesso e permanência, a saber:

- a) Estar regularmente matriculado em curso presencial de graduação ou pós-graduação na UnB em qualquer dos Campi;
- b) Ter entre 17 e 24 anos incompletos prioritariamente;
- c) Estar em plena atividade esportiva, comprovada na Carta de Recomendação do Técnico;
- d) Apresentar Rendimento Acadêmico;
- e) Apresentar comportamento ético e íntegro e não ter sido alvo de advertência por comportamento antiético;
- f) Por se tratar de uma bolsa para o estudante-atleta, esta não poderá ser acumulada a outras bolsas ou estágios e trabalho remunerado com carteira assinada e/ou contrato;
- g) Estar preferencialmente vinculado às equipes representativas ou Clubes Desportivos Universitários da UnB ou a Federação Esportiva da modalidade;
- h) Estar cadastrado no Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - PPNE, no caso de estudante atleta com deficiência;
- i) Efetuar a inscrição no prazo estabelecido por este Edital e apresentar a documentação exigida para ingresso no PBA-UnB (UNB, 2016).

Inicialmente, observamos dois aspectos no conjunto de requisitos citados acima. O primeiro aspecto deriva da quantidade de condicionalidades estabelecidas para acesso ao PBA-UnB e vincula-se diretamente à abrangência do programa. Isso porque a somatória de um número significativo de exigências para ingresso no programa pode engendrar um afinilamento excessivo na seleção dos beneficiados, conformando um atendimento focalizado. Nesse sentido, é interessante compararmos os dados da Tabela 1 com números gerais da UnB. De acordo o Guia do Calouro 1º/2017, a Universidade possuía, em 2016, cerca de 50 mil estudantes regularmente matriculados de graduação e pós-graduação. Isso significa dizer que o PBA-UnB atendeu em 2016 apenas 0,21% do corpo discente da UnB. A restrita participação dos

discentes no programa, reforça o caráter de uma política esportiva direcionada ao esporte de alto rendimento, dimensão esportiva que historicamente não privilegia a universalização do acesso ao esporte.

Tabela 1 – PBA-UnB – Comparativo anual de bolsistas por modalidades.

Item	Modalidades	2012		2013		2014		2015		2016	
		Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
1	Atletismo	02	02	00	01	02	03	1	4	00	01
2	Basquete	08	11	01	08	08	13	11	12	06	05
3	Boxe	00	00	00	00	00	02	1	4	00	01
4	Futebol	00	25	00	09	15	00	0	20	00	11
5	Futsal	13	15	07	05	11	15	9	17	07	07
6	Handebol	14	14	12	07	15	10	13	8	09	08
7	Judô	03	04	02	01	02	02	2	6	00	03
8	Karatê	02	04	01	02	03	05	3	4	02	02
9	Luta Olímpica*	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00
10	Natação	06	07	03	03	03	06	04	07	00	05
11	Rugby	00	00	00	00	07	11	12	12	05	05
12	Taekwondo	05	01	02	00	04	01	03	00	02	02
13	Tênis	03	02	03	00	04	02	04	03	01	01
14	Tênis de Mesa	01	02	00	00	00	04	00	04	00	01
15	Voleibol	12	12	07	05	08	06	17	14	06	06
16	Xadrez	02	03	02	02	02	08	3	5	03	04
Total		73	115	40	54	94	100	96	129	42	62
Nº de Modalidades		18		18		21		22		16	
Total de Atletas por ano		188		94		194		225		105	

Fonte: Relatórios de Gestão DEA, 2016.

Parece-nos positivo que diferentemente do PBA executado pelo Governo Federal, para se pleitear o ingresso no PBA-UnB não é dada ênfase no desempenho esportivo (excetuando as modalidades de atletismo e natação), pois a cobrança se faz em relação ao rendimento acadêmico, acompanhado da exigência de um comportamento ético e íntegro – ainda que sem a definição desses conceitos. Por outro lado, há a requisição da institucionalização esportiva, por meio da exigência de vinculação preferencial às equipes representativas ou Clubes Desportivos Universitários da UnB ou à Federação Esportiva da modalidade, fator que pode dificultar a participação de praticantes de atividades físicas ou práticas corporais que ainda não concluíram por completo seu processo de esportivização.

Athayde (2011) destaca que, em virtude da hegemonia conquistada pelo “esporte de alto rendimento”, esse vem sendo o padrão balizador das políticas públicas para o setor, acarretando em programas e projetos baseados na focalização e setorialidade, tendo como escopo interesses antagônicos a uma perspectiva democratizante e de garantia do esporte como direito de cidadania. Dentro dos limites desse estudo não é possível afirmar precisamente que o PBA-UnB exhibe comportamento análogo às características da política pública de esporte em âmbito nacional, conclusão que demanda estudos mais aprofundados e longitudinais sobre o programa.

Face ao exposto, depreende-se, até o momento, que ambos têm uma relação contígua ao esporte de rendimento, mas, concomitantemente, apresentam

particularidades em seus princípios e objetivos, que se justificam pela distinta natureza dos espaços institucionais. Em outras palavras, uma Universidade tem uma função social, missão institucional e estrutura organizacional extremamente diferente de uma pasta ministerial do poder executivo, ainda que elas possam – e necessitem – desenvolver projetos em parceria.

Ao relativizar o desenvolvimento e a implementação dos programas/projetos a DEA enfrenta algumas dificuldades no tocante à provisão de recursos financeiros, profissionais e materiais. Nas palavras dos Gestores, esses não são impeditivos, mas em grande proporção são prolongadores do tempo hábil necessário à consecução dos mesmos, fato coincidente com a seguinte arguição, (13) “Falta de recursos humanos capacitados para fomentar ações e ampliá-las nos diversos campi; espaços desportivos defasados, necessitando ampliação e reformas” (Gestor C). Além de complementar a arguição anterior, os gestores indicam o fortalecimento de pontos necessários ao andamento dos programas/projetos, na fala subsequente, (14) “A falta de infraestrutura, a escassez cada vez maior de recursos e os entraves da administração pública para contratação de treinadores que não sejam servidores concursados” (Gestor A).

No intuito de qualificar a discussão, tomamos como uma das respostas às barreiras visíveis para a implementação de políticas esportivas universitárias, o seguinte argumento.

(15) A grande barreira que nós temos, passa por alguns eixos-chaves, que são na verdade, dificuldades vividas pelo esporte no Brasil, como um todo. Então nós não temos a caracterização de um sistema claro, de um Sistema Nacional de Esporte, uma política para o esporte no Brasil, mesmo já tendo feito algumas Conferências, tirado algumas diretrizes, nós não temos ainda uma legislação clara, que define todos os pontos-chaves. Nós sofremos com a infraestrutura esportiva nossa, nós temos apenas um ginásio e todas as modalidades que são feitas no ginásio não conseguem ter espaço de treinamento suficiente, temos dificuldade de comunicação dos Campi e as modalidades que são jogadas nos Campi, não encontram condições adequadas de treinamento. Temos dificuldade com uma sala de musculação, que termina sendo uma só e dividindo horários com outras atividades. Então nossa infraestrutura esportiva é deficiente, para atender a Universidade, tanto no sentido do esporte de representação e muito mais, quando se fala do esporte comunitário, por que seria um número muito maior de pessoas a serem atendidas. Temos a grande dificuldade, que foi da pergunta anterior, que é a falta de financiamento. Temos a dificuldade com a formação de recursos humanos para o esporte, que eu acho que esse talvez seja um ponto estratégico, inclusive que se confunde com a missão que a Universidade deveria estar desempenhando, essa seria talvez a sua grande contribuição para reverter este quadro, mas atualmente, nós não temos profissionais com experiência no treinamento esportivo ou até mesmo no esporte comunitário que faça um papel de destaque nessa difusão do esporte e temos as

dificuldades também até com a produção de ciência e tecnologia, que daria suporte a todas essas ações, que vão estar sendo desenvolvidas. Esses são, para mim aspectos chaves, que todos são barreiras e todos ainda nos deixam numa situação delicada para conseguir realmente fazer com que o esporte Universitário cresça (Gestor A).

A fala do gestor A inicialmente reforça os limites da Política Nacional de Esporte, destacados no Relatório do TCU (2015), sobretudo a ausência de indicadores que permitam monitorar o desenvolvimento das ações governamentais para o esporte. Ao mesmo tempo, a fala evidencia os problemas enfrentados pela Universidade na consolidação da sua PEU-UnB, que dizem respeito a infraestrutura física e de pessoal, bem como do próprio financiamento.

A administração do esporte universitário de representação/rendimento frente as competições nacionais é responsabilidade das entidades de administração esportiva que são caracterizadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos com a competência legal de organizar o esporte universitário. A FISU propõe o calendário oficial, a partir do qual as Confederações, Federações e Atléticas de cada universidade confeccionam seus calendários.

É de acordo com os resultados do ano anterior, Relatório de Gestão DEA (2016) que saem os índices mínimos das modalidades individuais, necessários para a convocação do atleta na competição. Das primeiras colocações nas seletivas ou nos Jogos Universitários locais saem as equipes de cada estado e do DF que irão participar nas etapas nacionais das Ligas do Desporto Universitário e nos Jogos Universitários Brasileiros.

As equipes ou atletas campeãs brasileiras universitárias são convocadas para representar o país nas Universíades, competição realizada a cada 02 (dois) anos.

As equipes representativas da UnB são instigadas a participar do calendário da CBDU, que é desenvolvido pela responsável FESU, a importância dessa representação esportiva para a instituição está desenvolvida nos discursos do Gestores, a seguir:

(16) Na verdade, a Universidade tem interesse em prestigiar aos estudantes que tem condições de estar participando de todas essas competições, isso traz para a Universidade depois a possibilidade de ser contemplada no Troféu Eficiência da CBDU e isso seria um reconhecimento da dedicação que a Universidade tem para o Esporte Universitário de Representação. [...] No ano de 2016, nós ficamos em terceiro lugar e também éramos a primeira Federal, ficamos atrás da UNIP e da UNINASSAU, então você vê que a Universidade de Brasília tem destaque dentro das competições universitárias oficiais e esse destaque se dá geralmente muito mais na LDU e no JUBs, na Universíade, é um modelo diferente, geralmente quem representa a CBDU são as campeãs

das primeiras divisões. Então nossa participação nas Universidades é menor, apenas aqueles atletas realmente de alto rendimento. Mas nós temos conseguido em algumas modalidades estar presentes, na LDU e no JUBs. A importância dessas equipes esportivas de representar a UnB é a importância que você vê do esporte como um todo, é como se o resultado desses atletas termina sendo visto como resultado da própria instituição, como que isso poderia mobilizar e incentivar e motivar outros estudantes a se envolverem com esporte e como isto mostra uma Universidade comprometida com essa visão da formação integral dos estudantes (Gestor B).

(17) A importância está em fortalecer o esporte universitário no país, promover o nome da universidade, Universidades Federais como a UnB, proporcionar o intercâmbio entre os atletas e permitir o acesso às principais competições esportivas no âmbito universitário (Gestor A).

(18) Além de contribuir para destacar a instituição no cenário desportivo universitário interno, no Distrito Federal e no país esta participação promove a inclusão de estudantes atletas de universidade pública em evento nacional, gera intercâmbio de conhecimentos entre treinadores e gestores, incentiva a troca de experiência entre os atletas. A CBDU mantém ranking anual para valorizar esta participação, criou os JUB's Acadêmicos que também incentiva a produção de pesquisa na área desportiva universitária (Gestor C).

Todos os gestores concordam com a importância do esporte de representação, sobretudo devido a seu potencial para divulgação da UnB nacionalmente. No entanto, é possível apreender uma visão parametrizada em ranqueamentos e etapas seletivas, dentro de um modelo excludente, que compromete o acesso ao direito ao esporte. O fato é que se torna difícil ponderar se essa organização tem o potencial de atrair e incluir mais estudante, ou seja, parece que o esporte é valorizado como instrumento de propaganda institucional, enquanto deveria estar mais focado nas potencialidades educacionais na formação dos sujeitos, função precípua de uma instituição de ensino superior.

A UnB está presente nas competições oficiais da CBDU, por meio de suas equipes representativas em diferentes modalidades. Na figura a seguir estão listadas as mais importantes competições universitárias.

Figura 20 – Competições Universitárias oficiais da CBDU.

COMPETIÇÕES
Jogos Universitários do Distrito Federal - JUDF;
Liga de Desporto Universitário de diversas modalidades em sua etapa Seletiva local, regional e Nacional;
Jogos Universitários Brasileiros – JUB's;
Pan Americano (diversas modalidades);

Campeonatos Universitários Mundiais. - Outros campeonatos universitários e comunitários.
--

Fonte: Relatório de Gestão DEA, 2016.

Conforme regulamento da CBDU⁵² e FESU, as universidades devem dar condições de inscrição e transporte para seus atletas participarem das competições nacionais. Em outras ocasiões, quando as instituições de ensino superior são convidadas, devem pagar pelo transporte, hospedagem e alimentação de seus atletas. Anualmente, devem contribuir com anuidade e taxas de inscrições dos atletas em competições. Além destas competições universitárias oficiais as equipes da UnB participam de competições universitárias e comunitárias locais, regionais e nacionais, torneios de intercâmbio e amistosos para sua preparação técnica e tática, quanto adquirirem experiência.

A diretriz da DEA é apoiar todas as competições universitárias anuais que as equipes puderem participar e pelo menos uma competição comunitária, caso a equipe não consiga se classificar para as competições universitárias regionais e nacionais. Caso o atleta ou equipe classifique para etapa superior, a UnB/DAC/DEA dentro de sua possibilidade orçamentária, apoia sua ida até o campeonato final ou na busca de patrocinadores.

O papel do esporte na UnB está intrinsecamente ligado ao suporte oferecido a comunidade acadêmica (servidores, professores, trabalhadores terceirizados, alunos), as equipes de representação esportiva, essas ações podem ser suporte material, profissional e financeiro. Diferentemente da forma de execução, tal apoio deve almejar o atendimento das demandas acadêmicas, dessa forma os Gestores são responsáveis pela compra “legal” de bens (permanentes ou consumo) ou pagamentos de pessoas físicas ou jurídicas em atendimento à Lei 8.666/93⁵³. Esse suporte está sinalizado na arguição dos Gestores da DEA.

(19) Material esportivo para treinamento (bolas, redes, etc.); uniformes de jogo; espaço físico para treinamento; sala de musculação; orientação sobre nutrição esportiva; acompanhamento de rendimento acadêmico; treinadores; bolsas atletas por modalidade; auxílio-viagem; pagamento de taxas de inscrição nos eventos esportivos oficiais; pagamento de anuidade de filiação institucional à FESU (Gestor C).

⁵² Regulamentos CBDU. Disponível em: <https://www.cbdu.org.br/documento/regulamentos-competicoes/>. Acesso em: 20 de mai. de 2017.

⁵³ Lei 8.666/03 regula normas para licitações e contratos na Administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm. Acesso em: 13 de fev. de 2018.

(20) No ano em que estive à frente da direção, não foi possível renovar o pagamento dos treinadores, mas pudemos manter as bolsas do programa bolsa atleta, os auxílios viagem para participação nas competições esportivas e o pagamento das taxas de inscrição nestes eventos (Gestor A).

(21) [...] poderia sintetizar no sentido de que a gente tenta fazer um levantamento do material esportivo, mas o processo de compra na Universidade é demorado, muitas vezes até a gente conseguir comprar o material esportivo, as necessidades deles já mudaram, mas a gente compra o material esportivo que a gente vê como necessário, identificado, a ajuda profissional, a gente dá algum apoio principalmente nas competições, quando eles têm dificuldades para ter um treinador, a gente consegue destacar alguém da Diretoria que responde por essa função ou então a gente consegue também diárias e passagens para alguém externo à Universidade a desempenhar esse papel e o apoio financeiro está a grosso modo destacado pelo AVI – Auxílio Viagem Individual e pelo Programa Bolsa Atleta – PBA-UnB, hoje, que seriam os dois grandes projetos do esporte de representação na UnB (Gestor B).

De acordo com os Relatórios de Gestão da DEA, esta tem tentado atender às demandas por materiais e apoio às competições, mas muitas vezes essa tentativa esbarra nos entraves burocráticos inerentes aos processos de compras da UnB e liberação de recursos com tempo hábil a concessão de AVI para as competições.

Dentre as várias demandas por apoio ou suporte, retomamos a Associação Atlética da Universidade de Brasília – AAAUnB, composta principalmente por estudantes e ex-alunos, é uma entidade de direito privado prevista por lei, que se renova, por meio de eleição anual. Foi criada em 1981 e sua carreira esportiva é marcada por experiências de participação em competições no cenário local, nacional e até internacional.

Em conformidade a gestão das representações esportivas na UnB, clubes esportivos vinculados à AAAUnB, argumentam os Gestores sobre seu processo de construção.

(22) As representações esportivas são criadas e geridas pelos estudantes, que têm o direito assegurado da livre associação. A DEA mantém um cadastro destas entidades, mas para fins de concessão de bolsas e outros recursos, mantém relacionamento apenas com os Clubes Desportivos, visto que as atléticas estão diretamente ligadas aos Centros Acadêmicos, que por sua vez têm relação mais direta com as respectivas Unidades Acadêmicas (Gestor A).

(23) No período de 2009 e 2016, a Atlética da UnB buscava se organizar para captar recursos humanos e financeiros, estudava novos modelos de gestão, lutava pelo direito ao acesso a prática desportiva para todos, reivindicava a indicação dos treinadores por cada clube, clamava pela reforma e ampliação dos espaços para o treinamento desportivo da UnB. Era uma entidade em reconstrução, sem autonomia financeira, tendo consciência do esporte como direito dos estudantes, buscava na instituição UnB uma

assistência dirigida para a retomada de sua participação esportiva nas competições oficiais do desporto universitário e organizar sua gestão. A DEA procurou apoiar a discussão sobre política de esporte universitário representativo e incentivar a organização da Atlética e seus clubes por meio de orientações específicas sobre legislação esportiva, sistema organizacional do desporto universitário, calendário do desporto universitário oficial, captação de recursos, importância da ação política da Atlética na universidade e perante seus associados atletas, clubes desportivos, federação e confederação. O acompanhamento dos atletas e seus clubes nos programas gerenciados pela DEA auxiliou no aprimoramento do treinamento desportivo e no desempenho acadêmico e esportivo de cada atleta, como também na organização interna dos clubes (Gestor C).

(24) A DEA faz um movimento de regularização das representações esportivas, das entidades esportivas, mas esse movimento de regularização é apenas com algumas orientações e diretrizes, por que nós não temos nenhuma gerência dentro das entidades esportivas dos Estudantes, eles têm total autonomia. Então as atléticas de cursos que têm surgido, elas são feitas pelos próprios cursos, de iniciativa dos estudantes, e nós nem registramos elas na Diretoria, porque elas fazem muito mais uma parte de uma política esportiva ligada aos cursos, aos interesses deles e aí isso não toca as Políticas de Esporte Universitário como um todo, já que ela é feita restrita a algumas unidades acadêmicas. Nós fazemos uma ação política muito mais junto aos clubes porque eles respondem pela Universidade como um todo, inclusive respondem pelo JIUnBS, então nós estamos mais ligados a Atlética da UnB, é a atlética que reúne todos os planos esportivos, a Associação Atlética Acadêmica da UnB – AAAUnB, que inclusive nós estamos tendo que recompô-la, porque ela estava em vacância, nós vamos, ajudar a reconstituí-la e estimulamos o clube a estar regularizado e desenvolvendo as suas atividades de maneira regular. Então nós não organizamos as representações, nós damos apoio para que elas estejam funcionando regularmente e estejam formalmente constituídas dentro da Universidade (Gestor B).

A criação e o desenvolvimento da AAAUnB, organizada em Clubes de cada modalidade, recebe apoio do DAC e da Faculdade de Educação Física – FEF/UnB. Sua estrutura é organizada por meio dos clubes desportivos e atletas filiados. Os clubes são estruturas de nucleação de atletas estudantes da UnB que tem o interesse comum em desenvolver uma determinada modalidade esportiva (RELATÓRIO DE GESTÃO UnB, 2016).

O clube é o espaço responsável para discussão das políticas da modalidade, tais como as formas de participação dos atletas em treinamento e competições, a organização de eventos da modalidade, e outros assuntos pertinentes a política de esporte na universidade.

No período de novembro de 2008 a 2014, Relatório de Gestão DEA (2016), teve 06 (seis) diretorias, já a gestão de 2011 aprovou novo estatuto. Em 2015 e até final de 2016 a diretoria da Atlética manteve-se em vacância. No último levantamento

realizado foram identificados 22 (vinte e dois) clubes desportivos com inscrições a serem atualizadas anualmente.

Figura 21 – Clubes Esportivos UnB – 2016.

MODALIDADES			
ATLETISMO	FUTSAL	KENDO	TENIS DE MESA
BASQUETEBOL	GINASTICA RITMICA	NATAÇÃO	TRIATLO
BOXE	HANDEBOL	REMO	VOLEIBOL
CANOAGEM	JIU JITSU	RUGBY	XADREZ
CICLISMO	JUDO	TAEKWONDO	TOTAL: 22 CLUBES ESPORTIVOS
FUTEBOL	KARATE	TENIS	

Fonte: Relatório de Gestão, 2016.

A PEU-UnB é uma ferramenta de organização institucional de cunho esportivo, que está em constante aprimoramento pela DEA, o público atendido ainda é pequeno em relação ao total de estudantes em seus campi, mas já é possível perceber o empenho da DEA em dar visibilidade e ao mesmo tempo integrar os discentes em seus programas/projetos. O próximo tópico revela as formas de participação da comunidade acadêmica nessa dinâmica.

3.2.3 - CONTROLE SOCIAL DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO DA UNB

A DEA em seus Relatórios de Gestão (2009-2016), comunica as formas de atuação e participação da comunidade acadêmica (audiências públicas, questionários para levantamento de demandas, reuniões, grupos de estudo, votação de demandas no CAD, dentre outros que julgar necessário) e demonstra que o consenso é a melhor estratégia na garantia da consecução dos projetos/programas, dentre essas ações estão:

- Fortalecer relacionamento com os Centros Acadêmicos, DCE, AAAUnB e Clubes Desportivos;
- Criar mecanismos de identificação contínua e periódica das demandas dos grupos esportivos, culturais e da comunidade universitária em geral.

O espaço de interação e desenvolvimento de ações conjuntas pode proporcionar o senso de pertencimento à comunidade universitária, que usufrui do calendário esportivo comunitário ou participativo da UnB. A dinâmica utilizada pela DEA está nas alegações de seus Gestores, exemplificados a seguir.

(25) Em audiências públicas temáticas, a comunidade universitária pode participar apresentando suas demandas, que são organizadas

semestralmente para serem discutidas na Câmara de Assuntos Comunitários, instância deliberativa que é aberta ao público e tem composição representativa de toda a comunidade universitária. Outro formato de participação da comunidade universitária é através de organização de seminários, grupos de estudos e reuniões. Se o assunto exigir aprovação superior a discussão é encaminhada a outras esferas da UnB, como o Conselho de Administração, o Conselho Universitário, dentre outros. Após aprovação das demandas são geradas resoluções que respaldam a criação de projetos e programas. Cada programa ou projeto é lançado por meio de edital público e divulgado amplamente para a participação da comunidade universitária em oficinas, cursos, eventos e treinamentos. No cotidiano, a DEA acolhe também sugestões e críticas da comunidade universitária (Gestor C).

(26) Aqui é importante você entender, que os programas e projetos da UnB, excedem aquilo que é feito pela Diretoria pois ela responde por uma parte desses programas e projetos, nós temos muitos outros programas e projetos que são desenvolvidas nas unidades acadêmicas, no sentido de Ensino, Pesquisa e Extensão, e aí eles também podem ser considerados como espaços, onde o esporte pode estar sendo contemplado de alguma maneira e às vezes a gente nem tem conhecimento de tudo isso que tá acontecendo. No caso da DEA, a gente tem ações específicas que envolvem estudantes, como estagiários ou como bolsistas, remunerados ou voluntários e nas outras ações, nós não temos um protagonismo. As ações de treinamento são coordenadas pelos próprios clubes esportivos, a gente apenas acompanha e ajuda, na questão da infraestrutura física e material e também depois na participação em competições, mas eles que têm o protagonismo de estar respondendo, por essa organização dos treinos, pela composição das equipes, encontrar treinadores interessados em estar acompanhando eles. Então, na verdade, quem faz o Esporte Universitário acontecer são os próprios estudantes, então assim não é nem o mecanismo da participação deles, os projetos são os projetos deles mesmos, nós é que participamos dos projetos deles, dando apoio e colaborando. Nós temos um protagonismo maior, é quando a gente fala do esporte para os Servidores, porque aí reconhecendo que não tem o clube desportivo dos Servidores, nós chamamos a responsabilidade para nós, de realizar um pouco, parte dessa política, mas mesmo assim, a gente constrói uma parceria com o Sintfub, com a ADUnB, com a ASFUB, para poder, inclusive, conseguir apoio financeiro deles e conseguir uma penetração dentro de cada um desses segmentos da comunidade Universitária. Então não há dúvida de que a própria Comunidade Universitária que responde pelos programas de Esporte Universitário, porque se a comunidade não tomar a iniciativa, nós também não fazemos por ela, dizemos isso para os clubes, exatamente dessa maneira, quem tem que fazer o Esporte Universitário são vocês, os próprios clubes. Estamos aqui numa função muito mais de apoio e subsidiária (Gestor B).

(27) A DEA sempre promove encontros abertos com a comunidade para discutir o esporte na Universidade. Os seus principais projetos, como o Programa Bolsa Atleta, também são pautados na Câmara de Assuntos Comunitários - CAC e no Conselho Universitário - CONSUNI (Gestor A).

Podemos inferir das arguições que a primeira e última parecem demonstrar que a transparência da política esportiva acaba sendo garantida pela própria estrutura de colegiados da UnB. Já a segunda transfere a responsabilidade da implementação da política para os clubes, depreende que assim exercita o aprimoramento dos estudantes frente ao clube e ao mesmo tempo não se exime de apoiar na sua

organização. A próxima parte do texto sinaliza quais as fontes orçamentárias e formas de custeio providas pela DEA para a comunidade acadêmica.

3.2.4 - FINANCIAMENTO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNB

As fontes orçamentárias do PBA-UnB advêm do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/FUB⁵⁴, do Programa de apoio à Reestruturação das Universidades Federais – REUNI/FUB⁵⁵, do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES⁵⁶ e de recurso orçamentário FUB/DAC/DEA⁵⁷.

O orçamento de DEA é decidido pelas instâncias superiores em consonância ao cronograma anual de projetos/programas a serem desenvolvidos. Como a DEA se organizou em relação às prioridades orçamentárias veremos a seguir nas palavras dos gestores:

(28) É importante destacar que nós não temos um orçamento para o esporte Universitário, definido, que venha do Ministério da Educação ou do Ministério do Esporte, como sendo uma rubrica destinada para isso, então a UnB lida com os recursos do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil e ela lida com arrecadação própria, são essas fontes que dão subsídio a tudo que é feito no Esporte Universitário. Nós temos uma carência muito grande, de ter uma Política de Estado, que realmente esclareça a questão do financiamento do esporte. Antigamente eu acho que existia uma verba que vinha do Ministério da Educação e era destinada a promover as ações de esportes na Universidade, mas com a criação do Ministério do Esporte, o Ministério da Educação se isenta dessa responsabilidade, porque considera que o Ministério do Esporte é que deve assumi-la e o Ministério do Esporte por sua vez nunca conseguiu caracterizar esse aspecto e tomar essa decisão, dele apoiar isso especificamente. Então esse orçamento termina funcionando dessa maneira (Gestor B).

(29) [...] o orçamento era decidido entre o Decanato de Assuntos Comunitários e o Decanato de planejamento e orçamento, com base na execução dos projetos do ano anterior. A fonte dos recursos era essencialmente proveniente do REUNI e do PDI do DAC. A prioridade vinha sendo a manutenção do Programa Bolsa Atleta e a participação dos estudantes nas principais competições esportivas do calendário da CBDU (Gestor A).

⁵⁴ Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/pdi.php>. Acesso em: 30 out. 2016.

⁵⁵ Plano de apoio a Reestruturação das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://novoportal.unb.br/administracao/decanatos/deg/expansao.php>. Acesso em: 30 Out. 2016.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.dds.dac.unb.br/index.php/pro>. Acesso em: 02 mar. 2018

⁵⁷ Fontes de Recursos Fundação Universidade de Brasília – FUB.

Disponível em: http://www.dpo.unb.br/documentos/Cartilha_de_Execucao_da_Despesa.pdf. Acesso em: 30 out. 2016.

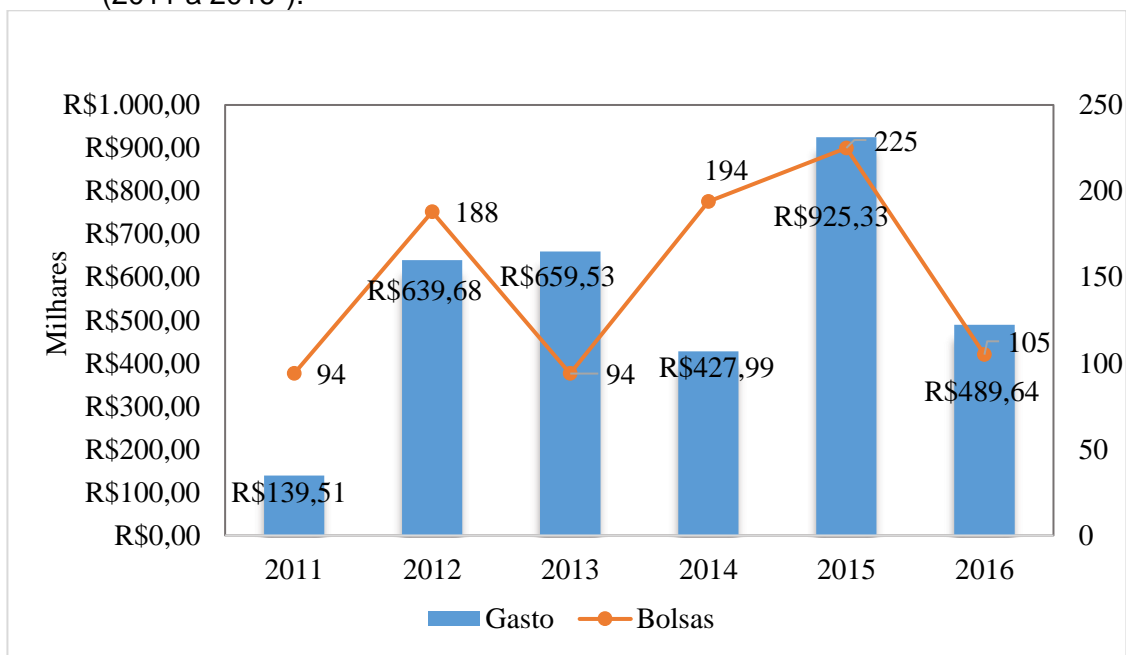
(30) Entre 2009 e 2015, o orçamento da DEA previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, era definido pela Reitoria através de planejamentos estratégicos de cada gestão formulados pelas equipes setoriais, por meio de articulação entre os Decanatos de Administração e Finanças, de Planejamento e Orçamento e de Assuntos Comunitários, a partir do orçamento oriundo de recursos próprios da FUB e do Ministério da Educação. Os recursos financeiros para financiar o programa bolsa atleta foram captados pela participação em um edital lançado pela Comissão Coordenadora do Programa para Reestruturação das Universidades Federais – REUNI, administrado pelo Decanato de Ensino de Graduação - DEG. As prioridades de aplicação neste período foram para o esporte representativo dos estudantes em atendimento ao pleito da Atlética de retomar sua participação nas competições desportivas oficiais organizadas pela CBDU. Entretanto, outras áreas de representação do servidor, de eventos esportivos de participação também foram desenvolvidas e apoiadas (Gestor C).

Ao analisarmos a primeira argumentação emerge a necessidade de uma política de Estado e da falta de um órgão que se responsabilize pelo fomento ao esporte universitário, uma vez que nem o MEC e nem o ME assumem essa responsabilidade. Agora, os outros dois argumentos demonstram que a prioridade orçamentária está diretamente vinculada ao bolsa atleta e às competições, condição que deveria também envolver os outros programas/projetos que contemplam as dimensões de esporte educacional e participação.

Essa priorização destacada acima guarda semelhanças com o comportamento do financiamento público da Política de Esporte Nacional, que de acordo com estudos (MASCARENHAS, 2016; ATHAYDE et al., 2015; TEIXEIRA, 2017) tem priorizado o investimento no esporte de alto rendimento e na realização de eventos esportivos.

De acordo com as prioridades orçamentárias da DEA, levantamos as informações dos Relatórios de Gestão da DEA/DAC/UnB e apresentamos as séries de resultados a seguir.

Gráfico 2 – Comparação entre gasto anual e a quantidade de bolsistas do PBA-UnB (2011 a 2016*).



Fonte: Relatórios de Gestão UnB/DAC/DEA. Elaboração própria.

Notas:* Valores deflacionados pelo IGP-DI⁵⁸.

De forma geral o Gráfico 2 apresenta, tanto para o financiamento, quanto para o número de bolsas, uma trajetória com oscilações, respectivamente, nos anos de 2014 e 2015, findando o ano de 2016 com uma curva descendente. Esse comportamento oscilante sinaliza dificuldades na gestão e na manutenção dos patamares anteriores, já o trajeto final decrescente engendra redução do programa decorrente de cortes orçamentários advindos do Governo Federal para as Universidades Públicas, conforme Relatório de Gestão da UnB (2016).

Passando para uma análise ano a ano, observa-se, inicialmente, que o ano de 2011 apresenta valor bem inferior aos demais. Isso ocorreu devido a dois fatores: o primeiro é que o montante se refere apenas aos meses de outubro a dezembro; o segundo fator é que o valor da bolsa paga aos 94 bolsistas era de R\$ 360,00, sendo inferior aos valores praticados nos anos subsequentes. Sem desconsiderar esses fatores, para ilustrar o irrisório impacto dessa ação no orçamento da Universidade, é suficiente destacarmos que nesse mesmo ano, de acordo com o Orçamento Interno de 2011 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2011-2016), a Fundação

58

Universidade de Brasília (FUB) teve um orçamento anual total de 1.175 bilhão de reais (valor não corrigido pelo índice de preços).

A partir de junho de 2012, o valor unitário do benefício foi reajustado para R\$ 400,00, sem que houvesse contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras naquele ano. Além disso, ocorreu um crescimento no número de estudantes/atletas beneficiados, o que engendrou um aumento acima de 400% dos gastos com o programa. Entretanto, é importante destacar que o valor repassado pela fonte orçamentária do REUNI⁵⁹ para pagamento de 188 bolsistas no ano de 2012 contemplou apenas 3,7% da demanda institucional, confirmando mais uma vez a abrangência restrita do programa e sufocando sua capacidade de democratização de acesso ao esporte à comunidade acadêmica.

No ano de 2013, das 188 bolsas pagas no ano anterior foram utilizadas inicialmente 100 devido aos critérios de acesso/permanência e o ano encerrou com apenas 94 beneficiários, registrando uma queda de 50% no número de atendimentos em comparação a 2012. Novamente ressaltamos a risível participação no orçamento da FUB, que auferiu naquele ano um total de 1.294 bilhão (valor não corrigido pelo índice de preços), conforme a Lei Orçamentária Anual.

Outra comparação meramente ilustrativa, mas que igualmente sinaliza o baixo investimento e alcance do PBA-UnB, diz respeito ao PBA nacional, executado pelo Ministério do Esporte. Em 2013 foram gastos 128,4 milhões de reais para atendimento a um público de 6.756 atletas, correspondendo um benefício mensal médio de R\$ 1.580,00 (TEIXEIRA et al., 2017). Ou seja, um universo 70 vezes maior com o recebimento de um valor mensal aproximadamente quatro vezes superior à bolsa do PBA-UnB. Evidentemente, trata-se de uma comparação imperfeita quando considerado a natureza de cada um dos órgãos aqui citados, os valores de benefícios praticados e as dimensões dos públicos-alvo em potencial.

É necessário frisar que em dezembro de 2013 foi realizada reunião de grupo de trabalho para repensar uma nova estratégia político-institucional de financiamento a fim de garantir o orçamento do PBA-UnB para o ano seguinte. Os efeitos dessa ação são observados em 2014, momento em que ocorreu um considerável aumento no quantitativo de bolsas, sendo contempladas 199 das 200 oferecidas, (no decorrer do

⁵⁹ Este Programa foi encerrado em 2014. Disponível em: http://informa.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=496:dea-lanca-edital-de-bolsa-atleta-universitaria&catid=139&Itemid=102. Acesso em: 30 out. 2016.

ano saíram 05 bolsistas, quantitativo final 194 bolsas – conforme critérios de permanência), esse crescimento está relacionado primeiro ao acréscimo no recurso orçamentário disponibilizado pelo DAC/UnB na rubrica da FUB/DAC/DEA⁶⁰ e segundo pela aprovação do Edital PBA-UnB no Conselho de Administração – CAD/UnB, no dia 12 de junho de 2014, o que denota 100% mais bolsas que o ano de 2013.

A partir do ano de 2015, foram ofertadas 250 bolsas, aumento concedido e amparado na aprovação do Edital PBA-UnB 2015, que reforçou o orçamento da fonte FUB/DAC/DEA para a rubrica PBA-UnB/DEA, recurso específico para cumprimento dos custos do programa. O aumento no número de bolsas e do valor unitário do benefício tornaram o PBA-UnB uma ação expressiva dentro do orçamento da DEA/DAC/UnB, saltando de R\$ 1,6 milhão para R\$ 2,4 milhões no ano de 2015⁶¹. Isoladamente, essa informação ratifica o potencial de ampliação do programa. Esse investimento nos estudantes/atletas fez emergir possíveis resultados esportivos no ano de 2015, como a conquista pela UnB do terceiro lugar entre as Universidades Brasileiras e o primeiro lugar entre as Instituições Federais no Ranking Nacional da CBDU⁶². Já o ano de 2016, houve uma redução significativa no quantitativo de bolsas, apenas 105, devido ao corte orçamentário em 50% em relação ao ano 2015 e o fim do repasse do REUNI, informações do Relatório de Gestão DEA (2016), mesmo com a diminuição dos recursos e o número de bolsas ofertadas, a UnB ganhou novamente o Troféu Eficiência, devido ao seu desempenho ao longo de competições esportivas em 2016. De acordo com UnBNotícias⁶³, “A universidade da capital foi a melhor entre as instituições públicas do país e a terceira colocada no ranking geral”.

Compete-nos refletir se esses parâmetros acima são adequados para aferir o sucesso do programa. Essa pergunta relaciona-se diretamente com a análise sobre o papel do esporte no âmbito universitário. O PBA-UnB ao redirecionar os critérios de seleção aplicados no Edital de 2016, reforçou-se como uma política esportiva direcionada ao esporte de alto rendimento (denominado na estrutura da UnB de

⁶⁰ No dia 12 de junho de 2014 foi votada pauta com o Edital do PBA-UnB no Conselho de Administração – CAD/UnB, que aprovou, por aclamação, a resolução que garantiu o financiamento específico para o programa e ainda foi solicitado a inclusão de item para participação de atletas com deficiência na resolução deste.

⁶¹ Valores atualizados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), para comparação entre valores de anos diferentes, idem nota de rodapé nº20.

⁶²Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio_Autoavaliacao_2015.pdf. Acesso em: 30 out. 2016.

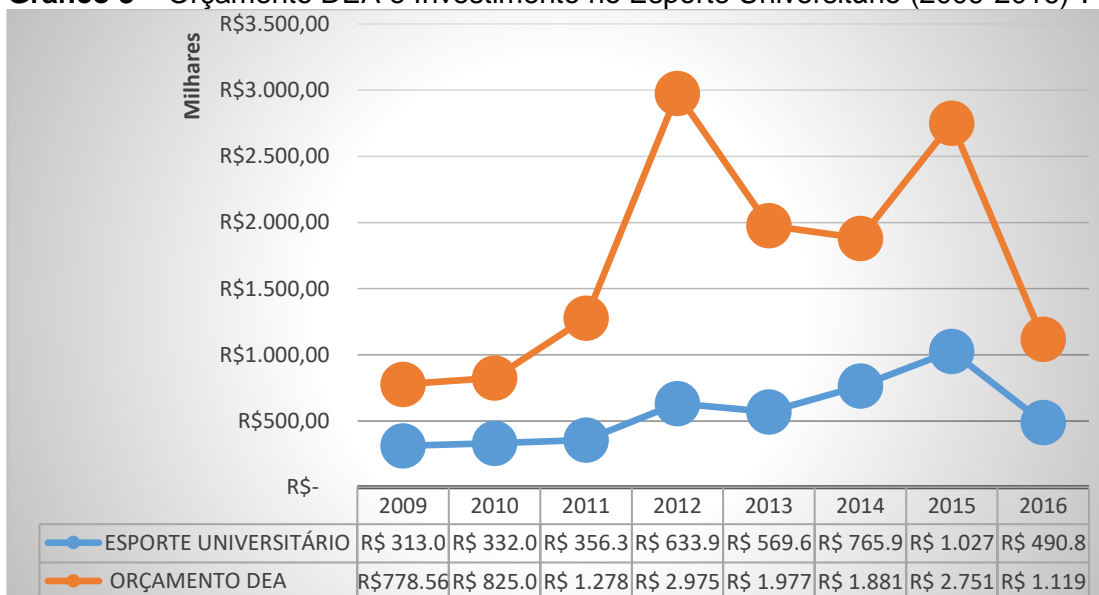
⁶³ Disponível em: <http://noticias.unb.br/publicacoes/124-esporte-e-cultura/1398-esporte-da-unb-recebe-trofeu-eficiencia>. Acesso em: 03 de abr. de 2017.

representação), haja vista os padrões de avaliação. Aquelas conquistas supracitadas se pautaram em resultados como o quantitativo de medalhas obtidas e um bom posicionamento nos *rankings* nacionais.

Todavia, identificamos alguns sinais de alinhamento do programa à missão, visão e valores presentes no PDI 2018-2022 da UnB, que afirmam o caráter inclusivo e democrático da Universidade pública. Esses indícios aparecem, por exemplo, na missão institucional da atual Diretoria de Esporte e Lazer (DEL), além de sua compressão ampliada acerca do objetivo do PBA-UnB. Entretanto, tais potencialidades são arrefecidas por um orçamento que, embora apresente um comportamento ascendente, é historicamente acanhado, especialmente observando o potencial público-alvo do programa.

Para visualizarmos o financiamento da PEU-UnB é importante demonstrar o orçamento total disponível para a DEA no período de 2009 a 2016.

Gráfico 3 – Orçamento DEA e Investimento no Esporte Universitário (2009-2016)*.



Fonte: Relatórios de Gestão DEA, 2009-2016. Elaboração própria.

Notas:*Valores deflacionados pelo DGP-DI.

O gráfico 3 é a representação do orçamento anual da DEA e o financiamento do Esporte Universitário executado no período de 2009 a 2016, esse investimento engloba várias despesas (auxílio viagem, diárias, passagens, material de consumo, pagamentos de pessoas físicas/pessoas jurídicas, material de consumo/permanente) todos investidos no desenvolvimento do esporte universitário na UnB. No ano de 2009, o valor é de 41% do orçamento da DEA cerca de R\$ 778 mil, em 2010 o valor destinado ao esporte universitário é 36% da receita total e maior que o ano de 2009.

Já em 2011 o valor aumenta cerca de 27% da receita da DEA, o que denota maior investimento no esporte universitário.

O ano de 2012 é o melhor ano desse período em liberação de recursos e a aplicação ocorre com o aumento de investimentos em programas, projetos, auxílios viagem para os estudantes/atletas, há o aumento também do quantitativo de bolsas no PBA-UnB, passa de 100 para 188 bolsas, e o financiamento do esporte universitário de 2012 chega a ser 66% maior que 2011, aproximadamente R\$ 2,9 milhões, quanto aos gastos com o PBA-UnB foi de apenas 21% desse valor, cerca de R\$ 639 mil. Seguindo para 2013, há um reajuste orçamentário e o valor do gasto com o esporte universitário é 27% menor que 2012, cerca de R\$ 1,9 milhões, sendo o PBA-UnB apenas 33% desse valor gasto com apenas 94 bolsas. Em 2014, o valor aplicado no esporte universitário diminuiu em relação ao ano de 2013, mas o valor gasto com o PBA-UnB obteve um aumento no quantitativo de bolsas, de 100 para 194, cerca de 23% do orçamento anual. Já em 2015, o valor investido no esporte universitário eleva cerca de 68% em relação a 2014, concomitantemente eleva o número de bolsas para 225, o que denota um gasto com PBA-UnB de 34% da receita anual. Então em 2016, o valor orçamentário da DEA/FUB decai 41% em relação a 2015, cerca de R\$ 1,1 milhões, já o PBA-UnB é 44% desse total, cerca de R\$ 489 mil, destinados ao pagamento de 105 bolsas, ou seja, o quantitativo de bolsas decai cerca de 47% em 2016, há nesse ano grande corte orçamentário feito pelo Governo Federal.

Os dados acima evidenciam, inicialmente, o quão reduzido é o montante orçamentário da DEA/DEL, especialmente se comparado ao orçamento geral da própria UnB ou do esporte em âmbito nacional. Soma-se a essa dificuldade o comportamento errático dentro de uma série longitudinal (2009-2016), o que limita a capacidade de planejamento da DEL e a efetividade de suas ações na garantia do direito ao esporte para a comunidade acadêmica, elementos já destacados na fala de seus gestores.

A Política de Esporte Universitário ainda não está embasada legalmente nas instâncias superiores “conselhos”, mas é desenhada e testada todos os dias em conjunto à comunidade acadêmica, apesar de os graves problemas orçamentários vividos em tempos de cortes governamentais, o que de várias formas prejudica o bom andamento da Universidade. Essa ainda desenvolve estratégias de se (re)organizar diante dos percalços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar nosso estudo, contemplamos o papel do Estado a fim de entender sua relação com o Esporte que por sua vez influencia na definição de políticas públicas esportivas. O passo a seguir, foi nos debruçarmos sobre a configuração do sistema de esporte nacional com o intuito de apontar suas similitudes ao sistema do esporte universitário. Além de situar esse objeto, a partir da historicidade, marcos legais, o esporte é marcado como direito social, assim indagamos o quanto a vivência esportiva no ambiente universitário nos aproxima desse direito, para então localizarmos o objeto de estudo, uma investigação inicial sobre a Política de Esporte Universitário na UnB – PEU-UnB, no recorte temporal de 2009 a 2016.

Após esse percurso de pesquisa, podemos inferir que um conjunto de dispositivos legais institui o esporte, no ambiente universitário, onde suas mais variadas dimensões esportivas são vivenciadas. O esporte de participação, denominado de comunitário ou participativo, engloba alunos, servidores, professores, trabalhadores terceirizados, já o esporte de rendimento, denominado de representação, visto que os alunos/atletas tende a dividir sua vivência esportiva, em competições, com a vida acadêmica, o que não o tipifica como atletas de alto nível e ainda o esporte educacional, representado por bolsistas, estagiários, estudantes interessados na pesquisa, como agente educador e formador de conhecimentos profissionais.

Para promover a PEU-UnB nas suas diferentes dimensões a DEA foi reestruturada e passou a ser DEL. A conquista de um *status* de Diretoria específica para tratar de assuntos esportivos dentro da Universidade pode ser vista como um avanço, porém é necessário ter clareza que essa mudança na estrutura institucional não soluciona, por si só, os problemas de infraestrutura física, pessoal e de financiamento. Ao mesmo tempo, é importante destacar a continuidade dos programas e projetos para a comunidade acadêmica e equipes representativas da UnB.

As entrevistas com os gestores demonstraram a importância da PEU-UnB, sua estruturação é marcada por diferentes perspectivas, vivenciadas cada uma em sua gestão, pontos necessários a retomada histórica da DEA até a sua atual configuração.

A DEA (atual DEL) tem o papel central de articular a Política de Esporte Universitário em conjunto com a comunidade acadêmica.

A missão da DEL é (re)afirmada nos argumentos dos gestores que revela a socialização e integração social como objetivos da prática esportiva. Além disso, a DEL é a responsável pela formulação e implementação da Política de Esporte Universitário – PEU-UnB, buscou a partir de dispositivos legais, formalizar suas ações com o propósito de se respaldar legalmente quando da sua atuação.

O papel da DEL na universidade é articular mecanismos de construção e implementação da PEU-UnB, não simplesmente executar a política, desse modo, é imprescindível em sua atuação a busca por diálogo junto às entidades que coadunam na execução dessa política (comunidade acadêmica) como também disponibilizar espaços favoráveis a participação social.

A DEL organiza o esporte baseada no tripé finalístico da Universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão). No decorrer do estudo, alguns argumentos foram indicados, como a prioridade no desenvolvimento das dimensões de esporte educacional e de participação, ao mesmo tempo em que há uma mudança de perspectiva, quando em outro argumento revela a priorização do esporte de rendimento (representação), tal arguição remete uma visão equivocada do esporte educacional pertencer à educação física, pois a função educacional é preceituada como pertencente a toda a universidade.

Tais arguições indicam limites na Política Nacional de Esporte, referenciados na ausência de indicadores que permitam monitorar o desenvolvimento das ações governamentais para o esporte. Simultaneamente, elencam os problemas enfrentados pela Universidade na consolidação da PEU-UnB, correspondentes a infraestrutura física e de pessoal, bem como do próprio financiamento, já que não há um orçamento definido especificamente para o esporte.

A Gestão da DEA intenta atender às demandas por materiais e apoio às competições, mas muitas vezes tais tentativas esbarram nos entraves burocráticos, inerentes aos processos de compras da UnB e a liberação dos recursos institucionais antes do início das competições.

A AAAUnB, apoiada pela DEL, se organiza por intermédio dos clubes desportivos e seus atletas devem ser filiados as entidades de administração esportiva (FESU, CBDU, FISU) para participar das competições. Nesse contexto, os discursos dos Gestores constataram que a transparência da política esportiva acaba sendo

garantida pela própria estrutura de colegiados da UnB. E que a responsabilidade da implementação da política é responsabilidade dos clubes, o que exercita o aprimoramento da atuação profissional dos estudantes, frente ao clube, ao mesmo tempo em que a Diretoria não se exime de apoiar a organização dessa implementação.

Em relação ao público alvo, seus programas/projetos tem alcance limitado em relação ao quantitativo de discentes na UnB, o que revela um espaço ainda pouco utilizado pela comunidade acadêmica.

Os eventos esportivos vinculados a PEU-UnB são as competições oficiais da CBDU, necessária a visibilidade institucional no cenário Nacional. A lógica do financiamento da PEU-UnB é definida de acordo com o orçamento repassado pelas fontes orçamentárias da FUB, recursos discutidos e aprovados nas instâncias superiores da UnB. Esse orçamento, que ao longo dos anos vem sofrendo grandes cortes, estabelece as ações que serão priorizadas na Política esportiva desenvolvida na UnB. Os dados expressam recursos anuais oscilantes que sinalizam dificuldades na gestão e manutenção dos programas/projetos ofertados pela DEL. A título de exemplo, no ano de 2016, a Diretoria recebeu apenas 50% do recurso orçamentário disponibilizado no ano anterior, como também, se viu frente ao fim do repasse do REUNI.

Em relação ao PBA-UnB, observou-se que auxiliou a participação de estudantes/atletas em competições de nível universitário, o que, a partir de 2015, repercutiu bons resultados e posicionamentos da UnB nas classificações do esporte universitário nacional. Embora tais parâmetros de avaliação reforcem a hegemonia do esporte de rendimento no interior do programa, a continuidade no recebimento da bolsa (anual), com exceção das quedas nos anos de 2013 e 2016, infere uma perspectiva de garantia aos bolsistas de acesso à vivência da prática esportiva, conciliada à formação universitária.

Entretanto, por outro lado, a restrição a determinadas modalidades, um número significativo de condicionalidades de acesso, e o orçamento reduzido demonstram que o PBA-UnB possui uma abrangência restrita e focalizada, o que se comprova no seu baixo índice de atendimento em comparação ao público-alvo potencial.

Por fim, a forma de gestão da PEU-UnB revela a necessidade de se buscar soluções junto à comunidade acadêmica com a finalidade de transpor os entraves burocráticos e orçamentários para a consecução dos programas/projetos, para além

das fronteiras do desempenho esportivo, harmonizando a oferta do esporte à política universitária, seu amparo legal e ao papel democrático e inclusivo da Universidade pública brasileira.

A intenção de analisar a PEU-UnB teve primeiramente o intuito de contribuir com pesquisas posteriores sobre a temática das políticas públicas esportivas organizadas em Universidades Públicas. Se por um lado, reconhecemos o cumprimento do objetivo geral deste texto, por outro lado, constatamos a necessidade de ampliação e aprofundamento dos estudos para que essa pesquisa possa oferecer subsídios à estruturação da política de esporte universitário local.

Por se tratar de um estudo introdutório e de caráter exploratório sem referências anteriores, nossa primeira conclusão, portanto, é que existem lacunas para serem exploradas por estudos futuros, tais como: *a)* mapear nacionalmente as universidades federais (ou públicas) que desenvolvem esse tipo de política; *b)* confrontar as diferentes realidades dessas universidades, uma vez que possuem uma função social e público-alvo semelhantes; *c)* comparar, anualmente, o número de estudantes geral com o público beneficiado pelos programas/projetos esportivos; e, *d)* atualizar os gastos da PEU-UnB, detalhando melhor suas fontes e a distribuição dos recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Sílvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. **Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil**. *Motrivivência*, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In RICO, Elizabeth (Org.), *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 29-40.

ATHAYDE, P. F. A. (2011). **O lugar do social na política de esporte do governo Lula**. *Ser Social*, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan. /jun.

ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. **Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula**. *Revista brasileira de ciências do esporte*, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.

BATTINI, Okçana. **Sociedade, educação e cultura** / Okçana Battini, Giane Albiazzetti, Fábio Luiz da Silva – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução** / Valter Bracht. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005 (Coleção educação física).

BUENO, L. **Políticas públicas de esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. (Tese doutorado – Faculdade Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo), São Paulo, 2008.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Política Nacional do Esporte*. Brasília: ME, 2005.

_____. *Relatórios de Pesquisa do Diagnóstico Nacional de Esporte*. Brasília: ME 2015.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. "A política de esporte no Distrito Federal: Centros Olímpicos," terceiro setor" e focalização." (2013).

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. **O direito ao esporte: análise do planejamento e execução de políticas públicas no Distrito Federal no período 2008-2011**. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 17, n. 2, p. 86-123, 2014.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Papyrus Editora, 1988.

CASTELLANI FILHO, L. **O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte**. In: HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G.; GARCIA, C. C. (Org.). Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008, p. 129-144.

COB (Brasil). **Sobre o COB**. 2015. Comitê Olímpico do Brasil. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

DAMASCENO, L. G. **Excursão acerca da construção dos direitos no Brasil: pressupostos para a questão do direito ao lazer**. In: RODRIGUES, J. P.; SOLAZZI, J. L. (Org.). Neoliberalismo e políticas de lazer – apontamentos críticos: 5 anos de pesquisa do Observatório de políticas sociais de educação física, esportes e lazer do Grande ABC/Geposef. Santo André: Alpharrabio, 2008.

DESLANDES, Suely Ferreira et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes: Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 28.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DE OLIVEIRA, Valéria Rezende. **Participação social nos planos plurianuais do governo federal: uma história recente**. Expediente, p. 24.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel et al. **Métodos de pesquisa**. [Organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo curso de graduação tecnológica–planejamento e gestão para o desenvolvimento rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HATZIDAKIS, G. – Esporte Universitário. Pp. 1019-1021. In DA COSTA, L. (Org.) (2006) – **Atlas do Esporte no Brasil**. CONFEF, Rio de Janeiro/RJ. 2006. Disponível em: <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/72.pdf>>. Acesso em: 15 de set. de 2016.

HÖFLING, ELOISA DE et al. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, 2001.

HUNGARO, EM, et al. **"Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas."** *Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas* 1 (2009): 93-124.

ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. **Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer**. Editora UFMG, 2008.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio [1972]**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

MARCHI JR, Wanderley. **Como é possível ser esportivo e sociólogo**. GEBARA, A.; PILATTI, LA, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MASCARENHAS, F. (2012). **Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami**. Movimento, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 39-67, jan. / mar.

MASCARENHAS, Fernando. **O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 30, n. 4, p. 963-980, 2016.

MENDES, Alessandra. **Política pública de esporte: considerações sobre gestão, instituições políticas e método de pesquisa no Brasil**. Revista Intercontinental de Gestão Desportiva, v. 3, 2013.

MEZZADRI-UFPR, Fernando Marinho. **Reflexões sobre o esporte universitário paranaense na década de 1980**. Fernando Augusto Starepravo-UFPR.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos**. Esporte, Lazer e Políticas Públicas na Região dos Lagos, p. 89, 2011.

MEZZADRI, Fernando Marinho et al. **Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista**. Motrivivência, v. 27, n. 44, p. 49-63, 2015.

MIGUEL, Robson Geovane; STAREPRAVO, F. A. **Análise das Políticas Públicas de Esporte e Lazer de Guarapuava-PR**. 1o ENCONTRO DA ALESDE-Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

OLIVEIRA, M. M. (2010). **Como fazer pesquisa qualitativa**. Editora Vozes. 3ª Edição. 230 p.

PEREIRA, Potyara. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. Capítulo 5 “concepções e propostas de política social”, p. 163-202.

REIS, Nadson Santana. Políticas de esporte educacional nos governos Lula e Dilma: avanços, limites e anacronismos. 2016.

RIBEIRO, Gabriela Machado; MARIN, Elizara Carolina. **Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer**. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 15, n. 3, 2012.

ROUYER, J. **Desporto e desenvolvimento humano**. Lisboa, Portugal: Seara Nova, 1977.

SANTOS, Fernando Seabra. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento** / Fernando Seabra Santos, Naomar de Almeida Filho. _ Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SÁ-SILVA, J. R. Almeida, CD. de, Guindani, JF. **Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, Número I, 2009.

Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Acesso em: 02 de fev. de 2017.

Site:
repositorio.unb.br/bitstream/10482/18022/1/2014_SimoneTourinhodaSilva.pdf.
SILVA, Simone Tourinho da. **A formação humana no jovem Marx: contribuição para a educação física escolar. 2015**. Acesso em: 10 de fev. de 2017.

SOUSA, Wilson Luiz L. de; SILVA, Régis Henrique dos R.; SILVA, Tiago O. da. **O “estado da arte” em políticas públicas de esporte e lazer—2007/2012**. Brasília. Disponível em <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/conbrace2013/5conice/paper/view/5545/2472>, 2013.

SOUSA, Wilson Luiz Lino de et al. Em busca do elo perdido: **a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da qualificação das políticas públicas de esporte e lazer**. 2014.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. 2005.

STAREPRAVO, F. A., REIS L. J. A., MEZZADRI F. M., MARCHI W. **O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva**. Esporte e Sociedade. Ano 5, n. 14, 2010.

STAREPRAVO, Fernando Augusto, JULIANO de Souza, and WANDERLEY Marchi Junior. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta**

teórico-metodológica de análise." *Movimento (ESEF/UFRGS)* 17.3 (2011): 233-251.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. **Políticas públicas de esporte no Brasil: uma leitura a partir da noção de (sub) campo.** *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 18, n. 4, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fef&page=article&op=view&path%5B%5D=27450&path%5B%5D=19810>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

TCU, 2015. Acórdão 1785 de 2015. **Relatório de levantamento de auditoria do Sistema Nacional de Desporto – SND.** Disponível em: file:///C:/Users/Ana%20Kelly/Downloads/idSisdoc_9126851v16-07%20%20ACORDAO--MIN-AN-2015-7-1.pdf. Acesso em: 20 dez. de 2017.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. (2013). **O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012).** *Revista de Ciências Sociais (Iquique)*, v. 31, p. 86-110.

TEIXEIRA, Marcelo Resende et al. **O programa bolsa atleta no contexto esportivo nacional.** *Motrivivência*, v. 29, p. 92-109, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação** / Manoel Tubino. Maringá: Eduem, 2010. Disponível em: <[3.http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/130/livro%20tubino.pdf?sequence=5](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/130/livro%20tubino.pdf?sequence=5)>. Acesso em: 02 mai. 2016.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988.** 2005. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas.

WERLE, V. **Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de Esporte e Lazer.** *Motriz*, Rio Claro, v.16, n.1, p.135-142, Jan/Mar, 2010. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/7reflexoes_sobre_a_participacao_nas_politicas_publicas_de_esporte_e_lazer8.pdf. Acesso em: 04 jul. 2017.

ZOTOVICI, Sandra Aparecida et al. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e possibilidades de intersetorialidade.** *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 16, n. 3, 2013.

APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS GESTORES DA DIRETORIA DE ESPORTE, ARTE E CULTURA – DEA/DAC/UnB

- 1.** Qual deve ser o papel do esporte no ambiente universitário?
- 2.** Como que a Política de esporte universitário se vincula a outras ações de Pesquisa, Ensino e Extensão da UnB?
- 3.** Qual o principal papel da DEA no desenvolvimento da Política de Esporte Universitário da UnB (PEU-UnB)?
- 4.** Como é definido o Orçamento da DEA e quais as prioridades de gastos com a Política de Esporte Universitário na UnB (PEU-UnB)?
- 5.** Qual é a maior barreira encontrada na implementação dos projetos ou programas esportivos na UnB?
- 6.** Há mecanismos ou espaços de participação da comunidade universitária nos programas e projetos da UnB? Se sim, quais são?
- 7.** Quais as manifestações de esporte desenvolvidas pela DEA para o público universitário (Esporte Educacional, Esporte de Participação e Esporte de Rendimento)?
- 8.** Como a DEA organiza as representações esportivas (Atlética/Clubes) dentro da UnB?
- 9.** Qual é o suporte concedido (material, profissional, financeiro) aos atletas e equipes representativas da UnB?
- 10.** Na atual sistematização das Competições Universitárias, Liga do Desporto Universitário – LDU, Jogos Universitários Brasileiros – JUBs, Olimpíadas Universitárias Mundiais – Universiade, qual a importância das equipes esportivas em representar a UnB?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – APROVADO PELO CEP/FS/UNB



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB) FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEF) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Convidamos o Senhor (a) _____, a participar do projeto de pesquisa “Um Estudo sobre a Política de Esporte Universitário na Universidade de Brasília – UnB (2009-2016)”, sob a responsabilidade da pesquisadora Ana Kelly de Moraes Silva Belato, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física/UnB. O projeto analisa a natureza e conteúdo da Política de Esporte Universitário - PEU/UnB criada e implementada pela Diretoria de Esporte, Arte e Cultura - DEA, vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários - DAC, pertencentes a estrutura da Universidade de Brasília - UnB e problematiza as questões referentes ao direito de acesso à prática esportiva para o público universitário, no período de 2009 a 2016.

Essa pesquisa apresenta como objeto as políticas para o esporte universitário, mais especificamente a proposta desenvolvida pela Universidade de Brasília – (PEU-UnB). Ademais, instiga-nos compreender: qual é o contributo dessa política para o incentivo da vivência e prática nas diferentes dimensões do esporte pela comunidade universitária? As razões que motivam o desenvolvimento desse estudo são diversas, entre elas, destacamos as necessidades: a) de se garantir o acesso ao esporte como direito de cidadania; e b) de se formular e implementar uma política para o esporte universitário, que permita o fortalecimento de uma cultura de transparência na gestão pública de forma participativa e, ao mesmo tempo, a utilização de dados na retroalimentação das políticas, com vistas a sua adequação e qualificação.

Ciente da importância de revisitar a trajetória da PEU-UnB, desde a sua formulação, considerando sua implementação e desenvolvimento, especialmente no que diz respeito aos processos de avaliação, pretendemos ampliar os diálogos com seus gestores, para que possamos analisar como estas temáticas foram tratadas ao longo dos anos (2009-2016).

A sua participação dar-se-á por meio de entrevista, em data, local e horário que mais se adéque à sua disponibilidade, evitando assim, qualquer tipo de incômodo. Para tal, estimamos a realização de um único encontro, com a duração de aproximadamente duas horas e meia. Considerando a importância de revisitar a trajetória da PEU-UnB, desde a sua formulação, a partir de sua implementação e desenvolvimento, especialmente no que diz respeito aos seus programas e projetos, pretendemos analisar, através de 10 questões (que serão abordadas na entrevista), como estas temáticas foram tratadas ao longo dos anos (2009-2016).

O Senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo.

Com relação aos riscos inerentes aos participantes da pesquisa, os entrevistados poderiam - a depender do conteúdo de suas falas - passar por algum tipo de constrangimento político ou acadêmico, uma vez que alguns exercem função de docente ou servidor em instituições de ensino superior e todos - durante certo período - ocuparam cargos de confiança em funções estratégicas da estrutura hierárquica da Universidade de Brasília. Entretanto, teremos o cuidado em preservar a identidade dos entrevistados, uma vez que seus nome, cargos e funções não serão informados no trabalho. Sendo assim, os resultados serão

divulgados na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília – UnB, podendo ser publicado posteriormente.

Rubrica do Participante

Rubrica do Pesquisador Responsável

Além disso, dados e materiais serão utilizado somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda da pesquisadora por um período de cinco anos, após isso, serão destruídos. Os benefícios desta pesquisa, se você aceitar participar, serão a produção do conhecimento, a fim de auxiliar na qualificação da Política de Esporte Universitário da UnB (PEU-UnB) e por sua vez, das políticas públicas de esporte e lazer.

O Senhor (a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o senhor. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Todas as despesas que você tiver relacionadas diretamente ao projeto de pesquisa (tais como, passagem para o local da pesquisa, alimentação no local da pesquisa ou exames para realização da pesquisa) serão cobertas pelo pesquisador responsável.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você poderá ser indenizado ou ressarcido, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Se o Senhor (a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para: Ana Kelly de Moraes Silva Belato - 61 981014178, disponível inclusive para ligação a cobrar, ou contate através do email - anakellymsbelato@gmail.com ou telefone para o Orientador desta Pesquisa, professor Dr. Pedro Fernando Avalone de Athayde – 61 991772722, disponível inclusive para ligações a cobrar, email - pedroavalone@gmail.com.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde (CEP/FS) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser esclarecidos pelo telefone (61) 3107-1947 ou do e-mail - cepfs@unb.br ou cepfsunb@gmail.com, horário de atendimento de 10:00hs às 12:00hs e de 13:30hs às 15:30hs, de segunda a sexta-feira. O CEP/FS se localiza na Faculdade de Ciências da Saúde, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte.

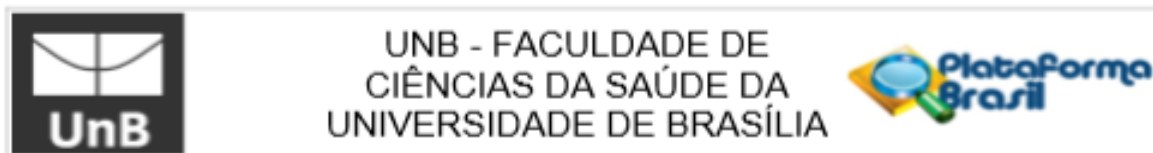
Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com a Senhor(a).

Assinatura do Participante
Responsável

Pesquisador

Brasília, ____ de _____ de _____.

ANEXO A – TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB (2009-2016).

Pesquisador: ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO

Área Temática:

Versão: 6

CAAE: 78560117.6.0000.0030

Instituição Proponente: FACULDADE DE SAÚDE - FS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.575.466

Apresentação do Projeto:

Resumo:

"O projeto analisa a natureza e conteúdo da Política de Esporte Universitário - PEU/UnB criada e implementada pela Diretoria de Esporte, Arte e Cultura - DEA, vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários - DAC, pertencentes a estrutura da Universidade de Brasília - UnB e dá início às reflexões sobre o papel do Estado e das políticas públicas no âmbito do direito ao esporte problematizando sua capacidade de garantir o direito de acesso à prática esportiva para o público universitário, no período de 2009 a 2016."

Hipótese:

"Essa pesquisa apresenta como objeto as políticas para o esporte universitário, mais especificamente a proposta desenvolvida pela Universidade de Brasília – (PEU-UnB). Ademais, instiga-nos compreender: qual é o contributo dessa política para o incentivo da vivência e prática nas diferentes dimensões do esporte pela comunidade universitária?"

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

Apresentar a trajetória histórica do esporte universitário na política esportiva brasileira.

Endereço: Faculdade de Ciências da Saúde - Campus Darcy Ribeiro

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.910-900

UF: DF **Município:** BRASÍLIA

Telefone: (61)3107-1947

E-mail: cepfsunb@gmail.com



UNB - FACULDADE DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Continuação do Parecer: 2.575.466

Objetivo Secundário:

Coletar e analisar informações sobre o gasto e financiamento do Esporte Universitário da UnB."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora:

Riscos:

"Com relação aos riscos inerentes aos participantes da pesquisa, os entrevistados poderiam - a depender do conteúdo de suas falas - passar por algum tipo de constrangimento político ou acadêmico, uma vez que alguns exercerem a função docente ou servidor em instituições de ensino superior e todos - durante certo período - ocuparam cargos de confiança em funções estratégicas da estrutura hierárquica da Universidade de Brasília. Entretanto, teremos o cuidado em preservar a identidade dos entrevistados, uma vez que seus nome, cargos e funções não serão informados no trabalho. Sendo assim, os resultados serão somente divulgados na Universidade de Brasília – UnB, podendo ser publicado posteriormente."

Benefícios:

"As razões que motivam o desenvolvimento desse estudo são diversas, entre elas, destacamos as necessidades: i) de se garantir o acesso ao esporte e ao lazer como direitos de cidadania; e ii) de se formular e implementar uma política de monitoramento e avaliação de esporte e lazer, que permita o fortalecimento de uma cultura de transparência na gestão pública de forma participativa e, ao mesmo tempo, a utilização de dados na retroalimentação das políticas, com vistas a sua adequação e qualificação."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto de mestrado do programa de Pós-Graduação em Educação Física sob orientação do Prof. Pedro Fernando Avalone de Athayde.

Pesquisa de abordagem qualitativa e natureza exploratória com método de pesquisa documental e revisão bibliográfica.

Na etapa da pesquisa documental serão utilizados dados primários: "a) Estatuto da Universidade de Brasília - UnB; b) Relatórios de Gestão UnB (2009 a 2016); c) Relatórios de Gestão UnB/DAC/DEA (não disponíveis online); d) Editais do Programa Bolsa Atleta (não disponíveis online).

Endereço: Faculdade de Ciências da Saúde - Campus Darcy Ribeiro

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3107-1947

E-mail: cepfsunb@gmail.com



UNB - FACULDADE DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Continuação do Parecer: 2.575.466

Na Etapa de revisão bibliográfica será adotado o foco na produção do Grupo AVANTE.

O pesquisador descreve que serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com amostra de conveniência composta por 03 gestores responsáveis pela Gestão da PEU-UnB. A análise das entrevistas adotará o método de Análise de Conteúdo (Bardin 1977).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos apresentados em atendimento às pendências apontadas no Parecer Consubstanciado No. 2.538.577:

1. Informações Básicas do Projeto - "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1004375.pdf", postado em 14/03/2018.
2. Carta de resposta às pendências - "CartaPendenciaCEP_13_03_2018.do", postado em 13/03/2018.
3. Projeto Detalhado - "Mestrado_projeto_13_03_2018.doc", postado em 13/03/2018.
4. Cronograma - "CronogramaDetalhado_13_03_2018.doc", postado em 13/03/2018.

Recomendações:

Os cronogramas de todos os documentos devem apresentar as mesmas datas para as etapas que serão executadas. O cronograma do documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1004375.pdf", postado em 14/03/2018, apresenta uma única etapa de "Entrevista" de 11/03/2018 a 21/03/2018. Deverá ser uniformizado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise das respostas às pendências apontadas no parecer consubstanciado No. 2.497.802:

1. No item análise de risco solicita-se rever a descrição das medidas de minimiza-los nos documentos da Informações básicas e TCLE afim de esclarecer a afirmação: "Sendo assim, os resultados serão somente divulgados na Universidade de Brasília – UnB, podendo ser publicado posteriormente." É possível garantir a confidencialidade dos 3 gestores e publicar os resultados da pesquisa, sem comprometelas? Caso afirmativo, solicitamos que elucide esse fato.

Resposta do pesquisador - Parecer No. 2.398.419: Não foi apresentada resposta para essa pendência

Análise - Parecer No. 2.398.419: PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA

Endereço: Faculdade de Ciências da Saúde - Campus Darcy Ribeiro

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3107-1947

E-mail: cepfsunb@gmail.com



UNB - FACULDADE DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Continuação do Parecer: 2.575.466

Resposta do pesquisador - Parecer No. 2.482.196: Fora revista a grafia do 6º parágrafo, página 01 no documento TCLE.

Análise - Parecer No. 2.482.196: No documento "TCLE_02_2018.doc", postado em 04/02/2018, página 1 de 2, sexto parágrafo, lê-se: "Com relação aos riscos inerentes aos participantes da pesquisa, os entrevistados poderiam - a depender do conteúdo de suas falas - passar por algum tipo de constrangimento político ou acadêmico, uma vez que alguns exercem função de docente ou servidor em instituições de ensino superior e todos - durante certo período - ocuparam cargos de confiança em funções estratégicas da estrutura hierárquica da Universidade de Brasília. Entretanto, teremos o cuidado em preservar a identidade dos entrevistados, uma vez que seus nome, cargos e funções não serão informados no trabalho. Sendo assim, os resultados serão divulgados na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília – UnB, podendo ser publicado posteriormente.".

PENDÊNCIA ATENDIDA

2) Solicita-se uniformizar os objetivos da pesquisa nos seguintes documentos: Informações básicas e projeto detalhado, uma vez que há divergência na descrição dos mesmos.

Resposta do pesquisador - Parecer No. 2.398.419: Não foi apresentada resposta para essa pendência

Análise - Parecer No. 2.398.419: PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA

Resposta do pesquisador - Parecer No. 2.482.196: A correção dos objetivos fora efetuada na página 01 – Informações preliminares no site da plataforma Brasil.

Análise - Parecer No. 2.482.196: Os objetivos dos documentos "Mestrado_projeto.doc", postado em 30/09/2017, e "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1004375.pdf", postado em 04/02/2018, foram uniformizados.

PENDÊNCIA ATENDIDA

3) Solicita-se apresentar cronograma detalhado com as etapas da pesquisa. No documento informações básicas do projeto, inserido no dia 05/11, consta apenas a etapa da entrevista.

Análise - Parecer No. 2.398.419: PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA

Resposta do pesquisador - Parecer No. 2.482.196: O cronograma detalhado foi confeccionado e anexado como "CronogramaDetalhado_02_2018" ao CEP/CONEP.

Análise - Parecer No. 2.482.196: O documento "CronogramaDetalhado_02_2018.doc", postado em 04/02/2018, apresenta cada mês dividido em três partes. Neste é informado que a etapa de "Entrevistas com os Gestores da Política de Esporte Universitário (PEU-UnB)." será realizada no

Endereço: Faculdade de Ciências da Saúde - Campus Darcy Ribeiro

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3107-1947

E-mail: ceptsunb@gmail.com



UNB - FACULDADE DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Continuação do Parecer: 2.575.466

primeiro terço de março de 2018. O Cronograma de execução do documento continua com apenas uma etapa, "Entrevista", de 20/03/2018 a 20/03/2018. Solicita-se adequação do projeto da Plataforma Brasil. **PENDÊNCIA PARCIALMENTE ATENDIDA**

Resposta - Parecer No. 2.482.196: O Cronograma Detalhado foi alterado para o segundo terço de março (de 11 a 21 de março de 2018) na plataforma Brasil passo 05 e alterado também no arquivo CronogramaDetalhado_17_02_2018.

Análise - Parecer No. 2.482.196: O documento "CronogramaDetalhado_17_02_2018.doc", postado em 17/02/2018, indica a etapa de "entrevista semiestruturada" para março de 2018 e a "Análise de dados" em janeiro de 2018. Solicita-se adequar o cronograma, visto que a análise de dados deve ocorrer depois da coleta de dados. Ademais, o documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1004375.pdf", postado em 17/02/2018, 16:49:01, indica somente uma etapa. As demais etapas devem constar tal qual o cronograma do projeto detalhado. Solicita-se adequação. **PENDÊNCIA PARCIALMENTE ATENDIDA**

RESPOSTA - Parecer No. 2.497.802: Foram anexados Planilha orçamentária detalhada, p. 38, no arquivo Mestrado_projeto_13_03_2018 e CronogramaDetalhado_13_03_2018, com as seguintes modificações:

- Análise de dados foi indicada no mês de abril após a entrevista semiestruturada;
- Defesa da dissertação fora indicada no mês de agosto;
- Envio de relatório ao CEP/CONEP fora indicado no mês de agosto.

ANÁLISE - Parecer No. 2.497.802: Cronograma atualizado nos documento "Mestrado_projeto_13_03_2018.doc", postado em 13/03/2018. O cronograma do documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1004375.pdf", postado em 14/03/2018 não foi uniformizado com o do projeto detalhado nem com o documento "CronogramaDetalhado_13_03_2018.doc", postado em 13/03/2018.

PENDÊNCIA ATENDIDA

4) No documento Informações básicas do projeto postado em 05/11 consta informação contraditória. O pesquisador informa orçamento de gasto zero e a informação de que os gastos serão custeados pelo pesquisador. Solicita-se inserir planilha orçamentária.

Análise - Parecer No. 2.482.196: Embora não haja resposta do pesquisador para esta pendência. No documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1004375.pdf", postado em 04/02/2018, item "Orçamento Financeiro", foi acrescido "Planilha orçamentária" no valor de R\$ 97,80. Solicita-se apresentar arquivo contendo Planilha orçamentária detalhada e detalhar os gastos no item

Endereço: Faculdade de Ciências da Saúde - Campus Darcy Ribeiro

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3107-1947

E-mail: ceptsunb@gmail.com



UNB - FACULDADE DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Continuação do Parecer: 2.575.466

"Orçamento Financeiro" do projeto da Plataforma Brasil (Norma Operacional CNS 001/2013, item 3.3, subitem "e"). **PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA**

Resposta - Parecer No. 2.482.196: Foi acrescido item: 7. Planilha orçamentária detalhada, p. 38, no arquivo Mestrado_projeto_17_02_2018. E o detalhamento orçamentário foi especificado na Plataforma Brasil passo 05.

Análise - Parecer No. 2.482.196: O orçamento foi adequado nos documentos "Mestrado_projeto_17_02_2018.doc" e "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1004375.pdf", postados em 17/02/2018.

PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme a Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1004375.pdf	14/03/2018 16:44:52		Aceito
Declaração de Pesquisadores	CartaPendenciaCEP_13_03_2018.doc	13/03/2018 22:38:27	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Mestrado_projeto_13_03_2018.doc	13/03/2018 22:33:25	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Cronograma	CronogramaDetalhado_13_03_2018.doc	13/03/2018 22:33:06	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CartaPendenciaCEP_17_02_2018.doc	17/02/2018 16:47:47	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Mestrado_projeto_17_02_2018.doc	17/02/2018 16:42:17	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Cronograma	CronogramaDetalhado_17_02_2018.doc	17/02/2018 16:38:32	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Cronograma	CronogramaDetalhado_02_2018.doc	04/02/2018	ANA KELLY DE	Aceito

Endereço: Faculdade de Ciências da Saúde - Campus Darcy Ribeiro

Bairro: Asa Norte

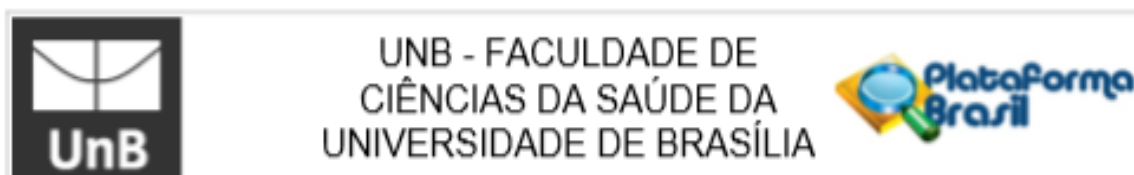
CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3107-1947

E-mail: ceptsunb@gmail.com



UNB - FACULDADE DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Continuação do Parecer: 2.575.468

Cronograma	CronogramaDetalhado_02_2018.doc	11:25:41	MORAIS SILVA BELATO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_02_2018.doc	04/02/2018 11:25:08	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Outros	CartaPendenciaCEP_02_2018.doc	04/02/2018 11:23:45	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Outros	CartaPendenciaCEP.doc	30/11/2017 22:56:17	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Outros	CurriculoLattesOrientador.pdf	30/10/2017 22:51:58	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Outros	LattesPesquisadora.pdf	30/10/2017 22:49:57	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CartaCEP.doc	05/10/2017 23:53:44	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoConcordanciaCEP.doc	05/10/2017 23:53:30	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoResponsabilidadePesquisador.doc	05/10/2017 23:53:12	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	05/10/2017 23:45:53	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Orçamento	PlanilhaOrcamentaria.docx	05/10/2017 23:10:15	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_CEP.pdf	05/10/2017 22:50:10	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	EntrevistaSemiestruturada.docx	30/09/2017 21:57:27	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Mestrado_projeto.doc	30/09/2017 21:47:11	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CartaCEP.pdf	30/09/2017 21:40:47	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito
Declaração de Instituição e	TermoConcordanciaCEP.pdf	30/09/2017 21:39:29	ANA KELLY DE MORAIS SILVA	Aceito

Endereço: Faculdade de Ciências da Saúde - Campus Darcy Ribeiro
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1947

E-mail: ceptsunb@gmail.com



UNB - FACULDADE DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Continuação do Parecer: 2.575.466

Infraestrutura	TermoConcordanciaCEP.pdf	30/09/2017 21:39:29	BELATO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoResponsabilidadePesquisador.pdf	30/09/2017 21:39:00	ANA KELLY DE MORAIS SILVA BELATO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 02 de Abril de 2018

Assinado por:
Marie Togashi
(Coordenador)

Endereço: Faculdade de Ciências da Saúde - Campus Darcy Ribeiro

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3107-1947

E-mail: ceptsunb@gmail.com